

**NOTAS PARA O ESTUDO DA
CONJUNTURA EM QUE SE MOVE
O PENSAMENTO GRAMSCIANO:
DO FIM DO SÉCULO À
FUNDAÇÃO DO P.C.D'I**

SEGUNDA PARTE

**DO PÓS-GUERRA À
FUNDAÇÃO DO PCD'I**

EDMUNDO FERNANDES DIAS

Departamento de Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

textos Didáticos
nº 39 – Novembro de 2004

TEXTOS DIDÁTICOS
IFCH/UNICAMP
SETOR DE PUBLICAÇÕES

ISSN: 1676-7055

Diretor: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo
Diretor Associado: Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia Lahoz Morelli

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral:

Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia Lahoz Morelli

Coordenação da Revista Idéias:

Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Coordenação da Coleção Idéias:

Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari

Coordenação das Coleções Seriadas:

Prof. Dr. Lucas Angioni

Coordenação da Coleção Trajetória:

Prof. Dr. Armando Boito Jr.

Coordenação da Monografia, Cadernos
da Graduação e Cadernos do IFCH:

Prof^ª Dr^ª Suely Kofes

Representantes dos Departamentos:

Prof^ª Dr^ª Suely Kofes – DA, Prof. Dr.

Armando Boito Jr. – DCP, Prof. Dr.

Lucas Angioni – DF, Prof. Dr. Pedro

Paulo A. Funari – DH e Prof. Dr. Marcelo

Ridenti – DS

Representantes dos funcionários do setor:

Marilza A. Silva, Magali Mendes e

Sebastião Rovaris

Representantes discentes: Fábio Scherer

(pós-graduação) e Rafael Rodrigues

Testa (graduação)

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva, Magali Mendes e Maria Lima.

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marcilio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana.

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

TEXTOS DIDÁTICOS
IFCH/UNICAMP
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Caixa Postal: 6110

CEP: 13083-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 3788.1604 / 3788.1603 - Fax: (019) 3788. 1589

morewa@unicamp.br

<http://www.ifch.unicamp.br/pub>

Capítulo 1

O FIM DA GUERRA E OS PROBLEMAS DA PAZ

- 1.1. A passagem da economia de guerra para a de paz 5
- 1.2. A situação política nacional: as contradições do pós guerra 10

Capítulo 2

O BIENNIO ROSSO: OS ANOS DE FOGO E SANGUE

- 2.1. Começa o *biennio rosso* 15
- 2.2. Um novo personagem: o fascismo 19
- 2.3. Os capitalistas se organizam 25
- 2.4. Os enfrentamentos sindicais em 1919..... 30
- 2.5. *I moti per i caroviveri*..... 45
- 2.6. *La lotta contadina*..... 54
- 2.7. Novamente no plano nacional 59
- 2.8. *L'ammutinamento di Ancona*..... 62
- 2.9. As eleições..... 63
- 2.10. Nitti novamente no poder 68
- 2.11. Os primeiros problemas do ano 20: o caso Mazzonis 72
- 2.12. *...una parte degli operai voleva fare la rivoluzione...* 78
- 2.13. La classe operaria é isolata 100
- 2.14. A ascensão do fascismo e a ação de Giolitti 124

Capítulo 3

OS CAPITALISTAS SE ORGANIZAM

- 3.1. O maximalismo domina a cena 129
- 3.2. A nova *sinistra* do PSI..... 143
- 3.3. *Intermezzo*: os italianos no II Congresso da Internacional 148
- 3.4. Rumo a Livorno..... 156

Bibliografia

1. Obras de Antonio GRAMSCI 163
2. Obras sobre GRAMSCI 164
3. Obras sobre a cultura italiana..... 168
4. Obras sobre o Marxismo..... 168
5. Obras sobre a sociedade italiana e sobre a história europeia 168

SEGUNDA PARTE

DO PÓS-GUERRA À FUNDAÇÃO DO PCD'I

Capítulo 1

O fim da guerra e os problemas da paz

1.1. A passagem da economia de guerra para a de paz

A Itália sai da guerra exaurida em homens e recursos. Sua vida social está despedaçada: grandes desequilíbrios, grandes fraquezas, pouca estabilidade. O processo inflacionário toma proporções imensas. A inflação em 1918 (1913 = índice 100) chega a 409. O dólar, cotado a 5,18 por lira (1914), passa a 13,07 (1919) e 28,57 (dezembro de 1920). A dívida pública soma no final da guerra 74 496 milhões de liras e o ritmo da indústria cai de 20 a 40%.

O déficit do Estado eleva-se de 214 milhões de liras (1914-1915) para 23 345 milhões (1918-1919). Chabod nos apresenta o seguinte quadro:

Ano	Despesas	Deficit
1913-4	2 501 (100)	214 (100)
1915-6	10 550 (422)	7 536 (3 521)
1916-7	17 315 (692)	13 261 (6 185)
1917-8	25 334 (1 013)	19 552 (9 136)
1918-9	30 857 (1 234)	23 345 (10 909) ¹

A circulação monetária passa de 2 007 milhões (junho de 1914) para 20 bilhões (dezembro de 1920) em um significativo crescimento de 996%.

¹ Federico Chabod, *História do Fascismo*, p. 34.

“Einaudi calcula que entre 1916 e 1918 cerca de 30% do rendimento nacional é obtida a título de empréstimo. A rápida desvalorização da lira entre 1919 e 1920 (na segunda metade de 1920, a lira vale somente um quinto da lira de 1918), significa para certos grupos sociais o empobrecimento e, para outros, verdadeiramente a ruína”.²

A agricultura está em crise: 40% da balança comercial estão comprometidos com a importação de alimentos.

“Falta, sobretudo, o trigo: antes de 1914, a Itália produzia em média cerca de 50 milhões de quintais de trigo por ano (máximo rendimento por hectare: 12,3 quintais, em 1913), e tinha ainda que importar cerca de 14 milhões, mas durante a guerra a produção tinha caído para 38 milhões (rendimento por hectare: 8,4 quintais, em 1920). Em 1920, a colheita global de cereais (trigo, milho, arroz, etc.) é inferior em 18 milhões de quintais à média de 1909-1914”.³

Ainda Einaudi faz os cálculos do retrocesso dessa perda agrícola:

Anos	Prod. cereais	Prod. legumes
Antes da guerra	2 247 (100)	897 (100)
1915	2 260 (100)	871 (97)
1916	2 099 (95)	765 (85)
1917	1 815 (81)	789 (88)
1918	2 191 (97)	807 (90) ⁴

O custo da guerra fora brutal: 65 milhões de lira-ouro; 680 mil mortos; 680 mil prisioneiros; mais de um milhão de feridos; 500 mil mutilados e 600 mil mortos pela *espanhola*.⁵

“A Itália sai da guerra extenuada. O conflito tinha absorvido não apenas os recursos correntes, mas até mesmo uma parte da riqueza acu-

² *idem*, p. 35.

³ Chabod, *op. cit.*, p. 37. O quintal equivale a 100 quilos.

⁴ Luigi Einaudi, *La condotta economica e gli effetti sociali della guerra italiana*, pp. 69-70, citado por Robert Paris, *Histoire du Fascisme en Italie*, p. 73.

⁵ *idem*, p. 61 e Paris, *As Origens do Fascismo*, p. 78.

mulada (...) no quadriênio 1915-1918, os gastos, calculados a preços correntes, tinham superado em 16,15% a renda nacional. (...) O aparelho produtivo do país estava em más condições e cheio de contradições; (...) enormes imobilizações nos setores industriais, cuja capacidade produtiva excedia o consumo interno; mas, ao mesmo tempo, sem competitividade nos mercados internacionais e, portanto, necessitado de novos e maciços investimentos para serem reconvertidos e reorganizados; acentuada obsolescência das máquinas; formas de concentração financeira que interferiam e distorciam a concentração técnica dos capitais, e se exprimiam em colossos de pés de barro; baixa produtividade do trabalho, conseqüência do atraso da outillage; vasto e crescente desemprego que já no outono de 1919 chegava a 2 milhões de pessoas; sistema bancário enganoso e tornado frágil pelo tipo de relações com as empresas industriais”.⁶

É nesse quadro de contradições sobredeterminadas que se dá a cena política e econômica do pós-guerra. Toda a brutal concentração industrial se dera pelas condições da guerra. E pela ação do Estado italiano. Tomando o ano de 1915 como base, onde houve um investimento da ordem de 310 milhões de liras, veremos que em 1916 esse investimento crescera 403% (1 250 milhões), em 1917 crescera 1 016% (3 150 milhões) e no primeiro semestre de 1918 já atingira 706% (2 200 milhões) só não aumentando porque imprevistamente chegara a paz.

A produção manufatureira crescera: tomando o índice 100 para 1914, encontraremos em 1917 o índice 117, decrescendo pelas razões acima em 1918 para o índice 113. Mas isto é a média da indústria manufatureira pois se observarmos algumas delas, as que estavam diretamente ligadas à guerra veremos que o crescimento foi brutal. O setor metal-mecânico, por exemplo, que em 1914, era responsável por 26,8% da produção passará em 1917 à 42,6%. A produção de automóveis passará de 9 200, em 1914, para 20 mil em 1918, crescendo em 217%. Mas índices maiores eram obtidos na produção de aviões, que no mesmo período, passará de 382 à 6 523 (1 707% de aumento) e de fabrico de motores de avião, que passará de 606 a 14820 (2 445% de aumento).

⁶ Idomeneo Barbadoro, *Storia del Sindacalismo Italiano*, vol. 2, p. 338. Em francês no texto.

Realmente eram as condições artificiais da guerra, e de um estado como o italiano, que tornam isso possível. O Estado comprova a produção bélica, garantindo assim aos industriais um mercado cativo, sob condições monopólicas ou de alta oligopolização, permitindo-lhes vender muito acima de qualquer custo. A contínua emissão de moeda e a inflação aberta permitiam não apenas o aumento crescente dos preços e imensos lucros bem como liberava, fazendo assim como que uma nova “acumulação primitiva”. E pelo mecanismo inflacionário, os industriais das suas velhas dívidas.

Mas, mais importante do que tudo isso: o proletariado tinha sido “colocado”, pelo Estado, “à disposição do capital privado” e despojado de “toda uma legislação de proteção e de privilégio, coagindo a mão de obra (mobilização industrial).”⁷ Isso foi imposto pelo Código de 5 de novembro de 1916, calcado no Código Militar: o abandono do trabalho ou mesmo a mudança de fábrica sem autorização oficial era considerado deserção, ainda que os *criminosos* fossem “crianças ou estrangeiros”.⁸ O abandono podia ser punido com prisão de 2 meses a 1 ano. Se o “delito” fosse de mudança de fábrica, a pena era de 2 a 6 meses. E, se houvesse *insubordinação*, o *criminoso* poderia pegar até 24 meses de reclusão.

Não bastando tudo isso, o preço da força de trabalho era o mais baixo entre todas as mercadorias. Enquanto o preço das mercadorias em geral subia até o índice 409 (1913 = 100), o salário raramente atingiu o índice 200. E isso ocorria mesmo na FIAT que ganhara extraordinariamente: os salários chegaram em 1918 ao índice 216 (1913 = 100). Já os produtos usados na indústria bélica aumentaram muito mais: por exemplo, o ferro sobe nesse período 920%. Apesar de tudo a imprensa nacionalista-industrialista, apoiada por economistas liberais não se cansam de falar nos altos salários, nas dissipações operárias, enquanto por muito menos... os nobres soldados italianos lutavam nas trincheiras.

Os lucros médios das sociedades por ações passam de 4,16% (1914) para 7,75% (1917). E quanto mais ligada à guerra mais lucrativa era a indústria: siderurgia (de 6,30% para 16,55%), automóveis (de 8,20% para 30,31%), cou-

⁷ Giuseppe Carbone, *La crisi della società italiana dalla guerra al fascismo*, citado por Renzo del Carria, *Proletari senza rivoluzione*, v. 2, p. 58.

⁸ Einaudi, *op. cit.*, p. 11, citado por Paris, *As origens...*, p. 178.

ros e calçados (de 9,31% para 30,51%), química (de 8,02% para 15,39%), borracha (de 8,57 % para 14,95%), lã (de 5,10% para 18,47%) e algodão (de 0,94% para 12,77%). É necessário dizer que no caso do algodão existia uma crise antes da guerra.

“Em tal situação, todo cálculo era abandonado para dirigir-se somente à multiplicação do produto; e o incentivo dos fornecimentos militares com mercado garantido e os lucros seguros permitia descuidar dos problemas da produtividade e de manter em exercício – até mesmo de criá-las – empresas marginais, enquanto concedia enormes superlucros àquelas avançadas do ponto de vista tecnológico e produtivo”.⁹

A concentração industrial cresceu em média 56% (1913-1918), chegando o setor metal-mecânico a crescer 252%.

A FIAT passa de um capital de 17 milhões (1914) para 200 milhões (1920), com um incremento de 1 294% em apenas 6 anos. Esse capital declarado de 200 milhões da FIAT, era acompanhado por um imobilizado de 385 milhões, e ela ainda dispunha de 200 milhões em títulos, valores e créditos diversos. Seu débito era de 350 milhões (dos quais 250 milhões derivados de um empréstimo feito ao grupo Morgan de New York).

Ela absorvera em 1917 a *Ferriere Piemontesi Vandel & C*, as *Officine Fratelli Diatto* e as *Industrie Metallurgiche Torino*. Seu processo de concentração se acentua no biênio 1919-1920. Neste período ela participa nos setores “bancário (*Credito Italiano, J. de Fermax e C.*); elétrico (*S. A. Eletricità Alta Italia, Forze Idrauliche del Moncenisio, Soc. Idroelettrica Piemonte*); metal-mecânico (*Officine di Villar Perosa, S. A. Dalmine*); eletro-mecânico (*Fabbrica It. Magneti Morelli*); químico (*Rumianca*); tecidos artificiais (*Snia Viscossa*); transportes (*SITA, ... Soc. Marittima e Commerciale Italiana*); materiais de construção (*Unione Italiana Cementi*), várias (*S. A. Gilardini, S. A. Consorzio Utenti Nafta, Soc. per l'incremento Auto e sport.*)”¹⁰

E evidentemente a *Fiat* não é o único caso: O grupo *Ilva* teve um acréscimo de capital de 30 milhões (1916) para 300 milhões (1918), ou seja,

⁹ Barbadoro, *op. cit.*, p. 333.

¹⁰ Mario ABRATE, *La lotta sindacale nella industrializzazione in Italia 1906-1926*, p. 277.

um incremento de 1 000% em apenas dois anos. Ela fez uma integração vertical passando dos minerais aos altos-fornos, à siderurgia, aos estaleiros navais, às construções mecânicas e eletro-mecânicas e às centrais elétricas.

A *Ansaldo* passa nesse período de 4 000 a 56 000 empregados, e se contarmos os operários de suas filiadas o número atinge os 110 000. Dedicase ao aço, à hidroelétrica, aos estaleiros navais, ao exercício da navegação com frota própria, à fabricação de canhões, projéteis, explosivos e até mesmo aviões e telefones.

A concentração foi tão violenta que as indústrias intervieram e submeteram os grandes bancos *Sconto*, *Comit*, *Credito*, *Banco di Roma*, invertendo o processo anterior onde os bancos dominavam e criavam as indústrias. No pós-guerra os bancos perdem a hegemonia: a *Ansaldo* domina o *Sconto*, fracassando na tentativa de fazer o mesmo com o *Conmit*; a *Ilva* domina a sua financeira a *Ferrovie Meridionale*; a *Breda* domina o *Banco di Roma* e a *Fiat* domina o *Credito*. Esse domínio garantia aos industriais as melhores condições pois eles fixavam para si mesmos os preços e as modalidades de crédito. Tal situação chega a preocupar a Olivetti, poderoso secretário geral da central industrial patronal. Quando a *Ansaldo* tenta dominar o *Commerciale*, dirige-se às autoridades: “E não deveria realizar-se uma investigação preventivã sobre aquela empresa que se arroga dominar a nação no referente à relação econômico-financeira? E que coisa aconteceria, em hipótese longínqua, no caso de um desastre da empresa *Ansaldo*? Não se arrebantariam talvez todos os nossos bancos e todas as nossas indústrias”.¹¹ As palavras de Olivetti se confirmam três anos após.

1.2. A situação política nacional: as contradições do pós guerra

Acabada a guerra os problemas “surgem”: não é fácil a reconversão para a paz. Há o problema dos desmobilizados. Durante a guerra e na hora em que tudo parecia perdido, o ministro Salandra e muitos outros políticos prometem tudo a um exército na sua imensa maioria camponês: terra, trabalho, justiça,

¹¹ Citado por Franco Catalano, *1919-1921 Potere economico e fascismo*, pp. 316-317, e por Barbadoro, *op. cit.*, p. 337.

vida decente, etc. Ao mesmo tempo que no fronte interno a campanha contra o “enriquecimento” e o “fausto” dos operários chega a lances dramáticos.

Mas a guerra ia acabando. E era “vitoriosa”. Com o seu fim, como era de se esperar, nenhuma das promessas aos soldados-camponeses foi cumprida. Tratava-se de ampliar a campanha contra os operários que “enriqueceram” enquanto os outros lutavam. Mas tratava-se também, de lembrar aos soldados que não tinham sido apenas eles os únicos a lutar e morrer, que os oficiais também tinham feito o mesmo. Giachino Volpe, nacionalista, futuro fascista, chega a afirmar que “sobre dez soldados morreram dois, sobre dez oficiais, seis ou sete morreram, ou mais ou menos.”¹²

Os operários e os camponeses voltam aos seus ofícios, mas o problema é dos pequeno-burgueses e burgueses, que foram oficiais na guerra. Contentar-se-ão em voltar a uma posição de subalternidade social? Tudo indicava que não. Enquanto o PSI não percebia a situação, Mussolini articulava-se com os desmobilizados: “O soldado deixa o seu uniforme e torna-se um cidadão. Eis aí então que os aborrecimentos começam. O soldado que volta com a satisfação interna de ter cumprido o seu dever – o que lhe permite olhar de cima àqueles que não o fizeram – procura trabalho e, trabalho não tem. Dinheiro para viver, não há e dificilmente se encontra”.¹³ Enquanto Mussolini assume a defesa dos desmobilizados o PSI, sob o impacto do maximalismo, aprova moção impedindo a entrada no partido dos que foram intervencionistas. A imprensa socialista ataca os intervencionistas, em uma política que mais tarde Gramsci definirá como sendo a do “cão que morde a pedra e não a mão que a lança”.

O outro problema grave é a questão da Conferência de Paz da qual sairá o mito da “vitória mutilada”, tão útil à reação italiana. O Pacto de Londres, firmado por Sonnino, previra compensações para os italianos: eram reconhecidos os direitos italianos às terras *irridenti*¹⁴, o Trentino, o Tirol Celsalpino até a passagem de Brenner, os condados de Gorizia e Gradisca, aí

¹² Giachino Volpe, *Guerra dopoguerra fascismo*, “La Nuova Italia” Editrice, 1928, Venezia, pp. 59-60, citado por Paris, *op. cit.*, p. 119.

¹³ “*Pour ceux qui reviennent*”, *Il Popolo d'Italia*, 16-1-1919, em *Œuvres* de Benito Mussolini (OBN), vol. 1, p. 366.

¹⁴ *irridenti*: não redimidas. Terras ainda sobre controle austríaco.

compreendida Volosca, as ilhas de Cherso, Lussin, Plavnek e uma parte da Dalmácia compreendida entre Lisarica e Tribanic, ao norte, e no sul uma linha partindo do cabo Planka seguindo o divisor das águas. E mais umas outras “compensações” na Ásia Menor e na África. Tal fora o motivo pelo qual a burguesia italiana entrara na guerra.

Os nacionalistas, intervencionistas, vão pouco a pouco se colocando contra o parlamento e a “democracia” italiana. Um deles, Maurizio Maraviglia, chega a afirmar que “a verdadeira imagem do povo, não é o Parlamento, é o Exército”.¹⁵ Chegam mesmo a votar uma moção, a 15 de dezembro de 1918, em que fixam, como diz Paris, a “fronteira sentimental” da Itália passando de Brenner a Trevis, anexando Fiume e a Dalmácia, e exigem o protetorado sobre a Albânia; querem também um território da Ásia Menor, a Líbia, a Tunísia, a Eritréia, a Somália, etc.

Diante das pressões o governo Bissolati-Nitti se demite. A burguesia se encontra dividida: o grupo Orlando-Sonnino-Salandra, próximos ao grande capital, enfrenta Giolitti-Nitti, representantes de setores financeiros e da média burguesia, mas divididos entre si pela questão do intervencionismo na guerra. Os nacionalistas aproveitam o clima para lutar contra o que eles chamam de neutralistas, croatas, renunciadores, enfim contra todos que foram contra a guerra. Seu desejo é um golpe de estado do Duque D'Aosta que assumiria uma monarquia mais reacionária.

O clima político é intenso. De todos os lados fala-se em transformações. O Partido Republicano, no dia 9 de dezembro de 1918, declara romper com a monarquia e nada querer com os bolcheviques. Querem a Constituinte. Mussolini, no *Il Popolo d'Italia* de 3 de janeiro de 1919, fala na convocação de uma Constituinte do Intervencionismo Italiano, com o que poria fora de cena os socialistas que foram contra a guerra. No dia 15 de janeiro Salandra, Riccio, Di Cesaro propõem: sufrágio universal, voto feminino, reforma do Senado, da burocracia, da justiça, escola obrigatória, imposto progressivo sobre a renda, instauração de uma “democracia do trabalho”. Os sindicalistas-revolucionários da *Unione Italiana del Lavoro*, de Alceste De Ambris, proclamam no seu congresso de janeiro de 1919 a necessidade de

¹⁵ Paris, *op. cit.*, p. 123.

uma “Constituição nacional compreendida como seção italiana da Constituinte internacional dos povos”. Os socialistas são contra. Na sua reunião de dezembro de 1918 a direção do PSI, fortemente influenciada pela revolução russa, recusa a idéia de uma Constituinte apresentada por D’Aragona no congresso da CGL, no dia 30 de novembro. D’Aragona insistirá com a idéia no Congresso de Bolonha da CGL em janeiro de 1919. O *Partito Popolare Italiano*, católico, também é contra a Constituinte. Seu programa é a defesa da família, ensino livre¹⁶, autonomia local e regional, legislação nacional e internacional que garanta o pleno emprego, imposto progressivo, reforma eleitoral com proporcionalidade e voto feminino, e defesa da Sociedade das Nações.

Os socialistas não gostam dessa unanimidade. Tasca exprime a situação: “Os ‘revolucionários’ não querem a Constituinte, precisamente porque os demais a aceitam. O fato de todo mundo falar dela, inquieta-os”.¹⁷

A Associação Nacional dos Combatentes reunida no mês de junho, em congresso, nada favorável aos fascistas, proclama: convocação da Constituinte, abolição do Senado e substituição dos conselhos eleitos por todos os trabalhadores e produtores, além da redução do serviço militar a 3 meses. Ainda em junho a Maçonaria apoia a idéia da Constituinte e em outubro é a vez do Congresso dos *Fasci* proclamar a necessidade da Constituinte.

Orlando saíra vitorioso no Parlamento. E parte para a conferência de paz. Do lado italiano, a questão adriática é central. A guerra destruíra o império austro-húngaro e no seu lugar surgira entre outros a Iugoslávia. E este novo estado reivindica terras que pelo Pacto de Londres deveriam “ser” italianas. A arbitragem de Wilson sugerida pelos iugoslavos é imediatamente recusada por Sonnino. Ele sabe que os americanos pretendem favorecer a Iugoslávia para que ela não “caia nos braços bolcheviques”. Os italianos querem Fiume e a Dalmácia. A situação se complica, pois se em Londres a Dalmácia fora “doada”, Fiume não o fora. Orlando fala que efetivamente o Pacto de Londres não previra nem o desaparecimento do império austro-húngaro, nem o aparecimento iugoslavo. E que tanto razões econômicas quanto razões políticas das nacionalidades indicam que Fiume deve “voltar” à Itália.

¹⁶ Ou seja: liberdade da Igreja de ter seu ensino particular.

¹⁷ Angelo Tasca, *El nacimiento del fascismo*, p. 23.

Wilson aceita a fronteira italiana no Brenner, em Trieste, em uma grande parte da Ístria. Mas Fiume deve ser uma cidade livre: não há ali tantos italianos, para que se possa falar em política de nacionalidades. Os italianos não recuam e Orlando requer além de Fiume, o norte da Dalmácia e o respectivo arquipélago. E adverte: não sabe o que acontecerá na Itália se não forem atendidas as “justas” reivindicações italianas. Perigo de revolução caso a vitória seja “mutilada”.

Wilson publica manifesto ao povo italiano. Orlando e Sonnino após publicarem contra-manifesto se retiram da reunião. Mussolini e os nacionalistas os recebem vitoriosamente. Grandes manifestações. Mas o resultado da retirada é praticamente nulo. A conferência prossegue sem os italianos que acabaram por voltar, já sem muito brilho e/ou barulho, pois no dia 6 de maio, os problemas de fronteira com a Áustria entram na discussão. Durante todo esse tempo o *Il Popolo d'Italia*, a *L'Idée Nazionale* e a *La Stampa* fazem uma louca agitação. Fala-se em anexar todos os territórios prometidos em Londres, inclusive Spalato e Traú, agora território iugoslavo, o que equivaleria a uma declaração de guerra. E obviamente Fiume.

Em Paris os italianos se vêm frente a novo problema: a questão da Ásia Menor. Em Londres, sobre a Anatólia foram concedidos certos direitos aos italianos, e total controle sobre o Dodecaneso e do Smirna. Os gregos contestam. Os italianos invadem a Ásia Menor. No referente a Fiume, os litigantes – Itália e Iugoslávia – aceitam uma cidade de Fiume independente sob a proteção da Sociedade das Nações. No entanto os franceses apresentam um projeto prevendo para dentro de 15 anos um plebiscito para definir definitivamente a situação de Fiume e quer dar à Itália a posse de Zara e Sebenico. Os italianos obviamente aprovam e os iugoslavos recuam. Segue a questão adriática.

A Conferência suspende provisoriamente seus trabalhos em 6 de junho. Como ficava a Itália? Não ganhara os protetorados da Ásia Menor (Arts. 8 e 9 de Londres), nem compensações coloniais (Art. 13). Enfim, nada que pudesse compensar a entrada na guerra. Era a “vitória mutilada”. Chegado de Paris, Orlando enfrenta o Parlamento e cai em 19 de junho por 262 votos contrários e apenas 78 favoráveis. Nitti apesar dos protestos dos fascistas e dos nacionalistas, que vêm nele um neutralista, consegue o apoio dos populares e de Giolitti para dotar a Itália de um novo gabinete ministerial.

Capítulo 2

O *Biennio rosso*: os anos de fogo e sangue

2.1. Começa o *biennio rosso*

Com o fim da guerra a economia italiana sofre uma brusca freada. As grandes esperanças de uma potente reconstrução, da abolição total do controle estatal das divisas estrangeiras, do restabelecimento do protecionismo afastavam os temores. O déficit da balança comercial é imenso: 7 bilhões no 1º semestre de 1919, e apesar de se conseguir abaixá-lo para 4 bilhões no 2º semestre as perspectivas são magras.

O governo se via diante de um quadro difícil: não se podia parar com as despesas públicas porque senão aumentaria o desemprego e diminuiria o ritmo da economia. No entanto era necessário reduzir o déficit da balança e diminuir a inflação – que apenas em outubro de 1919 aumentou em 12,34%; era necessário, portanto, aumentar os impostos. E que a taxação deveria recair sobre os aumentos de patrimônio e obrigar um empréstimo compulsório, além de forçar a nominatividade dos títulos acionários, medidas estas que estavam sendo tomadas em quase todo o Ocidente.

Mas a Itália não é um país ocidental como qualquer outro. Suas classes dominantes, capitalista e agrária, não estão acostumadas a isso e nem pensam que devam fazer qualquer esforço no sentido de sanear as finanças nacionais. A resposta é rápida: pânico na Bolsa, transferência de capitais para o estrangeiro, etc. O pânico na Bolsa faz com que caiam os índices nas seguintes proporções:

Indústrias	junho	outubro	variação
mecânica	104,80	68,52	17,45%
automobilísticas	148,96	100,29	22,86%
elétricas	103,73	96,90	6,59%

Quanto a transferência de capital para o estrangeiro ela é aumentada, quando em 1920, Giolitti ameaça aplicar com maior severidade as taxações. O governo como de costume, sofre pressão por parte dos jornais, das várias associações empresariais e das Câmaras de Comércio.

Os capitalistas industriais e financeiros por um lado não estão dispostos a renunciar a todas as vantagens que a política inflacionaria lhes oferecia mesmo que com isso um número maior de camadas sociais fossem afetadas nesse sentido atacava o governo por sua imensa ingerência na esfera econômica: desestatizar seria a solução. Mas por outro lado reclamava o absentismo do governo quando se tratava de obter grandes despesas públicas, benefícios, barreiras alfandegárias contra o estrangeiro e apoio estatal para a conquista de mercados inacessíveis à eles por sua não competitividade. Apoiava a D'Annunzio sonhando com o domínio da área danúbio-balcânica, como terreno cativo, para suas mercadorias e seus capitais.

E tudo as claras: O *Corrieri economico* escrevia:

“É certo que se a Itália pudesse afirmar-se, como deve, com toda energia e com pronta iniciativa, no Adriático e reunir os fios do comércio com o Oriente balcânico dirigindo-se através a Ucrânia até o Oriente mais longínquo, pouco teria a pedir ao Ocidente”.¹

Queriam pois, nada mais nada menos, impedir as importações, com exceção das matérias primas, e forçar as exportações, em um “anacrônico mercantilismo”, como diz Barbadoro, que levaria o planeta ao caos caso todos assim procedessem.

Além dessa expansão imperialista a burguesia queria “açambarcar o Estado como 'propriedade privada' do capitalismo”.² Tendo sempre dominado o Estado, não perceberam que durante a guerra, ao mesmo tempo que ganhavam todos os benefícios, acabaram por deixar que o Estado se afirmasse como tal. Na guerra e pela guerra o Estado deixara de ser um simples instrumento deles para dominar a vida nacional. A crise do pós-guerra levava a que os capitalistas necessitassem de uma coesão política e econômica

¹ Citado por Franco Catalano, *1919-1921 Potere economico e fascismo*, pp. 78-79, in Idomeno Barbadoro, *Storia del Sindacalismo Italiano*, vol. 2, p. 342.

² Barbadoro, *op. cit.*, p. 343.

total, que o Estado não tentasse arbitrar a luta social, que fosse simplesmente a sua “propriedade”. O Estado liberal deixava agora de satisfazê-los.

Mas não foram apenas as forças industriais que cresceram. As forças operárias também o conseguiram. A grande maioria dos operários, dos camponeses e amplos setores dos estratos médios, terminada a guerra, estavam dispostos à derrubar o estado liberal que os dominava, a mudar toda a vida civil. As classes dominantes sentiam que tinham perdido claramente o controle. E a direção do Estado (sua própria organização, a burocracia civil e militar, a polícia, a magistratura) não era mais funcional para perpetuar os métodos até agora adotados nessa dominação.

Cresce a agitação social, greves econômicas e políticas tornam-se mais e mais intensas. A CGL que em 1918 tinha 250 mil associados, aumenta sucessivamente para 600 mil (1º de maio de 1919), atingindo os 2.150 mil em 1920, crescendo assim 358,33%. A *FIOM*, em 1920, tinha 160 mil associados e nesse mesmo ano a *Federazione nazionale Edilizia* tinha 175 mil, a *Federazione Italiana Operai Tessili (FIOT)* tinha 145 mil e a *Federazione dei Lavoratori della Terra (Federe terra)* cêrca de 845 mil.

O PSI também cresce: passa dos 58 mil aderentes anteriores à guerra para os 87,580 (1919) e 216 mil (1920), um espetacular crescimento de 247% em dois anos. Nas eleições de 1919 ele irá fazer 156 deputados, totalizando 1 840 mil votos e nas eleições administrativas de 1920 obtem 2 800 comunas (inclusive Milão e Bolonha) e 26 conselhos provinciais em 1919 (37,68%). O seu jornal, o *Avanti!* circula diariamente com 300 mil exemplares.

As greves crescem: em 1919 as greves são 1 663 com 1 050 000 grevistas e em 1920 são respectivamente 1 881 e 1 268 000 apresentando um incremento de 13% e de 20%. O ano de 1921, com a violência fascista já atuando impunemente há um decréscimo: são 1045 as greves e 644 500 os grevistas. Os operários põem o problema do poder através da luta pela constituição dos conselhos operários. Os camponeses pobres em luta espontânea (contra a, e apesar da, palavra de ordem livresca da “socialização” que os dirigentes socialistas impõem) colocam a questão da tomada das terras com ocupações da Sicília à Calábria, da Puglia ao Lazio. Os assalariados rurais unidos aos meieiros e aos foreiros da planície do Pó, sob o comando dos emilianos (dirigidos pelos *rossi*, socialistas) e os da região de Cremona (dirigidos

pelos *bianchi*, católicos) ultrapassam todas as reivindicações corporativas para colocar o problema da “expropriação”. Os chamados setores médios estão em 1919, e durante boa parte de 1920, em uma posição de relativa simpatia, e de muita expectativa, em relação às classes subalternas e em aberta ruptura com o Estado burguês. O exército, como qualquer instituição, sofre o impacto da crise e ainda que não exista um trabalho partidário específico sucedem-se casos de amotinamento como em Ancona. Quando em 2 de setembro de 1919 o governo anistia os desertores de guerra o número de soldados condenados ou em julgamento é de 660 mil.

A primeira grande luta da CGL no pós-guerra foi a conquista da jornada de 8 horas. Reivindicação antiga, agora rerepresentada pela FIOM, a partir do seu VII Congresso. A CGL encampa prontamente a luta dada sua repercussão em todo o movimento operário. Já no começo de março de 1918 a CGL lançara manifesto convocando todas as categorias para intensificar a luta, ameaçando mesmo a proclamação de uma greve geral caso o patronato não cedesse. O uso da greve geral implicava em um tremendo avanço político-ideológico, pois sempre fora acusada de tática sindicalista-revolucionária. E já em abril, face a imensa pressão operária, as grandes empresas introduziam a jornada de 8 horas nos seus contratos. E a CGL trata de ampliar a medida pedindo ao estado “uma lei de aplicação imediata que assegure também aos funcionários do serviço público e à todas as categorias do trabalho artesanal e doméstico que geralmente fogem do controle sindical.”³

Nesse mesmo momento as principais Federações de ofício abandonaram a luta contra o taylorismo que perdurava desde antes da guerra. Problemas novos se colocavam. O progresso técnico fizera cair a fórmula dos contratos de trabalho: a tal tempo, tal salário. Agora os sindicatos teriam de pensar em outras determinações do preço da força de trabalho: “a quantidade e o tipo dos investimentos e os critérios organizativos da produção e do trabalho”. No debate com os capitalistas não estavam apenas salário e horário mas a própria condição operária (local de trabalho, qualificação, ritmos, etc.) Tudo isso levava, para a CGL, a separação de duas questões: a da redu-

³ *La Confederazione Generale del Lavoro negli atti, nei documenti, nei congressi (1906-1926)*, citado por Barbadoro, *op. cit.*, p. 374

ção da jornada de trabalho e a do controle operário que os sindicatos começavam a discutir. O rápido crescimento da inflação obrigava o sindicato a lutar para poder manter apenas o valor real do salário.

E como anda a Europa nesse momento? O vento revolucionário percorre o continente. De fevereiro à dezembro de 1918 sucedem-se as tentativas revolucionárias na Finlândia, a revolta dos marinheiros no Adriático, realiza-se a greve geral na Áustria, Berlim se subleva. Na Baviera proclama-se a república soviética. Derruba-se a monarquia alemã e proclama-se a república. A Hungria proclama-se soviética e na Inglaterra o movimento trabalhista tende para a esquerda. Radicaliza-se o movimento operário alemão.

O ano de 1919 começa pela insurreição espartaquista, o assassinato de Rosa Luxemburgo e de Karl Liebknecht, e o esmagamento do movimento. Em março os marinheiros da *Entente* (USA, Inglaterra, França) se amotinam. A contra-revolução avança na Rússia e a república dos conselhos húngaros é esmagada. Na França e na Inglaterra ocorrem levantes e greves gerais. Na Bulgária, na România e na Iugoslávia ocorrem revoltas camponesas.

2.2. Um novo personagem: o fascismo

Em agosto de 1918 Mussolini, amplo conhecedor das massas italianas e ex-líder “radical” dos socialistas, trata de preparar-se para o pós-guerra. Troca o subtítulo do *Il Popolo d'Italia*, agora não mais um “diário socialista” e sim o “jornal dos combatentes e dos produtores”. Trata-se de penetrar onde é possível.

Também não fala em partido, e sim em movimento, ou melhor ainda, em “anti-partido” pois partido é por ele assimilado à putrefação parlamentar. Os partidos não se referem às forças vivas. E é a elas que ele pretende se dirigir. No *Il Popolo d'Italia* de 17 de novembro de 1918 ele declara que os fascistas serão o “anti-partido dos realizadores”. Mussolini vai apagando o que possa cheirar radical à burguesia. Não mais produtores e sim realizadores: “o anti-partido, isto é, uma organização fascista que não terá nada em comum com os credos, os dogmas, a mentalidade e sobretudo os preconceitos dos velhos partidos”.⁴ Onde se fala os “velhos partidos”, leia-se em especial o partido socialista.

⁴ *Il Popolo d'Italia*, 23-11-1918, citado por Paris, *op cit*, p.112.

O nome *fascista* tampouco é semanticamente neutro ou ingênuo. Ele é escolhido por lembrar várias coisas: acontecimentos revolucionários (os *fasci siciliani* de 1894), patrióticas (*fasci* de intervenção, 1915, e os *fasci* parlamentares de Defesa Nacional, após Caporetto). Mussolini tenta ser a confluência dos temas nacionalistas e radicais.

O ano de 1919 começara cedo para Mussolini. Já no dia 3 de janeiro ele apela para uma Constituinte dos Intervencionistas Italianos, hábil manobra pela qual ao mesmo tempo pede a Constituinte e afasta os socialistas que lutaram contra a guerra. A partir do Congresso da CGL, em Bolonha, ele vê a possibilidade de afastá-la do PSI, e com isso tentar a fundação de um *Labour Party*, na Itália, com o que enfraqueceria os socialistas. O movimento grevista impressiona Mussolini que, já no dia 6 de janeiro, faz saber através do *Il Popolo d'Italia* que ele apoia a greve dos correios. No dia 11, ainda em janeiro, com os *arditi* e os futuristas de Marinetti, impede a conferência de Bissolati. Este, que fizera parte do gabinete Orlando-Sonnino, demite-se por discordar da anexação da Dalmácia e da política expansionista do governo. Mussolini e seus amigos impedem o ex-ministro de falar aos gritos de “Vendido!”, “Croata!”, “Viva a Dalmácia Italiana!”.

A 2 de março Mussolini, pelo *Il Popolo d'Italia*, convida amigos e simpatizantes para reunirem-se no dia 23 para constituírem os *fasci di combattenti*: “não se fundará um partido mas dar-se-á impulso a um movimento (...) A 23 de março, criar-se-á o antipartido”.⁵ É nesse momento que ocorre a ocupação de Dalmine. Os metalúrgicos da empresa Franchi-Gregorino, na maior parte sindicalizados pela *Unione Italiana del Lavoro*, de Rosconi, futura base do sindicalismo fascista, resolvem após tentar convencer os patrões, expulsar os industriais e continuar a produção. Hasteiam a bandeira italiana e produzem. O exército logo intervém para devolver a fábrica aos donos.

Mussolini apoia a movimentação que ele chama de “greve produtiva” e depois de totalmente normalizada a situação ele é chamado pelos operários e arenga:

⁵ Citado por Paris, *As origens do fascismo*, p. 85.

“Vós vos colocastes no terreno da classe mas não esquecesteis a nação. Falastes do povo italiano, não somente da vossa categoria de metalúrgicos. Pelos interesses imediatos da vossa categoria poderíeis fazer a greve de velho estilo, a greve negativa e destrutiva, mas pensando nos interesses do povo, inaugurastes a greve criadora, que não interrompe a produção”. E não perde a oportunidade de atacar o PS: “Não sois os pobres, os humildes, os rejeitados, segundo a velha retórica do socialismo libertário, vós sois produtores e é esta vossa qualidade reivindicada que reivindicastes o direito de tratar de igual para igual com os industriais”.⁶

O caráter anti-socialista está marcado. Mas Mussolini não quer ser considerado anti-operário, pois segundo ele PSI e massa trabalhadora são coisas distintas, não se confundem. Veremos isso com calma.

No dia 21 de março Mussolini funda em Milão o primeiro *Fascio*: com ele estão Marinetti, Michele Bianchi, Ferruccio Vecchi (amigo de Marinetti e chefe dos *arditi* que impediram a fala de Bissolati e que irão, daí a 26 dias, saquear e incendiar o *Avanti!*).

Piazza Santo Sepolcro, Círculo dos Interesses Industriais e Comerciais de Milão. Eis o local em que se fundam os *Fasci*. Assistência reduzida, acotovelando-se lado a lado, “antigos membros dos *fasci d’azione rivoluzionaria*, intervencionistas de esquerda, anarco-sindicalistas e republicanos como Farinacci e de *arditi* desmobilizados”.⁷

Mussolini faz aprovar três declarações: “A Assembléia de 13 de março dirige sua primeira saudação e seu pensamento respeitoso aos filhos da Itália que tombaram pela grandeza da pátria e pela liberdade do mundo, aos mutilados e aos inválidos, à todos os combatentes, aos antigos prisioneiros que fizeram seu dever e se declara pronta a sustentar energicamente as reivindicações de ordem material e moral que serão propostas pelas assembléias dos combatentes”; “A assembléia (...) declara opor-se ao imperialismo dos outros povos em detrimento da Itália e ao eventual imperialismo da Itália em relação aos outros povos e aceita o princípio supremo da Sociedade das Nações que admite de saída a integridade de cada uma delas, integridade

⁶ *Discorso agli operai di Dalmine, in Origine e sviluppo del fascismo*, PNF, p. 65.

⁷ Paris, *op. cit.*, p. 87.

que para a Itália deve se realizar nos Alpes e no Adriático, pela reivindicação e pela anexação de Fiume e da Dalmácia” e “A Assembléia (...) exorta os fascistas a sabotar, por todos os meios possíveis, candidaturas dos neutralistas de todos os partidos!”⁸

Como dissemos Mussolini se quer anti-socialista mas não anti-proletário. Em *Posizioni e obbiettivi*, cinco dias depois da fundação dos *Fasci*, ele afirma: “O único partido que hoje é 'reacionário' na Itália é o partido socialista oficial”. Mas explica: “sempre nos recusamos e recusaremos a identificar o proletariado com aquela organização político-eclesiástica especial que se chama partido socialista. Sempre nos recusamos a reconhecer o direito do partido socialista à tutela das massas trabalhadoras”.⁹ E conclui:

“o socialismo se ocorre, 'ocorre' na economia: não através os belos gestos da política. Se ao invés de um aumento de bem-estar, verifica-se como na Rússia, um aumento da miséria, isso não é socialismo, ainda que o partido político tenha se assenhoreado do poder”.¹⁰

E a 15 de abril os *arditi* de Ferruccio Vecchi, intrigados por Mussolini e por Marinetti, saqueiam o *Avanti!*. Mussolini declara no *Il Popolo d'Italia* que embora os *Fasci* não tenham preparado o ataque, assumiam a inteira responsabilidade moral do incidente e, em entrevista ao *Giornale d'Italia*, afirmará ser este o primeiro ato da guerra civil, uma sã reação contra a chantagem leninista. A 1º de maio publica um *Discorso da ascoltare* em que acusa os socialistas: eles “'jogam' com as massas operárias sem nunca consultá-las. A conduta do partido nas relações com o proletariado é claramente autocrática, absolutista, imperialista, burguesa”. Continua o ataque: “O 'partido' é um fato estranho ao movimento operário. Ninguém lhe contesta o exercício do poder sobre os seus inscritos; mas é cretino e criminoso permitir-lhe o exercício e o abuso do poder sobre o proletariado. Que o *pus* decida o fim do mundo, é problema dele, mas que o decida na ausência e contra o proletariado, arrogando-se depois o direito de império sobre esse mesmo

⁸ *Acte du nasissance du fascisme*, 23-3-1919, *Œuvres* de Benito Mussolini (OBN), pp. 369-373.

⁹ *Il Popolo d'Italia*, 28-3-1919, *Scritti di Benito Mussolini* (SBN), vol. 2, pp. 8-9.

¹⁰ *idem*, p. 10.

proletariado, é espetáculo 'reacionário' e autocrático que tem que acabar. É tempo de estabelecer nas organizações, um regime de democracia verdadeira. É tempo de dizer que antes de encenar qualquer movimento econômico e político os operários devem ser interpelados. É tempo de dizer que os operários não são fantoches privados de capacidade de raciocínio, como pensa o partido socialista, do momento em que 'substitui' o proletariado continuamente sem nunca interrogar-lhes.

Amigos operários! está em questão a vossa dignidade e a vossa liberdade. Providencial! Insurgi-vos! Antes que a tirania vermelha vos esmaque".¹¹

É o discurso, que, como dissemos, se pretende anti-socialista, mas nunca anti-operário. Anti-socialista e hábil orador, Mussolini, frequentemente chamará o PSI, de Partido Socialista Oficial (por separação dos outros "socialistas") de PUS, que sendo *partito ufficiale socialista*, ao mesmo tempo pus, isto é matéria putrefata.

Os industriais sustentam o *Il Popolo d'Italia*, entre eles Agnelli, pois já em abril, os industriais e os latifundiários, reunidos em Genova, fazem pacto contra os monopólios do Estado e o bolchevismo. Mussolini sustenta a tese que os *fasci* são de vocação "industrial", melhor dito urbana. E é aí, nas cidades que ele vai conseguir suas tropas: *arditi* desmobilizados ou em vias de, estudantes filhos da pequena burguesia e da burguesia, os desclassificados em geral... No início as relações com os industriais não são boas: os nacionalistas são mais fortes e alguns pontos do programa incomodam: confisco dos lucros, partilha de terras... Ainda que demagógicas, os industriais não confiam muito. E além do mais Mussolini se proclamara "tendencialmente republicano".

Finalmente a 6 de junho o *Il Popolo d'Italia* publica o programa dos *Fasci di Combattimento*. O programa proclama "um movimento sadiamente italiano". Mais do que isso revolucionário, e isto "porque anti-dogmático e anti-demagógico; poderoso inovador porque desprovido de apriorismos". Como ele se define? Isso é um luxo que os fascistas não se dão:

¹¹ *Il Popolo d'Italia*, 1-5-1919, *idem*, p. 12.

“Colocamos acima de tudo e de todos a exploração da guerra revolucionária. Os outros problemas – burocracia, administração, direito, escolas, colônias, etc – delinear-lo-emos logo que tenhamos criado a classe dirigente”.¹²

Apesar disso declaram-se favoráveis: ao sufrágio universal, representação proporcional, plena cidadania para as mulheres, redução da idade para ser eleitor e deputado, abolição do Senado, Constituinte, “formação de conselhos nacionais técnicos do trabalho, da indústria, dos transportes, da higiene social, das comunicações, etc., eleitos pelas coletividades profissionais ou de ofícios, com poderes legislativos e o direito de eleger um comissário-geral com poderes de ministro”¹³, isto no plano político.

No plano social falam da redução da jornada de trabalho para 8 horas, salário mínimo, “participação dos representantes dos trabalhadores no funcionamento técnico da indústria”, “outorga às representações proletárias (desde que sejam dignas disso moral e tecnicamente) da gestão das indústrias ou de serviços públicos”, reorganização dos transportes, redução do tempo de aposentadoria para 55 anos.¹⁴

No plano militar propõem uma milícia nacional, de curta instrução e caráter defensivo, nacionalização das indústrias de armamentos e política externa valorizando a nação italiana.

Finalmente no plano financeiro: pesados impostos progressivos sobre o capital, “que represente uma autêntica EXPROPRIAÇÃO PARCIAL de todas as riquezas”, confisco dos bens das congregações religiosas e “revisão de todos os contratos de fornecimentos de guerra e o confisco de 85% dos lucros de guerra”.¹⁵

Como vemos Mussolini tenta flertar com a *sinistra*.

Mas Mussolini não está só e encontrará algumas resistências internas. Na própria assembléia de fundação Mussolini declara:

¹² citado por Paris, *op. cit.*, p. 123.

¹³ *idem*.

¹⁴ *idem*, p. 124.

¹⁵ *idem*, pp. 124-125.

“Escrevi que era preciso ir ao encontro do trabalho que voltava das trincheiras, porque seria odioso e bolchevista recusar reconhecer os direitos daqueles que fizeram a guerra. (...) É necessário aceitar os postulados das classes trabalhadoras: querem oito horas. Amanhã os mineiros e os operários que trabalham de noite imporão as seis horas? As pensões por invalidez e velhice? O controle nas indústrias? Nós apoiaremos essas reivindicações mesmo porque queremos habituar as classes operárias à capacidade diretiva nas empresas, ainda que para convencê-los que não é fácil dirigir uma indústria ou um comércio”.¹⁶

Bianchi, da UIL, não deixa passar: “É fácil ganhar a simpatia das massas com grandes promessas (...) Não somos uma assembléia de demagogos”.¹⁷ Mas nada mais. A reunião elege um Comitê Central: entre outros Mussolini, Marinetti, Ferruccio Vecchi, Mario Giampaoli, Cessare Rossi. A 15 de agosto surge o semanário *Il Fascio*, órgão oficial do movimento. “Daqui a dois meses, um milhão de *fasci* terão surgido em toda a Itália”¹⁸, dirá Mussolini no dia seguinte à fundação. A realidade porém é distinta e no 1º Congresso dos *Fasci*, realizado em Florença entre 9 e 10 de outubro, estão presentes 17 mil sócios dos 56 *fasci* existentes. Nessa assembléia o futuro *Duce* falará de 40 mil sócios e 137 *fasci*, cifras publicamente corrigidas no 2º Congresso.

Em Florença, Marinetti, acreditando que era para valer, fala em expulsão do Papa da Itália e de “desvaticanização”. Mussolini, se vê obrigado a concertar a mancada: “Nós, fascistas, não temos doutrinas prontas, nossa doutrina é o fato. (...) Nós, fascistas, devemos afirmar-nos por toda parte onde pudermos”.¹⁹ Corrigida a gafe, começa a violência fascista. Eles precisavam mostrar serviço para serem aceitos.

2.3. Os capitalistas se organizam

Diante do quadro traçado o problema da conversão da economia de guerra para a de paz é crucial. A volta imediata ou não à plena liberdade

¹⁶ PNF, p. 70.

¹⁷ Citado por Paris, *op. cit.*, p. 88.

¹⁸ *Il Popolo d'Italia*, 24-3-1919, PNF, p. 72

¹⁹ Citado por Paris, *Histoire...*, p. 226.

econômica divide as opiniões dos industriais. Se alguns percebiam como necessidade a manutenção da regulamentação estatal, com os correlatos protecionismo e intervencionismo, outros exigiam pura e simplesmente a volta à economia de mercado sem a presença do Estado. No entanto, pelo menos durante um período de transição, a plena liberdade concorrencial parecia perigosa e a intervenção estatal aparecia como necessária na coordenação da produção e na regulamentação dos grandes monopólios.

Industriais como Dante Ferraris, presidente da *Lega Industriale di Torino (Lega)*, na assembléia de 9 de dezembro de 1918 da *Associazione fra le società... italiane per azione (Assonime)*, após homenagear os combatentes e aos homens de governo que não hesitaram em assumir as graves responsabilidades da intervenção e da condução da guerra, lembra que a Itália era um país que proporcionalmente às suas riquezas tinha feito os mais elevados gastos e que a situação italiana, no pós-guerra, do ponto de vista da economia, se assemelhava mais à dos países vencidos do que dos vencedores. Os teóricos e “os omniscientes funcionários governamentais”, diz ele, não têm condições de resolver os problemas da economia. Era necessário que “os verdadeiros construtores da vida econômica do país” fossem chamados a participar efetivamente da vida política. E não se referia apenas aos industriais, mas também às organizações operárias cujo desejo de participar na conferência de paz deveris ser apoiado. Os funcionários da Grande Comissão do Pós-Guerra continuam atuando sem a menor consulta aos interessados e ainda “hoje se resolvem as questões que mais diretamente lhes dizem respeito sem sequer consultá-los”.²⁰ Segundo ele a guerra demonstrou que

“o Estado não é um bom comprador, e não é um bom distribuidor. Para um rápido retorno à economia de paz, a melhor coisa seria que fosse concedida liberdade imediata, a mais ampla liberdade, às nossas indústrias, e se removessem todas as peias, todas as dificuldades que hoje as obstaculizam”.²¹

²⁰ Dante Ferraris, *Discorso pronunciato all'assemblea straordinaria delle associate*, citado por Abrate, *La lotta sindacale nella industrializzazione in Italia. 1906-1926*, p. 202.

²¹ *idem*.

No mesmo sentido de Ferraris se pronunciou o Congresso dos Industriais de Bergamo, 1919, e as manifestações da *Società Promotrice dell'Industria nazionale (Promotrice)*. Começa a surgir o “partido econômico”, sustentado pelas associações industriais e comerciais, e que irá eleger deputado ao advogado Gino Olivetti, *l'anima danata da Lega*.

Olivetti tem a pretensão, como já vimos anteriormente, de coordenar as associações empresariais. Na seção de 13 de julho de 1920, da *Promotrice*, ele traça o quadro:

“Atravessamos uma grave crise econômica e uma crise mais grave ainda, a dos ânimos. A crise econômica pode definir-se pela ruptura do equilíbrio entre produção e consumo. A guerra destruiu muita riqueza, obstaculizou a produção; e isto hoje ainda não corresponde uma adequada renovação dos meios de produção e de transporte, enquanto o consumo e as exigências do consumo cresceram consideravelmente, seja pelas privações anteriores seja por uma maior extensão das necessidades, dos desejos e dos meios aparentes para satisfazê-los. O aumento do custo de vida é de tudo isso a conseqüência mais alarmante. A crise dos ânimos pode ser definida por uma concepção errada da conquista dos bens e dos prazeres materiais. *Dado que hoje o povo não somente mede mais claramente as desigualdades sociais mas tende a exagerar o conceito de liberdade e conceber cada bem adquirível pela força. As massas, empurradas por miragens utópicas, são conduzidas a conquistas danosas neste momento, à exigências exageradas e com um espírito de preguiça não isolado de um espírito de rebelião contra o Estado e contra as leis. (...) Os ventos que chegam da Rússia plasmaram em torno do comunismo uma nova forma de alucinação coletiva que conduz as massas para o novo dogma maximalista*”.²²

A debilidade da ação do governo era vista como sendo “efeitos deletérios de uma injustificável ingerência e de uma burocracia mastodôntica sobre a liberdade de ação industrial e comercial”.²³ O objetivo final da *Promotrice* é, portanto, a escolha de homens capazes e de enviá-los ao governo. Ela coloca como seu programa a liberdade para a indústria, o comércio e o tra-

²² Gino Olivetti, *Relazione della presidenza alla assemblea generale ordinaria del 13 luglio 1920*, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 202. Grifos nossos.

²³ Abrate, *op. cit.*, p. 203.

balho; a defesa da propriedade e das iniciativas individuais; a reforma da administração pública e do sistema tributário e, mesmo, uma “representação profissional, isto é, a organização de corpos técnicos eletivos para o exercício de faculdades precisas deliberativas”.²⁴ Acreditava-se que o sistema de representação proporcional adotado nas eleições políticas permitiriam aos órgãos parlamentares assumir uma configuração semelhante à “representação orgânica dos interesses de classe”.²⁵

Assim, apesar das pressões industriais, uma volta pura e simples à liberdade econômica não apenas parecia imediatamente impossível bem como aparecia como arriscada. Os temores da administração pública não eram infundados e muito menos eram provocados pelo medo “de perder a 'ditadura' sobre a vida econômica”²⁶, como salienta o historiador das indústrias turinesas. Logo após uma breve euforia as manifestações de 1919 contra a carestia vinham reforçar essa certeza. Os grandes problemas da indústria eram imensos, entre eles a disponibilidade de matérias primas, de navegação, nível do câmbio, etc. E para eles só havia um remédio: “aceitar” a rígida disciplina na distribuição e no consumo, apesar dos anátemas lançados pelos economistas liberais. Alguns tinham esperanças no desenvolvimento da liberdade comercial mundial que a médio prazo se faria sentir internamente. No entanto as idéias wilsonianas, e o poder de impô-las, sobre a cooperação internacional levavam a que se regulamentasse mais e mais a liberdade comercial mundial e as condições de trabalho.

No fim da guerra, principalmente em 1917, a *Confederazione dell'Industria* viu sua estrutura e sua capacidade de ação diminuírem. “De fato, o *Comitato Centrale della Mobilitazione* e os comitês regionais tinham progressivamente absorvido as funções de coordenação, e mesmo, em parte, as de representação que tinham sido próprias das associações empresariais”.²⁷ E mesmo os homens da indústria tinham sido dispersados e absorvidos por múltiplas ocupações.

²⁴ *idem.*

²⁵ *idem.*

²⁶ *idem.*

²⁷ *idem.*, p. 205.

Gino Olivetti, que controlava firmemente a *Lega*, fazia dessa associação sua base de operações. Com o pós-guerra ele tratou de resolver o problema da desmobilização da força de trabalho empregada nos estabelecimentos que colaboraram na produção militar e agora exigidos pelas empresas, encontrando a resistência do *Comitato della Mobilitazione*. Olivetti queria a qualquer preço manter a unidade industrial pois acreditava ser mais do que nunca necessário estabelecer uma orientação comum às forças empresariais. Era necessário que a Confederação da Indústria estivesse mais próxima do poder central, com grandes fundos e uma estrutura organizativa adequada.

Para tanto ele propõe a Dante Ferraris, presidente da *Lega* e da *Assonime*²⁸, que assuma o comando de uma nova associação nacional. Ferraris aceita e o projeto é enviado a 3 de janeiro de 1919 a todas as associações industriais. Pretendia-se “coordenar em um único e potente feixe as forças associativas da indústria italiana, deixando autonomia a cada uma no seu campo específico”.²⁹ A idéia é recebida calorosamente e os primeiros combates sindicais de 1919 mostram a oportunidade da proposta. A 13 de março Ferraris convida as representações das associações para uma reunião em Roma no dia 29. Os debates são rápidos e já em 8 de abril surge a *Confederazione Generale dell'Industria Italiana (Confindustria)*: são 50 associações industriais representando 6 mil empresas que formam o corpo associativo. Ferraris fica como presidente e Gino Olivetti como o todo poderoso secretário com poderes executivos e de intervenção nas associações filiadas à *Confindustria*. Ele efetivamente organiza a confederação. Acreditava que “a Confederação deve ser como uma vitrine na qual os industriais expõem os seus melhores homens; os colocam à vista para eventuais funções de governo”.³⁰

²⁸ E além disso vice-presidente do grupo *FIAT*, vice-presidente da Fiat-S. Giorgio, presidente da Giovanni Golardini S.A. (fornecedores militares) e diretor da *Officine Diatto*

²⁹ *Lettera circolare 3 gennaio 1919*, citada por Abrate, *op. cit.*, p. 206.

³⁰ Ettore Conti, *Dal taccuino di un borghese*, 2ª ed., Milano, 1946, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 207.

Olivetti permanece, no entanto, na secretaria da *Lega*. E também aí introduz modificações. A *Lega* vê no pós-guerra a transformação dos grupos de empresas em associações, o peso cada vez maior das indústrias metal-mecânicas e o surgimento da *Associazione Metallurgici Meccanici ed Affini (AMMA)* – onde a Fiat e Giovanni Agnelli predominam. A *Lega Industriale-Federazione dell'Industria piemontese* era agora a reunião das associações industriais e não mais de empresas isoladas, as quais só poderiam ser admitidas em tal caráter caso não existisse Associação específica.

2.4. Os enfrentamentos sindicais em 1919

Na Itália existia uma potente oposição, nem sempre constitucional, face à sociedade democrático-burguesa, oposição que apesar das suas contradições internas, suas falhas e carências, seu radicalismo verbal, propõe a derrubada violenta do Estado e a conquista revolucionária do poder. Os socialistas reformistas (Turati, Rigola, D'Aragona, Buozzi, etc.), contudo, dizem ser ilusão pensar que o que tinha ocorrido na Rússia, em circunstâncias tão particulares, pudesse ocorrer na Itália. A tentativa de fazer na Itália uma revolução conduziria à uma reação sangrenta ou então a simples mudanças puramente formais e superficiais na estrutura política. E reafirmavam que a tomada do poder deveria ser gradualista.

Nos primeiros meses de 19 os aderentes da CGL aproximam-se de um milhão e, fato notável, pela primeira vez, estão entre eles os técnicos e os funcionários administrativos. Os grandes projetos cegelistas são retomados: a luta pela jornada de 8 horas, a participação nos lucros, a socialização. Alguns empresários falam que é necessário fazer com que os proletários tenham uma posição melhorada para desse modo compromete-los com o capitalismo. Caso não fosse possível tal coisa corria-se o risco da Itália repetir os acontecimentos da Rússia, da Hungria e da Alemanha. Outros empresários salientam que sem a participação operária será impossível a reconstrução da economia italiana.

A CGL não parecia disposta a tolerar o que Guarnieri, no Congresso da FIOM, chamara de “atentados contra a liberdade sindical”³¹ e portanto

³¹ Mario Guarnieri, *La mobilitazione industriale*, Congresso nacional da FIOM, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 210.

tendia a “libertação da exploração capitalista” e “a posse da fábrica e a gestão da produção”. No entanto as reivindicações imediatas eram a jornada de 8 horas e o salário mínimo, reivindicações que tinham sido deliberadas em 1917 pela CGL, pela direção do PSI e pelo grupo parlamentar. No referente a luta pelas oito horas, Baldesi, no seu relatório ao congresso da FIOM, em novembro de 1918, dizia que essa conquista era uma decorrência lógica de uma longa batalha sindical, capaz de enquadrar-se no capitalismo, e não no produto de uma revolução, aliás longínqua. Não vê nessa reivindicação um meio de abolir o super-lucro mas “o único meio de excitar a indústria a aperfeiçoar-se nos seus meios de produção como disponibilidade e funcionamento de sua maquinaria em um período maior de horas”.³²

Tal reforma para sê-lo efetivamente

“em toda a sua complexidade e para que a classe operária participe na sua conquista com plena consciência de quanto ela representa, não peçamos que as oito horas sejam conquistadas por disposições legislativas (...). Os operários metalúrgicos da Itália devem endereçar as suas exigências diretamente aos industriais, discutir, contrapor as razões que a ciência e a prática colocam assim amplamente à sua disposição para convencer a parte adversária da utilidade da aplicação dos horários reduzidos”.³³

No referente ao salário mínimo o problema era maior dado a imensa diversidade das formas de pagamento vigentes na indústria. O que se queria garantir era um mínimo de dias de trabalho e, portanto, um salário mínimo anual. O que, segundo os industriais, era contraditório com a exigência da participação nos lucros.

No acordo de Milão, em 20 de fevereiro de 1919, entre a FIOM e a *Associazione nazionale fra industriale meccanici ed affini (ANIMA)* as duas reivindicações foram parcialmente aceitas. Os industriais concordaram também com o reconhecimento das *comissioni interni (CI)* que passaram a ser regidas por um regulamento anexo à concordata: “A título de garantia da aplicação correta do regulamento cada trabalhador deixava um depósito na

³² Gino Baldesi, *Relazione sulla conquista delle otto ore*, Congresso nacional da FIOM, *idem*.

³³ *idem*.

empresa relativa a uma semana de trabalho e o empresário deixava uma soma igual ao conjunto dos depósitos operários, produzindo o total uma taxa de 5% enviada a uma instituição de previdência em benefício dos operários”.³⁴ Poucos meses depois a concordata é completada por outra relativa aos técnicos e funcionários administrativos. Rigola, que até outubro de 1918 tinha sido secretário da CGL, considera o acordo satisfatório.

Para os industriais ditos “progressistas” isto trazia uma quebra da resistência operária ao taylorismo: cerca de meio milhão de operários passaram a funcionar no novo sistema. Para os que não aderiram a esse sistema os debates prosseguiram. Para os têxteis a concordata nacional foi assinada em 28 de maio, ainda em Milão, e além da redução da jornada houve aumentos salariais. A questão das oito horas estava praticamente resolvida. E se os empresários viam o acordo com muita esperança, Ferraris, o presidente da *Confindustria*, via nele uma última concessão: os custos da produção, segundo ele, estavam tão elevados que “nem mesmo mais exagerado protecionismo (...) teria consentido de seguir aos operários nas suas contínuas demandas”.³⁵ Vai afirmar, na Assembléia da *Lega*, em 12 de abril, que as oito horas tinham sido aceitas “não por fraqueza mas por uma visão consciente das necessidades do momento”³⁶ e que a questão do salário mínimo por mais que procrastinasse levaria a grandes agitações. Propõe então e obtem da Assembléia a recusa do sábado inglês.

Nessa mesma assembléia Olivetti consegue que todas as questões sindicais sejam discutidas pela *Lega* de modo a permitir um efetivo controle da situação. Adverte que “os operários estão convencidos de que basta pedir para obter”, mas lembra que a *Lega* “tinha bastante força para reagir e, por isto, não se deve ceder por temer lutar, mas que também não se deve resistir por resistir”.³⁷ Agnelli conclui a reunião reclamando a coesão e a disciplina dos industriais para com a *Lega*.

³⁴ Abrate, *op. cit.*, p. 211.

³⁵ *Relazione dell'assemblea generale della Lega del 12 aprile 1919*, citada por Abrate, *op. cit.*, p. 211.

³⁶ *idem*, p. 233.

³⁷ *idem*.

Esta atitude está diretamente ligada às greves que vêm ocorrendo principalmente na Ligúria. Aí estão ocorrendo 39 greves com cerca de 70 mil grevistas (dos quais 25 mil da Ansaldo de Sanpierdarena, Sestri Ponenti etc.). A movimentação dos técnicos funcionários administrativos deixam os empresários particularmente apreensivos. Agnelli preocupa-se em reafirmar a necessidade da coesão dos industriais, independentemente do tamanho da empresa, e Olivetti propõe a formação de um “tribunal” para julgar as infrações aos regulamentos. Conclui-se pela necessidade de criar-se dentro da *Legia* um subgrupo de pequenas empresas.

A questão do salário mínimo estava no entanto longe de resolver-se. A 1º de maio reúnem Fornaca (Fiat) e Colombino (CL) na presença de Agnelli e Lancia. Para Agnelli a questão não pode ser discutida abstratamente e não pode ser pensada sem levar em consideração o tamanho das empresas. E, de qualquer modo, a decisão seria tomada na assembleia da AMMA, convocada para o dia 2 de julho. Poucos dias depois Agnelli convoca o conselho da AMMA para informar sobre a questão do sábado inglês que era o principal ponto de conflito com a FIOM. Apesar dele saber da posição intransigentemente contrária dos empresários e dado que em algumas fábricas (a Fiat e a Itala) os operários já tinham feito o sábado inglês por conta própria, Agnelli comunica sua impossibilidade de continuar como presidente e oferece sua demissão.

Nessa assembleia tudo corre bem: as concordatas com a FIOM são aceitas, com leves ressalvas quanto à forma de pagamento e a duração do acordo. Quanto a esta última objeção Agnelli diz não acreditar em uma redução do custo de vida e lembra que “a mão de obra não abunda no mercado”.³⁸ Quanto ao sábado inglês Olivetti ressalta que a FIOM estaria disposta a greve. Os industriais resistem e querem que nos estabelecimentos onde o sábado inglês foi adotado ele seja revogado. Outra reunião, uma semana após, vê a continuidade da divisão. A questão é resolvida em 18 de junho quando a concordata é finalmente aprovada.

A greve política de 20-21 de julho contra a intervenção na Rússia e na Hungria, e que deveria ser realizada simultaneamente na Itália, França e Inglaterra fracassa. Apenas na Itália ela é realizada. E com muitos problemas.

³⁸ *idem*, p. 234.

A *Confindustria* aconselha a seus aderentes a não empregar medidas repressivas, e a *Lega* também assume essa posição aconselhando no entanto as empresas a interpelar os operários. Se a greve for massiça os estabelecimentos devem permanecer fechados. A AMMA chega a aconselhar que se por acaso algum trabalhador aparecer deve ser convidado a voltar para casa. Não se pagariam todavia os dias de greve. E comunicou-se ao Presidente do Conselho de Ministros que apesar da lamentável “interrupção da regular atividade produtiva” os industriais não proclamariam a *serrata*, o *lock out*.

No primeiro número de *L'Italia industriale* Olivetti publica um editorial, *In tema di economia capitalista*, em que faz um balanço da situação encaminhando alternativas. Localiza “nos acontecimentos da Rússia” o fato mais importante da desorientação geral do pós-guerra e após observar que lá tinha havido um certo êxito de fazer “uma espécie de comunismo urbano-industrial”, afirma que as maiores resistências se encontravam e se encontram na destruição da propriedade fundiária. Entretanto, argumentava, o êxito da revolução é visto entre os italianos como o índice de uma profunda crise do capitalismo e que daí esperava-se que pudesse ocorrer o mesmo na Itália. Nesse mesmo sentido via-se na concessão das oito horas e do salário mínimo uma outra prova da crise. Os industriais estariam amedrontados. Mas, salienta ele, este é um raciocínio equivocado: “na realidade os industriais, e é este o seu gravíssimo erro, até agora se abstiveram de tomar parte ativa na vida pública. Não dirigiram nada. Nem sequer exerceram a influência de sua competência naqueles novos ramos da atividade estatal em que poderia ser verdadeiramente úteis. Mas na vida prática das fábricas, em contato com as dificuldades cotidianas da vida industrial, compreenderam que era necessário caminhar na via de maiores reformas, depois que, durante a guerra e o pós-guerra, a escala de valores sociais e das condições de vida sofreram modificações sensíveis”.³⁹ As reformas seriam, portanto, uma prova da larga visão e mostravam a convergência entre empresários e organizações sindicais reformistas. Tratava-se, agora, de lutar politicamente. E este jogo – o da política – a burguesia não estava disposta a perder.

³⁹ Gino Olivetti, *In tema di economia capitalista*, in “*L'Italia industriale*”, a. 1, n° 1, julho-setembro de 1919, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 214.

Em Turim, no início de 1919, o Conselho da AMMA concede à organização política *Alleanza Nazionale* uma contribuição de mil liras. E estabeleceu que daí por diante se constituir um fundo de “beneficência” com o qual o Conselho poder financiar grupos políticos. A 23 de julho, em reunião da AMMA, Agnelli nota que no “momento oportuno a Associação deverá interessar-se pelas eleições, propondo e sustentando candidatos industriais próprios nas várias listas e indicando também os meios econômicos para obter que lhe sejam reservados bons postos”.⁴⁰ Ainda no início de agosto voltou-se à questão por insistência de Agnelli que falava da “ação proposta por algumas organizações políticas em defesa das instituições” e que necessitavam de ajuda moral e material. O conjunto dos sócios opta por apoiar individualmente, pela autonomia. Eram os passos que os industriais davam para participar ativamente da política nacional.

O ambiente torna-se mais e mais rígido. Na assembléia da *Confindustria*, de 28-29 de julho, quando Ferraris é substituído, por ter sido nomeado ministro do gabinete Nitti, Olivetti amplia o seu domínio. Ele comenta a reunião das organizações sindicais industriais dos países aliados em Paris, ressaltando que no que se refere à jornada de oito horas, tanto na França quanto na Bélgica, não existia uma tendência tão precisa quanto na Itália, nem mesmo quanto a data de entrada em vigor. Comenta ainda que os salários da França e da Itália estão no mesmo nível concluindo daí que a situação italiana era pior. E referindo-se à questão da composição, na Itália, de conselhos paritários de empregados e patrões com direito de controle sobre as compras, as vendas e a gestão das empresas, afirma que isso desnaturaria “a função diretiva sobre a economia de empresa que, pertence de direito ao empresário, o qual, suportando todos os riscos técnicos e econômicos do exercício da indústria, não pode certamente sujeitar-se a uma reforma que limitaria a sua liberdade de ação tanto nas questões de aplicação técnica quanto naquelas estritamente contratuais”.⁴¹ Esta questão que vinha se elaborando nos meios operários era totalmente inaceitável.

⁴⁰ Citado por Abrate, *op. cit.*, pp. 235-236.

⁴¹ Olivetti, *In tema...*, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 215.

As greves, por outro lado, cada vez mais numerosas eram perigosas por interromperem continuamente o funcionamento da produção. Além disso existiam fortes preocupações com o futuro. As *Camera del Lavoro (CL)* estavam usurpando cada vez mais os poderes do Estado em muitas localidades. Tendo estabelecido o pânico entre os industriais, Olivetti insiste na questão da disciplina, dos recursos e da propaganda.

No Conselho Nacional (CN) da CGL, de agosto de 1919, D'Aragona responde às acusações burguesas: "Faz-se crer ao público que os operários estão animados de um louco propósito de sabotar a produção, enquanto na realidade é a classe patronal que sacrifica a produção aos próprios objetivos políticos de classe e mesmo de categoria. Estamos pelo contrário diante de uma verdade e própria luta sindical". E continua: "Os industriais tendem a destruir a organização dos trabalhadores porque ela ameaça as suas posições", terminando por afirmar que "apenas motivos políticos impedem de melhorar o andamento da economia nacional com abertura das relações comerciais com aqueles países (...) que teriam muita necessidade de manufaturados, de máquinas, de fibras".⁴²

Nesse CN é aprovada uma moção que denuncia claramente o que era a crise. A CGL via nela "não apenas um fenômeno de diminuição dos processos produtivos, mas ainda testemunho da incapacidade das classes dirigentes de superar as contradições deste período histórico (...). É precisamente em consideração a tudo isto que o CN da Confederação do Trabalho afirma que reduzidos objetivamente os atuais conflitos aos termos meramente econômicos que os industriais gostariam de fazer prevalecer, todo sentido de lógica nega a aceitação de todas as explicações patronais"; após o que advertia a necessidade de unificar os vários movimentos e as várias greves em curso que "tendo assumido o aspecto de uma verdadeira e própria batalha entre as partes, mostraram a urgência do controle operário sobre as empresas agrícolas e industriais".⁴³

Essa afirmação é muito importante. A CGL tentava assim fazer com que a luta pelo controle operário passasse para o terreno puramente sindi-

⁴² *Avanti!*, 16-8-1919, citado por Barbadoro, *op. cit.*, p. 383.

⁴³ *La Confederazione...*, pp. 271-271, citado por Barbadoro, *op. cit.*, pp. 383-384.

cal. O tema do controle era velho nas bases operárias. A longa luta pelo reconhecimento das CI, a não menos longa resistência operária, passava a dominar o mundo do trabalho. Com o que efetivamente se “sepultava” duas posições “burguesas” na luta sindical: a da participação dos lucros na empresa e a participação no próprio capital (o chamado sistema do acionariado operário). Sepultava mas não totalmente, pois os sindicatos católicos continuaram a lutar por essas bandeiras.

Com a luta pelo controle operário “recolocava-se” a luta sindical no campo mais avançado da luta de classes. A Ilva, a Fiat e a Pirelli tinham tentado, na metade de 1918, desviar a atenção operária para a participação nos lucros como forma de ligar o interesse dos operários ao das indústrias. A CGL já desde maio de 1918 tinha se colocado contra o acionariado.

Em uma nova reunião, a 15 de setembro, em Milão, Federico Jarach, da AMMA, sustenta que as tentativas de apaziguamento feitas pelos industriais tinham sido vãs e pede à *Confindustria* que recuse qualquer tipo de conciliação de origem governamental. Apoiando-o Vanzetti, da *Associazione Industriale Lombarda*, diz que como a greve operária falhara trataram de reanimá-la fazendo com que os técnicos e os funcionários entrassem na luta. E parecia-lhe ser melhor fechar as fábricas e reabri-las apenas quando todas as greves de todas as categorias cessassem. Olivetti informa que a *Confindustria* solicitara ao governo que se abstivesse de qualquer pressão e de tutelar a liberdade de trabalho. Após comentar as manifestações da CGL conclui afirmando que a *Confindustria* “deve tomar o seu próprio posto de combate”.⁴⁴

A greve dos funcionários que sucedera a luta pelas oito horas e pelo salário mínimo era grave. Não só pela sua imediatidade mas, e principalmente, porque obrigava os empresários a suspender o trabalho dos operários que ficavam sem chefia nas fábricas. Estavam assim, os capitalistas, pressionados por uma dupla pressão articulada pela FIOM. Já em julho os funcionários tinham apresentado memorial com reivindicações salariais e normativas. A AMMA e o *Consorzio delle fabbriche di automobile (CFA)* querem resistir quanto à questão econômica mas dispunham-se a estender o acordo feito com os operários, prevendo entre outras coisas quinze dias de férias.

⁴⁴ Olivetti, *In tema...*, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 236.

Feita a contra- proposta segue-se um longo intervalo. E a 21 de outubro, Luigi Borghi, secretário dos funcionários volta a Olivetti com as propostas de julho às quais se acrescentava a retroatividade. O conselho da AMMA recusa. E tenta fazer, através uma promessa de pagar bem o trabalho dos operários, com que fosse retomada a produção. A greve dos funcionários segue compacta e em algumas fábricas com apoio operário. A greve atinge a *Fiat* (todo o grupo), *Spa*, *Itala*, *Ansaldo S. Giorgio*, *Cantieri Aeronautici Ansaldo*, *Lancia*, *Rapid*, *Officine di Savigliano*, *Scat*, *Officine Moncenisio*, *Gnone et Rhône e Diatto Frejus*. Os operários entram em greve de solidariedade na *Gnone et Rhône*, *Itala*, *Rapid*, *Officine di Savigliano*. Os empresários tentam resistir mudando o pessoal e aumento o salário dos operários: a *Fiat* o faz no dia 29 e no dia seguinte a *Lancia* e outras empresas tentam o mesmo expediente.

No entanto as coisas mudam de figura e os operários tanto da *Fiat* quanto da *Savigliano* “metem-se” na greve dos funcionários e impedem que os furadores de greve, os *crumiri*, trabalhem. Chegam mesmo a lutar contra as CI, que obedecendo à FIOM, querem ficar “neutras”. Os operários apresentam novas reivindicações econômicas, baseados no aumento do custo de vida, pedindo ainda a inscrição do conjunto dos operários na *Cassa mutua de-ll'Associazione Generale degli Operai (AGO)* e a ampliação dos poderes das CI.

A situação se radicaliza tanto pela intervenção do Chefe de Polícia quanto pela ameaça operária. Agnelli vê então três alternativas: ou novas conversações, ou resistência até a *serrata*, ou greve geral. O conselho da AMMA após estudar o problema confere poderes a Olivetti para, com base nos acordos vigentes negociar com os funcionários, recomendando a separação da questão dos funcionários da dos operários. Graças à solidariedade dos operários os funcionários conseguem um acordo em 4 de novembro, obtendo um horário semanal de 45-48 horas, 40% de aumento nas horas extras, 15 dias de férias, indenização por doença e dispensa e mais um aumento médio de 5%.

A comissão que negociara o fim da greve discutira também a questão do sábado inglês. Efetuou um *referendum* nas empresas onde a maioria dos funcionários era contra e a maioria operária era a favor. A comissão chegou a conclusão de que deveria resistir e manter por ora as atuais condições. Caso não fosse possível resistir dever-se-ia aceitar a solução proposta pela

FIOM. O conselho da AMMA e os representantes do CFA estavam dispostos a aceitar, mas Olivetti tratou de impedir isso lembrando as decisões de Milão e que a questão do sábado inglês era de caráter nacional. Adiou-se a decisão para consultas.

Também na Lombardia, na Ligúria, na Toscana e na Emília ocorriam greves metalúrgicas. O *Consortio Metallurgico Lombardo* tenta obter o apoio da *Lega* que é convidada a se representar em Milão para discutir a greve inter-regional. No conselho da AMMA Agnelli afirma que “para poder ser solidário e resistir às pressões do operariado, é necessário estarem todos nas mesmas condições”.⁴⁵ E que os lombardos ofereciam menos do que era reconhecido pela concordata CFA-FIOM, principalmente recusando a indenização de carestia. Agnelli lembra que quando essa concordata foi feita a *Lega* comunicara-se anteriormente com as demais associações sobre o conteúdo do acordo e recebera delas sua concordância. Que os delegados piemonteses fossem a Milão mas exigissem que a concordata fosse aplicada. A 8 de agosto começa a reunião que recusará as pretensões operárias, prometendo resistir até o fim. A posição dos industriais lombardos e ligúrios, ainda que com diferenças, mantém-se intransigente até setembro. Já no final de agosto o Ministério da Indústria intervém. Os industriais procrastinam tentando fazer com que a ação do governo não seja de árbitro. Decidiram, retomando as negociações, não pagar de modo algum os dias de greve. Na primeira quinzena de setembro as conversações prosseguem em Roma, onde os industriais propõem o pagamento, através de uma fórmula que separava o pagamento fixo das demais taxas, como por exemplo a indenização de carestia. Os operários aceitam a proposta que é, no entanto, criticada pelos industriais turineses.

Nos dias agudos da tensão inter-regional Turim conhece a greve, limitada, dos *modellisti*, que ameaçou paralisar o trabalho das empresas devido à posição chave desses operários. Eles, conscientes disso, pedem salários mais altos do que os previstos na concordata. Os industriais acabam por aceitar as propostas, depois de resistir algum tempo, mas aceitam pagar os aumentos individualmente e não coletivamente, para “não entrar em con-

⁴⁵ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 237.

tradição” com a concordata. Recusada a proposta dos industriais, estes acabam por solicitar a intervenção da FIOM. E os operários, após uma greve de três meses, abandonados pela FIOM, são obrigados a aceitar as condições da concordata.

Nas fábricas turinesas continuava a nomeação dos comissários de seção apesar da oposição e da recusa de reconhecimento pelos empresários. Na *Fiat*, por exemplo, essas comissões funcionam apesar da proibição da empresa. O governo tinha decidido, nesse meio tempo, comemorar o 4 de novembro, dia da vitória na guerra, como festa nacional e tanto *Legu* quanto os Consórcios Metalúrgicos Lombardo e Ligúrio acharam temerário tal comemoração. Convidam os seus associados a manterem fechados os estabelecimentos. Mas a AMMA e o CFA conhecendo a disposição do operariado decidem considerar o dia 4 como dia normal de trabalho. O operariado decide comemorar o 7 de novembro, dia da revolução russa, apesar da resistência da FIOM e de que em Milão, Genova, Florença e outras cidades não existiria comemoração semelhante. O conselho da AMMA ao saber disso considera de “absoluta necessidade enfrentar decididamente o problema geral das relações com o operariado”⁴⁶ e de não fazer nenhuma concessão sobre a *lavoratività* do dia 7. Aplicar-se-iam os regulamentos a quem faltasse e dever-se-ia

“estudar o problema geral e de preparar os industriais e as organizações para enfrentá-lo levando em conta a conveniência de assentá-lo não sobre um simples incidente mas sobre uma questão essencial à vida das empresas”.⁴⁷

Na reunião da AMMA, no dia 7, Agnelli fala da necessidade de enfrentar a situação com prudência e firmeza. Dado o caráter absolutamente local da comemoração ele propõe que não seja considerada a agitação como uma greve comum e que os operários deveriam ser censurados de acordo com o regulamento. Pensou-se inclusive na *serrata*. Mas isso era no entanto inoportuno e necessitava-se esperar momento melhor, não só porque com base nos acordos vigentes tal atitude não era justificável mas também porque estava muito próximo o período eleitoral. Decidiu-se punir os grevistas

⁴⁶ Abrate, *op. cit.*, p. 220.

⁴⁷ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 220.

com o não pagamento das horas não trabalhadas e avisar o operariado. Quanto à *serrata*, e “às ações mais gerais a fazer-se para reconduzir a tranquilidade nas fábricas”⁴⁸ a assembleia conferia mandato ao Conselho para decidir qual o momento e o modo de aplicá-las de acordo com a *Lega*. Acusasse o PSI como elemento responsável pelas sucessivas e injustificadas suspensões do trabalho.

Na reunião seguinte da AMMA confirma-se a necessidade de manter uma política “única e firme”. Agnelli comunica que em seguida à notificação da multa, ocorrida no dia 12, os operários após breve interrupção do trabalho pedem a intervenção da FIOM e da CL para discutir com os empresários. Ele, Agnelli, mostra-se favorável à discussão, mantida a multa, para evitar confusões e greves nos dias precedentes às eleições.

A *Lega* espera uma greve geral para o dia 17 e, mantendo a multa, convoca assembleia para aquele dia. A FIOM exigia a suspensão da multa para começar as conversações o que é recusado pela *Lega*. Agnelli considerava que se podia procrastinar mas não evitar uma greve geral. E para tanto promove a abertura das conversações com a FIOM, à qual é enviada uma carta em que se diz: “Desde a entrada em vigor das concordatas de fevereiro e junho, os industriais encontraram da parte da massa operária freqüentes transgressões e estranhas interpretações às normas combinadas em tais concordatas. (...) a intromissão de órgão de natureza diversa, não previstos em nenhuma concordata, é em geral uma indébita e desordenada ingerência de tais órgãos, que perturbam e minam a organização das fábricas.”⁴⁹ E concluem afirmando não poderem “tolerar mais a continuação do atual estado de desordem”.

As discussões entre a AMMA e a FIOM, diante do Chefe de Polícia foram conduzidas por Olivetti e Agnelli. Os operários aceitam a arbitragem do Chefe de Polícia mas querem a suspensão da multa e a sua devolução onde

⁴⁸ *idem*, p. 221.

⁴⁹ *idem*, p. 238. Essa carta é enviada para dar conhecimento à *Confindustria*, à *Lega*, às associações metalúrgicas lombarda, ligúria e toscana. Solicita-se também que sejam enviados delegados a Turim para melhor informar-se da situação e para expressar a concordância das congêneres.

já tivesse sido aplicada. Olivetti, com o posterior apoio da AMMA, recusa. Os operários da cidade e da província entram em greve dia 17. Olivetti expõe os resultados ao conselho da AMMA e diante do novo “convite” do Chefe de Polícia ele o aceita mas afirma que as medidas disciplinares serão mantidas. A AMMA apoia integralmente a ação de Olivetti. E decide fechar os estabelecimentos durante a greve. O Chefe de Polícia insiste vivamente e a *Lega* consente em suspender a multa até a apresentação da arbitragem. O Chefe de Polícia pede aos industriais que depositem as multas já aplicadas na *Cassa Sovvenzioni per la disoccupazione del dopoguerra*. Os industriais aceitam mas recusam o pagamento dos dias de greve. Decidem ainda que se os trabalhadores aceitassem as propostas do Chefe de Polícia as fábricas reabririam dia 20. Mas a FIOM recusa e a greve continua.

A posição do Chefe de Polícia muda e aproxima-se da FIOM. segundo ele a comissão arbitral deveria decidir da justificabilidade da multa segundo os textos vigentes. Caso fosse ilegítima os industriais deveriam indenizar os operários. Os industriais recusam. Novas propostas do Chefe de Polícia. E Olivetti “reconhecendo os extremos da fórmula primitiva, já recusada pelos operários, propõe um pouco cinicamente a aceitação”, comenta Abrate.⁵⁰ A greve é suspensa no dia 23. O laudo do Chefe de Polícia, favorável aos operários esclarece a questão:

“Chefe de Polícia de Turim,

Na execução do mandato que lhe foi conferido na hodierna reunião da Comissão Paritária para a resolução dos seguintes quesitos formulados pelas partes:

a) se a multa era justificada; b) se e quais os direitos, tanto no caso da resposta negativa, quanto no caso de resposta afirmativa ao quesito, devem ser respectivamente reconhecidos.

Levando em consideração que a *Lega industriale* sobre a base dos acordos vigentes pode de boa fé e com plena consciência exercer um direito seu, decidir legitimamente pela aplicação da multa de 25% às massas operárias que abandonaram o trabalho no dia 7 do corrente mês;

⁵⁰ *idem*, *op. cit.*, p. 224.

Levando em consideração porém que das discussões mantidas entre as partes e das declarações feitas foi clarificado o que para a primeira poderia parecer duvidoso e era não conhecido pela *Lega industriale*, que, a *Camera del Lavoro* tinha, pelas normas de caráter interno que regem as organizações operárias, faculdade de proclamar, no terreno provincial de sua jurisdição, a greve política no dito dia;

Levando em consideração que os industriais declararam explicitamente reconhecer às organizações o direito de greve geral política;

Salvo e reservado toda decisão ulterior sobre o 2º quesito, depois que sobre ele a Comissão Paritária tenha chegado a acordo e depois de ter sobre as questões conexas com o mesmo quesito entendido as razões das partes;

Decide:

- 1) A multa aplicada aos operários pela greve geral política do dia 7 do corrente mês devem ser restituídas ou aonde ainda não foram aplicadas não o devem ser.
- 2) Na pendência dos acordos ou do julgamento sobre o 2º quesito, o trabalho será retomado amanhã em todos os estabelecimentos em greve, em consequência da aplicação da multa supracitada.

23 de novembro de 1919. O Chefe de Polícia.⁵¹

Fica claro que se tratava de uma provocação dos industriais, pois eles próprios, de acordo com o documento do chefe de polícia, reconheciam o direito operário à greve geral política. Tratava-se de começar a quebrar o ímpeto operário, mas dado o laudo favorável a eles, os industriais tentam uma temporização na esperança de que as eleições de 1919 criem as condições de um governo forte. Enquanto isso tratam de ligar-se aos outros empresários: a ANIMA, de Milão, propusera a formação de um comitê inter-regional de industriais metalúrgicos.

Além dos salários e dos horários, onde a dificuldade maior era a do sábado inglês, o problema do controle operário ou, como preferia Olivetti, o problema do *potere nelle fabbriche*, é o responsável pelo agravamento da tensão capitalista-operária. Pensada como “a democratização das relações de dependência, a participação na condução da empresa, a limitação dos pode-

⁵¹ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 240.

res patronais, o controle sindical”⁵² a disputa pelo poder nas fábricas é vista por ambas as partes como vital. Os dirigentes da FIOM e da CGL não estão totalmente de acordo com essa exigência e não acreditavam ser conveniente ou oportuno incluir nas suas reivindicações o reconhecimento das Conselhos de Fábrica e dos Comissários de Seção. Tais dirigentes viam nisso uma “cópia” dos sovietes russos sem base na realidade italiana. Entretanto em Turim tal experiência ganha corpo nas fábricas.

Durante o outono de 1919 a experiência era limitada, pois participavam nos CF apenas os sindicalizados e sob o controle da FIOM. Já no inverno de 1919-1920, sob o impulso do *L'Ordine Nuovo*, a experiência é ampliada com a participação dos “desorganizados”, isto é, dos não sindicalizados. Na perspectiva *ordinovista* o PSI e os sindicatos de ofício e suas federações não se identificavam com a totalidade do operariado, enquanto que as CI e os futuros CF eram verdadeiramente órgãos da democracia operária. Essas idéias eram bastante difundidas entre os sindicalizados da FIOM e mesmo entre os anarquistas. As CI deveriam exprimir os CF que embora atuantes não eram reconhecidos. Os CF deveriam sair dos limites das empresas para tentar controlar os sindicatos, cuja direção deveria ser eleita pela assembleia dos membros da CF e não pelas assembleias, mais restritas, dos sindicatos.

O período do outono-inverno de 1919-1920 vê as assembleias da FIOM desenvolverem-se ainda no velho esquema, mas já com a participação dominante dos membros dos CF. Os industriais tinham que suportar essa nova representação operária com a qual não podiam nem queriam ter contatos. E tratam de estudar as maneiras de liquidá-las. Agnelli vê três caminhos: “ultrapassá-las em todas as inovações, tratar de re regulamentá-las, opor-se resolutamente combatendo-as”.⁵³ E dentro desse quadro apenas a 3ª possibilidade parece-lhe correta. Com o que concorda Olivetti. Agnelli insiste na necessidade do reforçamento da coesão empresarial, devendo no momento contemporizar-se. Lancia e Serra eram mais otimistas acreditando na possibilidade de acordo. E Fornaca, da Fiat, achava que a simples aplicação dos regulamentos já seria um freio suficiente ao movimento operário.

⁵² Gino Castagno, *Bruno Buozzi*, Milano, 1955, p. 42, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 225.

⁵³ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 226.

A FIOM responde à AMMA reconhecendo a existência de órgãos representativos não previstos nos acordos e propõe conversações. Agnelli está consciente de que se trataria de apresentar memoriais em favor dos CF e dos comissários de seção. A *Confindustria*, reunida em Roma nos dias 18 e 19 de dezembro, determina que “não devem ser consentidas às comissões internas atribuições maiores do que as fixadas pelas concordatas vigentes, e nenhuma ingerência na ordenação técnica e na gestão administrativa da empresa; as reuniões das comissões internas não devem ser feitas durante o horário de trabalho; elas não serão consideradas competentes para conhecer os motivos de dispensa ou de suspensão isolada de operários; e a concessão do sábado inglês deve ser recusada absolutamente.”⁵⁴ Olivetti salienta que frente a ingerência do Estado, cada vez maior, era necessária uma ação resoluta da *Confindustria*. Frente as pressões operárias pelo controle operário deve-se empregar a mesma resolução. E quanto ao desejo de estabilidade dos operários, isto era, no momento, impensável.

2.5. I moti per i caroviveri

A metade do ano de 1919 conhece uma importante massa de greves: no norte, 200 mil metalúrgicos; na Novara e em Pavia, 200 mil operários agrícolas; tipógrafos em Roma e Parma; têxteis em Como e marítimos em Trieste.

É nesse quadro que os acontecimentos de La Spezia vão desencadear a luta contra a carestia, contra o *carovivere*. A 11 de junho os atacadistas de frutas e verduras resolvem fechar como protesto pelo aumento do imposto comunal de consumo. Os operários (principalmente os da Vickers Terni e os da Serpelli, e depois os dos estaleiros navais e arsenais) entram em greve espontaneamente sem esperar as diretivas das suas organizações. A greve geral eclode. O movimento se estende a Genova, no dia 13, onde ocorre uma greve geral imobilizando 50 mil trabalhadores com enfrentamento com as “forças da ordem”. Logo os trabalhadores milaneses abandonam o trabalho em solidariedade. Turim também apoia.

⁵⁴ *idem*, p. 227.

Em La Spezia o movimento começa a refluir quando os socialistas aceitam o rebaixamento dos preços ordenados pelo subprefeito. As lutas entre anarquistas e socialistas quebram a unidade do Comitê de Agitação nascido da luta (que acaba no dia 17). No dia 16 Pisa e Bolonha entram em luta contra a carestia. No dia 17 a CGL, esperando a reunião do seu Conselho diretor, faz pronunciamentos convidando “as organizações confederadas a exigir a venda à baixo preço das mercadorias atualmente nos armazéns do Estado, e a eliminação da troca 'pelos intermediários', isto é, que os produtos sejam colocados diretamente à disposição dos consumidores”.⁵⁵ No dia 30 é a vez de Forli. Nesta cidade a multidão, conduzida por mulheres, saqueia as lojas de frutas e peixes. Os dois primeiros dias de julho vêm o aparecimento da greve geral. Surge uma Comissão Operária urbana que trata de tomar posse das mercadorias e reduzir o preço a metade. A tropa confraterniza.

Faenza, Ancona e Imola entram, a 2 de julho, em greve geral. Em Imola invade-se o mercado e travam-se combates. Desta luta resulta um rebaixamento de 50% nos preços. O mesmo ocorrem Forlímpoli, Cesena, Civitavecchia, Iesi, Senigaglia, Falcomara, Bolonha e em diversas outras cidades. O dia 3 é o dia de entrada de Florença na luta. A greve geral é aí também decretada. Os comerciantes são obrigados a entregar seus produtos à CL que os rebaixa pela metade. É a luta contra o *caroviveri*. É importante ressaltar que nenhum negócio que não fosse de primeira necessidade é tocado.⁵⁶ No dia seguinte os operários dominam totalmente Florença e a CL é o único poder na cidade. Todos os meios automobilísticos são requisitados para a distribuição de mercadorias ao campo. A CL providencia o envio de alimentos à população de Mugello que sofrera um terremoto.

O grau de espontaneidade do movimento é tal, que embora a CL seja o único poder na cidade, ninguém se preocupou em ocupar a prefeitura, a polícia, a central telefônica, os telégrafos e as ferrovias, pontos estratégicos para o executivo passado a maré montante pudesse retomar o controle da situação. A greve continua. A direção do movimento (os dirigentes da CL, dos vários sindicatos, da seção socialista e do Comitê provisório anarquista) deci-

⁵⁵ *La Confederazione...*, p. 208, citado por Barbadoro, *op.cit.*, p. 376.

⁵⁶ Por exemplo: as joalherias de Ponte Vecchia não são tocadas.

dem baixar os preços tabelados em 50% e os demais em 70%, como, por exemplo, os remédios. Travam-se choques com as “forças da ordem”: uma morte operária e 80 feridos.

Somente no dia 5 de julho o Conselho diretor da CGL se reúne e após longas discussões aprovava uma moção em que considerando a carestia como uma das conseqüências desastrosas da guerra; que estando isto estreitamente ligado às relações da ordem internacional, não será eliminado a não ser pela supressão do atual sistema capitalista e deliberava insistir sobre o governo pelo controle dos preços dos gêneros produzidos internamente, com base no custo da produção, por medidas aptas a facilitar a produção, chegando mesmo a requisitar terras incultas. Recusa por outro lado participar das comissões encarregadas de estudar tais problemas.

O dia 7 é o clímax das lutas em Genova: milhares de operários das indústrias mecânica e naval saqueiam lojas e se defrontam com a polícia. Nápoles vê a greve geral e os saques no mercado. Os grevistas ocupam os bairros populares e defrontam-se com a polícia. Em Savona a redução de 50% dos preços das verduras, que o prefeito tinha estabelecido é, graças a ação do proletariado, ampliado para todos os alimentos, calçados e tecidos. Uma *Guardia Rossa* impede saques. Toda a província de Bari está em greve geral. Pisa entra em greve por três dias e impõe a redução em 60%. Greves e requisições populares paralisam a Umbria. Em Messina o povo toma os negócios e leva as mercadorias para a CL. Greves totais em S. Giovanni Valdarno, Todi, Taranto, Spoleto, Cità della Piave, Palermo, Civitavecchia, Bergamo, Suzzara, Osimo, Follonica, Montecalvoli, Legnano, Parma, Rovigo, Limite, Scanzano, Cortona, Frascati, Palmi, Cassano d'Adda, Molfetta, Portoferraio, Messina, Fucechio, Savona, Pesaro, Ponte a Signa, S. Ferdinando di Puglia, Reggio Calabria, Macerata, S. Severino M., Recanati, Mondolfo, S. Croce sull'A., Empoli, Perugia, Arezzo, Gualdo T., Teramo, Ponticelli, Senigaglia, Andria, Siena. Em Calanzaro trabalhadores são assassinados.

A greve continua eficiente no dia 8. As lojas, com preços reduzidos e grande afluência de consumidores, são autorizadas a funcionar pela CL. A força militar começa a recuperar o controle da situação e realiza 500 prisões. O refluxo no movimento torna-se mais e mais evidente e a CL diante disto e impotente para conduzir a luta adiante ordena o fim da greve. Nesse mesmo

momento toda zona agrícola de Valdarno está nas mãos do povo que requisitou os produtos agrícolas e bovinos. O mesmo ocorre nas regiões de Empoli, Prato e Forli. A cidade de Terni também está paralisada pela greve geral.

O dia seguinte é ainda de luta contra os “esfaimadores do povo” em Florença, apesar da opinião contrária dos líderes sindicais. A luta de rua prossegue. Prato e Pistóia continuam em greve geral. Na Emília, na Romagna, nas Marcas e na Toscana, nas grandes e pequenas cidades surgem os *sovieti annonari*.⁵⁷ Empoli, Viareggio, Perugia, Arezzo, Terni, Ravenna e outras centenas de localidades estão completamente nas mãos de comitês populares que dirigem a vida pública, tabelam e requisitam as mercadorias, reduzem os preços e prendem comerciantes.

Mais a agitação se expande mais aumenta a radicalidade e a intensidade. Em Palermo 25 mil operários, comandados pelos metalúrgicos, declaram a greve, requisitam as mercadorias e reduzem os preços em 50%. Prisões em massa: a polícia consegue restabelecer a ordem. Em Brescia greve geral e requisição. A polícia e a cavalaria atacam o povo mas são postas em fuga. Em Livorno o *Consiglio Generale delle Leghe* declara a greve geral e ordena o rebaixamento em 50% dos preços dos alimentos e em 70% dos tecidos. Os comerciantes que não obedecem tem seus produtos requisitados. Em Lucca os próprios comerciantes dirigem-se à CL para propor a redução dos preços, Na Catania tropa e povo confraternizam-se após um início de conflito. Em Piombino forma-se um sovieta *annonario* e organiza-se uma *Guardia Rossa* que faz as requisições e distribuições de gêneros alimentícios. Em Milão a multidão reclama a redução de 50% nos preços dos alimentos e saqueia numerosas lojas. Os dirigentes da CL e do PS tentam acalmar a massa e a polícia prende 2200 pessoas. Barletta é ocupada e governada pelo proletariado através dos *Consigli del Lavoro* até o dia 10 quando são dominados pelas tropas.

Em Brescia, no dia 9, a agitação aumenta. Milhares de operários exigem a libertação de companheiros presos nos dias anteriores. Luta e derrota das forças policiais. A cidade é sitiada. Os soldados se recusam a lutar con-

⁵⁷ *Annóna*, órgão público que superintende o fornecimento de gêneros alimentícios, quanto à qualidade e preços.

tra o povo. São enviadas tropas especiais. Em Taranto ocorrem mortes nas lutas de rua. Em Sulmona os manifestantes tomam o Palácio Comunal e nomeiam uma comissão para a redução dos preços à metade. Na Catania a polícia metralha o povo, enquanto que em Ferrara a *Guardia Rossa* mantém a autoridade popular que domina a cidade e controla os preços.

O refluxo da luta, em toda a Itália, começa no dia 10. O Estado, agora, já tranqüilizado, abate-se sobre os populares. Em Roma o povo é metralhado pela polícia após tumultos e saques. Em Foggia ocorrem prisões em massa. No dia 14 em Lucera, Rio Mariano (Elba), Rossiglione (Sestri Ponenti) e em Spilimbergo trabalhadores são assassinados. As últimas localidades que entram em luta são Catalinsetta e Crotone.

E o *Avanti!*, do dia 11, publicava as declarações da Direção do PSI que: reconhecendo a justa ira das massas contra os especuladores, elogiando “os companheiros e os trabalhadores que guiaram e disciplinaram, coordenando, as agitações”, reconhecendo que os soldados se recusaram a matar a população, denunciava como causadora de tudo a “absoluta incapacidade da burguesia de resolver este problema”, chamando o proletariado a continuar a luta: “A sua ação estará voltada exclusivamente para o terreno da luta de classe e estará informada pelo propósito de que uma próxima luta final do proletariado conduza à conquista do poder econômico, e que este, na base da ditadura, seja confiado inteiramente aos organismos das classes trabalhadoras”.⁵⁸

A CGL, segue sua trajetória ambígua, e o seu Conselho Nacional, reunido entre 13 e 14 de julho, com a luta já terminada, pela repressão policial e pelo abandono das lideranças operárias, reconhecia a legitimidade do movimento embora negasse ao movimento espontâneo das massas a capacidade de resolver o problema negava também eficácia às providências governamentais quanto às comissões *annonari* e quanto ao rebaixamento dos preços e declarava que: “no seio de cada CL, Federação, Cooperativa, se constituam comissões de estudo e de controle coordenadas pela comissão central da CGL, cuja tarefa maior é a de traçar um plano corajoso e radical de re-

⁵⁸ Pietro Nenni, *Il diciannovismo*, Milano, 1962, p. 44, citado por Barbadoro, *op.cit.*, p. 377.

forma dos atuais modos de produção”.⁵⁹ Altissonantes propósitos que permanecerão, como de costume, folha morta.

Diante da contemporaneidade e da generalidade dos motins o governo tinha ficado impotente. Essa impotência é descrita por Tittoni, membro do gabinete Nitti: “Muitas vezes perguntei a mim mesmo que teria podido fazer o governo se um movimento de revolta tivesse ocorrido simultaneamente em toda a península.”⁶⁰ O Exército não era uma garantia para o Estado burguês pois frequentemente confraternizou-se com os rebeldes, muitas vezes se amotinou, recusando-se a disparar contra o povo. Quem salvou o Estado? Em grande parte isso se deve aos dirigentes socialistas das CL. Foram eles que no momento da luta tinham a confiança dos trabalhadores, dos estratos médios e sobretudo dos lojistas, que os viam como a única tutela da ordem estabelecida. Foram eles que conduziram deliberadamente uma ação de tabelamento e de apaziguamento da massa para fazer refluir o movimento e com isso mediá-lo com o Estado. Essa era a orientação tanto do partido quanto dos sindicatos.

Isto é confirmado por Treves que em relatório ao Congresso do PSI disse estarem as massas “guiadas mais pelo espírito de Masaniello do que pelo de Marx”.⁶¹

Mas o desespero da massa é grande e daí o poder de sua luta. Luta que apenas conseguirá manter, ou evitar cair ainda mais o nível de vida, e nunca conseguirá de fato um aumento real. Chabod nos fala dos gastos semanais de uma família operária típica de Milão: “Se quiséssemos estabelecer, em liras, a despesa semanal (...) veremos que passa de 120,05, em junho de 1919, para 109,24, em julho; e para 108,07, em agosto; mas, em novembro, estamos de novo em 118,53, em janeiro de 1920, em 124,67, para chegar a 189,76, em dezembro de 1920.”⁶² Se fizermos a sincronia com os motins

⁵⁹ *La Confederazione...*, pp. 268-269, citado por Barbadoro, *op.cit.*, p. 378.

⁶⁰ citado por Tasca, *op.cit.*, p. 26. Gramsci relata a frase de Tittoni referindo-a à *settimana rossa* de 1914. E indica: T. Tittoni, “*Ricordi personali di politica interna*”, *La Nuova Antologia*, 1 a 16/4/1929, *Quaderni del Carcere*. vol III, p. 1613.

⁶¹ citado por Del Carria, *op.cit.*, p. 72. Masaniello foi um importante agitador popular do século XVII.

⁶² Chabod, *op.cit.*, p. 38.

contra o *caroviveri* veremos que tomando junho como índice 100, julho e agosto, os momentos mais fortes da luta mostram um índice 81, e depois com o refluir da luta o custo de vida retoma a ascensão: em novembro temos o índice 90, em janeiro de 1920 o índice 103, e em dezembro o índice é de 158.

Continua Chabod: “Tomando por base o ano de 1914, o aumento do custo de vida pode calcular-se, sempre com referência a uma família operária típica, em 560% em relação ao primeiro semestre de 1921.”⁶³ No entanto salienta Ricossa “durante 1919 e 1920, como resultado de fortes pressões sindicais, os salários nominais quase dobram e os salários reais crescem em aproximadamente 20%.”⁶⁴

É ainda Ricossa quem estabelece a seguinte tabela:⁶⁵

Ano	Salários reais
1913	100,0
1914	99,7
1915	93,4
1916	84,9
1917	73,0
1918	64,5
1919	93,1
1920	114,4
1921	127,0

Se observarmos bem esta tabela veremos que o período que vai até as lutas contra a carestia, na segunda metade de 1919, é a presença do rebaixamento real do nível de vida operária. E que o período seguinte consegue apenas recuperar o terreno perdido. Chabod diz que também para as famílias burguesas a vida é dura, chega mesmo até a dizer (*sic*) que “é certamente mais dura.” Diz ele: “Os ordenados dos empregados – pelo menos dos em-

⁶³ *idem.*

⁶⁴ Ricossa, *Italy 1920-1970*, p. 275.

⁶⁵ *idem*, p. 274.

pregados do Estado, que constituem uma parte considerável da pequena burguesia italiana – estão longe de seguir a curva ascendente dos preços; os proprietários de terra (pelo menos na medida em que as rendas são fixadas em moeda) e os proprietários de imóveis vêm os contratos de arrendamento bloqueados pela lei (os aumentos autorizados são irrisórios). Em contrapartida os encargos aumentam.” E prossegue:

“Enfim, não pode esquecer-se a enorme massa de oficiais milicianos que tiveram um papel importante na guerra e que regressam agora à vida civil (a redução dos quadros do exército foi iniciada por Nitti, no verão de 1919, com o louvável intuito de reduzir as despesas militares e de preparar o saneamento do orçamento do Estado). Mas a vida civil, para estes, é duríssima. São jovens que, uma vez despida a farda, se encontram um emprego e que vêm passar-lhes à frente outros que não combateram e que se limitaram a tratar da vida.”⁶⁶

É nesse momento eles estão radicalizados. Uma moção dos *Fasci di Combattimento* proclama a “ilimitada solidariedade com o povo das diversas províncias da Itália insurgido contra os esfaimadores, aplaudindo a iniciativa da requisição popular e conclamando os fascistas a ordenar e a estar ao lado resolutamente das manifestações de enérgico protesto contra as formas mais repugnantes de derrotismo das classes parasitárias da nação.” Em outra moção falam da “santa vingança popular” e De Ambris no *Il Popolo d'Italia* auspícia o direito da multidão de golpear os criminosos tanto nas suas pessoas quanto nos seus bens.

Em uma reunião em Southport, Inglaterra, decidira-se fazer uma manifestação internacional contra a intervenção capitalista nos países soviéticos: a Rússia e a Hungria. Nessa reunião D'Aragona disse que “não deveriam surpreender as notícias, em breve, de uma tentativa revolucionária e de derramamento de sangue. Os resultados poderão não ser grandes, mas a insurreição é quase inevitável”.⁶⁷ Era como ele via a situação italiana. O movimento de protesto internacional deveria ser simultâneo, nos dias 20 e 21

⁶⁶ Chabod, *op.cit.*, pp. 38-39.

⁶⁷ *Avanti!*, de 3 de julho de 1919, citado por Nenni, *op. cit.*, p. 142, citado por Barbadoro, *op.cit.*, p. 379.

de julho, na Itália, na França e na Inglaterra. Na Itália a CGL, a *Federazione dei Lavoratori del Mare* e o *Sindacato Ferroviari* aderem pressionados pelas massas. Nos dias da greve os franceses e os ingleses recuam e na Itália Giolitti consegue quebrar a “vontade” da liderança ferroviária. E apesar da sua força a greve não encontra um dirigente popular para comandar o movimento: sequer uma palavra de ordem.

Arfé, o historiador do PSI comenta: “Nada porém acontece. A manifestação se desenvolveu em uma atmosfera de festa de 1º de maio. A direção esclarece que a grande mobilização proletária não queria ser mais do que fora, não o início de uma luta revolucionária, sequer o prelúdio”.⁶⁸ O próprio d’Aragona irá confessar, por duas vezes, que a CGL não tinha intenções revolucionárias: a primeira delas no próprio congresso da CGL, em Livorno, 1921, pouco após o congresso da cisão onde o líder reformista afirma: “A propaganda feita em muitos meses pelos elementos extremistas tinha criado a esperança do próximo fato revolucionário que devia dar o poder à ditadura do proletariado. Este estado de ânimo era difundidíssimo nas multidões, e desde que a estas não se pode atribuir uma capacidade de avaliar em toda a sua complexidade os fatos históricos ocorridos ou por ocorrer, se compreende facilmente porque o anúncio da greve de protesto aparece – também, porque foi por alguns assim chamada – a greve ‘expropriadora’.”⁶⁹ A segunda confissão virá mais tarde, na conferência da seção socialista de Milão, em 10-9-1922, quando ele afirma: “Pode ter ocorrido que tenhamos a culpa de ter concedido demasiado à ênfase bolchevique das massas, mas certamente não nos pode ser negada a honra de haver impedido uma explosão revolucionária. O fascismo chegou somente após termos conjurado o perigo.”⁷⁰ Não precisamos acrescentar mais nada.

A luta operária continua. A 28 de julho os metalúrgicos de Milão se declaram em greve. No início de agosto é declarada a greve por 200 mil operários; estão em greve metalúrgicos, tipógrafos em Roma e Parma, têxteis

⁶⁸ Gaetano Arfé, *Storia del Socialismo Italiano*, p. 277.

⁶⁹ Rinaldo Rigola, *Storia del movimento operaio italiano*, Milano, 1952, p. 439, citado por Barbadoro, *op.cit.*, p. 379.

⁷⁰ *in Battaglie Sindacale*, 25-12-1929, citado por Del Carria, *op.cit.*, p. 74.

na região de Como, marítimos em Trieste, camponeses em Novara. A 9 de agosto a greve dos metalúrgicos de Milão se estende a Turim e a Genova, à Emília, à Lombardia e à Toscana. A greve dura dois meses, terminando vitoriosa, pela fixação dos salários mínimos, pela indenização da carestia. Mais do que avançar a luta operária objetivava manter o valor real dos salários. O *Avanti!* de 28 de setembro, publicando artigo da FIOM, comemora o fim da greve no dia 27: dizia que “a maior batalha travada pelo proletariado termina com a completa satisfação dos grevistas”.⁷¹

Além desses problemas a CGL enfrentava ainda o das relações com as outras associações e se tinha uma certa simpatia pela *Unione Sindacale Italiana (USI)*, era rígida com as organizações católicas. Estes, os *sindacati bianchi*, contavam no entanto com 1 182 000 aderentes. Se no meio operário estes eram débeis contando apenas com 237 mil aderentes (20% do total dos seus filiados) era mais forte no campo onde contavam com 945 mil aderentes (80%). Mas, tanto no campo quanto nas cidades, os *bianchi* eram frágeis. Na cidade por exemplo seu maior contingente eram os têxteis (131 000, 55,25% do total) enquanto que no campo os pequenos proprietários, foreiros e meeiros eram 80% do seu contingente em um total de 850 mil inscritos.

O biênio 1919-1920 vai ser forte em movimentação rural: as greves passam de 1863 (1919) para 1881 (1920), um acréscimo de 113%; o número de grevistas, de *scioperanti*, era respectivamente de 1 409 438 e 1 279 953, um incremento de 112%; e as jornadas de trabalho não realizadas eram de 18 897 000 e 16 398 277 (um decréscimo de 14%).

2.6. *La lotta contadina*

A agricultura italiana, nessa época, ocupava 55% da população. Uma agricultura pobre, marcada pela terrível contradição entre a disponibilidade de força de trabalho e a necessidade dessa força, que criava dia a dia a *fami di terra* para milhões de homens. Podemos examinar a luta nas suas especificidades: um primeiro conjunto, no *Mezzogiorno* e no Lácio que se caracteriza pela ocupação em massa das terras, incultas e mal cultivadas, por parte

⁷¹ Barbadoro, *op.cit.*, p. 381.

dos ex-combatentes; um segundo conjunto no *Val Padano* e nas *Puglie*, luta de *bracciante* (assalariados rurais) pela *imponibili di manodopera*⁷² e, finalmente, um terceiro conjunto, no Setentrione e na Itália central, luta de meieiros (*mezzadri*) e de foreiros (*affittuari*) por melhores contratos de trabalho.

O *Mezzogiorno* por si só já caracterizava uma situação de difícil resolução. A emigração da força de trabalho sempre diminuira a tensão social. No entanto com o fim da guerra dos Estados Unidos promulgaram uma lei anti-imigratória. Fechado esse campo e além do mais com a volta dos soldados licenciados a luta pela sobrevivência na região acaba por levar à luta pela terra. Da qual sequer os latifundiários produtivos escapam.

O Sul sempre fora um dos locais onde o PSI e as CL foram débeis. A proposta socialista de “socialização” não adere à massa popular que só pensa *la terra a chi la lavora*. A não adoção, pelos socialistas, desta palavra de ordem impede uma mobilização revolucionária em um campo marcado pelo particularismo pequeno burguês.

Já em março de 1919 em Ariccia 500 camponeses se agitam, enquanto 3000 ocupam as terras de Muro Bianco, Quattro Portoni e Roccolo. Também ocorrem invasões em Canale Monterano, Mentefiore, Bracciano e Corneto. Mesmo as ligas católicas invadem terras: Castelgandolfo, Sant'Oreste e mais dez comunas. O movimento se generaliza. Em 19 de agosto em uma reunião de camponeses, com delegados de 60 comunas, o secretário da *Federazione Laziale Lavoratori della Terra* convida à ocupação e às operações de preparo e plantio. Estão em mãos camponesas as regiões latifundiárias de Roma, Viterbo e Frosinone. Os camponeses pobres estão na vanguarda. E pressionado pelo movimento operário, pelos motins do *caroviveri*, pelo movimento das oito horas, o governo cede. O decreto nº 1662 de 2-9-1919 prevê a concessão de terras à cooperativas através do exame de uma comissão. Se bem os camponeses recebem o decreto como vitória, o documento legal tinha a finalidade de superar o caráter subversivo da luta. Tratava-se de delongar buro-

⁷² Trata-se de definir o mínimo obrigatório de alocação da força de trabalho para cada proprietário por unidade de superfície.

craticamente a entrega das terras e de rachar a unidade entre os camponeses pobres e camponeses ricos.

Na Sicília travam-se lutas violentas com assassinatos em Riesi, Caltanissetta e Terranova. A luta será dirigida pelas cooperativas (de esquerda), pelas ligas (católicas) e por outras organizações católicas e de ex-combatentes envolvendo assim uma ampla gama de grupos sociais. O clímax do movimento na Calabria ocorre justamente no momento da sementeira: Crotona, totalmente *rossa*, S. Giovanni in Fiore (formação de uma *lega* com quase 4000 camponeses), Acri, Amanteo, Campana, Bocchigliero, Melito, Savelli, Palmi e muitas outras comunas entram na luta.

No início de 1920 o governo trata de refrear o movimento com novo mecanismo jurídico: a *Legge Falconi*, de 22 de abril, institui comissões provinciais para a distribuição de terras e estabelece sanções contra os invasores. A luta torna-se mais e mais difícil, o movimento camponês amplia-se com os meieiros, os colonos, os *fittavoli*, que através de longas lutas tinham conseguido arrancar novos contratos de trabalho na Itália do Sul e do Lácio. No verão e no outono de 1920, apenas na Sicília, o movimento refluí pela ruptura da unidade camponesa. A luta é dura. A polícia é mobilizada e os proprietários se organizam em Associação. Os proprietários quebram a unidade camponesa fazendo acordos com os camponeses ricos e os foreiros.

A *Federterra* responde com uma nova ordem de ocupação de terra a 15 de setembro. As ocupações são feitas especialmente em: Castelli Albano, Ariccia, Castelgandolfo, Genzano, Marino, Grottaferrata, Montecompatri, Monteporzio, Bracciano, Bassano, Riano, Fillaciano, Bassa Sabina Monterotondo, Palombara, Alatri, Agnani, Anguillara, Canale Monterno, Maremma Ladispoli, Corneto, Allumiere, Val Tiberina, Ceccano, Paliano, Giulianello, Soze e Frondi. Em outubro a *Confederterra* lança manifesto: "Aboli o dono (*caporale*)! Aboli o mercador do campo! Trabalhai o melhor que possas e ficai com toda a colheita!"⁷³ É o clímax do movimento no Lácio. O pânico dos proprietários favorece a venda da terra e o incremento da propriedade camponesa não-burguesa fortalece a camada dos camponeses ricos. Essa luta,

⁷³ Del Carria, *op. cit.*, p. 81.

como a das demais regiões, não se liga às do movimento operário. Os equívocos socialistas se somam: a transformação de sindicatos em cooperativas, a obstinação da forma coletiva – a famosa “socialização” -, mas principalmente a reivindicação das terras incultas e públicas eludindo, assim, a questão da propriedade privada. Elude-se assim a luta pela Reforma Agrária. Mazzoni, socialista e um dos artífices dessa estratégia, dirá em Livorno: “Nós sempre dissemos que não queremos a fragmentação do latifúndio, *que não queremos dar terra aos camponeses nem mesmo em um período transitório*, porque seria um desastre para a civilização e para a humanidade, que não queremos dar terra aos camponeses, mas à coletividade”.⁷⁴ A tão conhecida incapacidade do PSI de pensar politicamente aqui está limpidamente revelada.

Se para os camponeses do Sul e do Lácio a palavra de ordem *la terra a chi la lavora* poderia ter sido, como objetivo provisório, profundamente subversiva, poderia ter, por outro lado, unificado os movimentos camponeses do centro e do norte da Itália apesar da sua grande diversificação nas relações econômicas.

Assalariados da planície do Pó – da Emília ao Baixo Piemonte, da Baixa Lombardia ao Baixo Veneto e à província de Cremona -; meieiros emilianos (socialistas), toscanos, trevisanos, umbro-marchegianos (controlados em grande parte pelos católicos); foreiros e outras categorias de colonos de Bergamo, Alto Veneto (influência católica); todos enfim estiveram de 1919 até parte de 1921 em permanente agitação. Os assalariados queriam a terra, os meieiros queriam tornar-se foreiros e estes queriam ser proprietários. A luta pela terra era naquele momento revolucionária e não simplesmente pequeno burguesa.

Os meieiros toscanos e trevisanos reivindicam: a repartição dos produtos em 60% para eles, o bloco das *disdette*, o direito de prioridade na compra da terra, o direito de melhoria que lhes concederia o direito de transformar-se em proprietários e foreiros independentemente do consentimento dos

⁷⁴ *Resoconto stenografico dell XVII Congresso nazionale del Partito socialista italiano*, Livorno, 15-20 gennaio 1921, Milão, 1962, p. 344, citado por Barbadoro, *Problemi e caratteristiche del movimento sindacale italiano*, p. 260, e por del Carria, *op. cit.*, p. 82.

proprietários. É de tal modo subversiva a reivindicação, que os proprietários fazem acordos com os socialistas, ainda que gravemente onerosos no plano econômico, mas não cedem um palmo aos católicos.

A divisão interna do movimento é grande. Onde os socialistas são majoritários os católicos torpedeiam a ação. Onde os católicos são maioria as massas ultrapassam de longe os interesses corporativos do Partido Popular.

O clímax da agitação se dá na Emília. A luta duríssima é conduzida pelos socialistas reformistas. Os católicos rompem as greves. Trata-se de definir o mínimo obrigatório de alocação da força de trabalho. As colheitas são destruídas, as estradas bloqueadas, exerce-se a violência contra os proprietários. A luta dos camponeses de Bolonha (outubro 1919/agosto 1920) é vitoriosa, com tais objetivos, sem nunca colocar o problema do poder, sequer o do poder local exercido pelos latifundiários. Não se coloca a questão da expropriação das propriedades. Aqui o objetivo proposto pelos dirigentes da *Federterra* é a transformação do contrato de modo que o meeiro deixe de ser um participante para ser um assalariado, lutando assim contra a própria vontade das massas que querem a terra.

A *Federterra* recusa-se a negociar com a *Agraria*, a associação dos proprietários, e apenas negocia com cada um deles em particular para estabelecer contratos por tipos: assalariados, quer-se a plena ocupação; meeiros de 50 a 70% da produção; *boari*; pequenos foreiros, etc. A *Agraria* recusa qualquer tipo de acordo. Fevereiro de 1920 vê o começo da greve dos assalariados e os meeiros rompem os contratos. A greve dos meeiros é total: não farão a plantação, nem a preparação de terrenos, etc, colhendo, apenas, os frutos. Em maio os *boari* entram em greve. As ligas são a única autoridade. Os socialistas não se decidem a tomar as terras. O governo obriga as colheitas. Embora diante do confronto os socialistas recusam-se a ordenar a ocupação.

A *Confagricultura* é obrigada a ceder a todas as reivindicações e assinar o texto que a *Federterra* determinara. A reação agrícola se fará sentir poucos meses depois dirigida pelos proprietários e seus colaboradores e mesmo por alguns grupos dessa massa agrária que não tendo feito a revolução acabam por fazer o fascismo.

2.7. Novamente no plano nacional

Nitti ministro trata de reforçar-se. É, no entanto, obrigado a enfrentar uma nova crise. A comissão de inquérito sobre Caporetto publica seus resultados. O relatório embora reconheça “alguns” erros “técnicos” na condução militar é no essencial uma violenta diatribe contra os “derrotistas”. *La Stampa*, jornal giolittiano, em uma série de artigos, responde às acusações tentando reabilitar Orlando, também acusado de “derrotista” e acentua a incapacidade militar na chefia da guerra. Cadorna é o principal responsável. A luta no interior das frações burguesas é intensa.

Em Fiume após luta entre tropas italianas e francesas, estas últimas são caçadas pelas ruas. As tropas aliadas impõem a “ordem”. Os ingleses passam a policiar a cidade, parte das tropas italianas são retiradas. É o “Fiume ou a morte”. Em 31 de agosto, após uma semana da saída da cidade, decide-se marchar sobre ela. Contata-se D'Annunzio para a chefia da expedição. No dia 12 de setembro ocupam a cidade e a “anexam” ao território peninsular. Soldados afluem a cidade e os navios Dante Alighieri e Emanuele Filiberto aderem.

No dia seguinte, Nitti, após vigiar o Duque D'Aosta, primo do rei, conspirador admirado pelos nacionalistas, denuncia na Câmara a aventura do “ vaidoso literato ” e conclama: “Dirijo-me então às massas anônimas, aos operários, aos camponeses, para que a grande voz do povo venha a aconselhar a todos e engaje a todos na via da renúncia e do dever.”⁷⁵ Logo após bloqueia Fiume.

O PSI no mesmo dia manifesta-se:

“Deve-se denunciar neste fato da marcha, a aceleração do processo de desintegração do regime burguês que o Partido socialista já anunciou como consequência das paixões e dos apetites desencadeados durante a guerra e pelo regime que a quis. O proletariado deve estar pronto para se levantar por todos os meios contra aventuras deste tipo pelos quais o militarismo tenta realizar novos erros as custas do povo italiano.”⁷⁶

⁷⁵ citado por Paris, *op. cit.*, p. 152.

⁷⁶ Pietro Nenni, *Storia di quattro anni*, Cusin, 1946, p. 38, citado por Paris, *op. cit.*, p. 152. A citação clarifica a “compreensão” que o PSI tem da guerra imperialista. E,

Em toda a Itália ocorrem manifestações pró-dannunzianas. Quem eram eles: eram oficiais subalternos, ultranacionalistas, que iam das posições republicanas às sindicalistas intervencionistas passando pelas posições nacionalistas-anarquistas. Fiume representa a quebra da disciplina no exército. Desde logo Mussolini toma posição pró-D'Annunzio. No *Il Popolo d'Italia*, de 14 de setembro, ele tenta ligar a empresa fiumiana aos operários, porque Fiume é, segundo ele, uma reação contra a coligação plutocrática ocidental. A mesma coalizão “que cercou a Rússia e sitiou a Hungria” depois de mostrar que a Itália não interveio contra esses países, Mussolini afirma que os plutocratas permanecem na atitude intervencionista.

“O gesto de Gabriele não é somente magnífico do ponto de vista nacional, mas é eminentemente revolucionário ainda que considerado de um ponto de vista socialista e proletário, porque vai contra um sistema combatido também pelos próprios socialistas e proletários.”⁷⁷

Nitti, em 16 de setembro, já mais sóbrio, não apela mais ao povo e sim aos ex-combatentes. E no dia 29 de setembro, incapaz de conter a agitação nacional-fascista e ao mesmo tempo fazer frente aos ataques da Direita e da Esquerda ele dissolve a Assembléia e convoca eleições para o dia 16 de novembro. Em Fiume segue o entusiasmo. Fala-se em uma Marcha sobre Roma. Ao mesmo tempo que saúda a idéia, Mussolini tenta impedi-la. D'Annunzio quase cede às pressões de Alfredo Rocco e Francesco Coppola que o aconselham a votos maiores. Faz, no entanto um plebiscito a favor da Anexação de Fiume à Itália e consegue 6999 votos a favor e 976 negativos. Abstenção de 30%.

O poeta-aventureiro nomeia o ex-sindicalista-revolucionário Alceste De Ambris⁷⁸ como seu chefe de Gabinete. De Ambris proclama a Carta de Quarnaro, o documento constitucional de Fiume. O art. IX é importante para a compreensão dos seus limites:

também, da sua incapacidade, do ponto de vista marxista, de uma adequada análise de conjuntura e de tirar as estratégias daí decorrentes.

⁷⁷ citado por Sechia, *op. cit.*, p. 360.

⁷⁸ Líder da greve de Parma em 1906, depois intervencionista de esquerda e mais tarde anti-fascista.

“O Estado não reconhece a propriedade como o domínio absoluto da pessoa sobre as coisas, mas a considera a mais útil das funções sociais. (...) o trabalho é o único título legítimo de domínio, sobre qualquer meio de produção e de troca. Só o trabalho é senhor da substância tornada maximamente frutífera e maximamente lucrativa da economia geral”.⁷⁹

Trata-se da plataforma da extrema esquerda burguesa. Meses mais tarde, Bordiga analisará em *Il soviet* o que havia de positivo e de negativo, do ponto de vista do proletariado, na Carta.

O único elemento de esquerda a perceber “possibilidades” revolucionárias no evento foi o velho Malatesta que entra em contato com D'Annunzio no início de 1920. Os contatos entre Giulietti, líder da *Federazione dei Lavoratore del Mare*, Malatesta e D'Annunzio tratam de um projeto insurrecional em várias cidades, com uma marcha sobre Roma. Giulietti reúne-se em Roma com Malatesta, Bombacci (secretário do PSI) e Serrati (diretor do *Avanti!*). O projeto não interessa, de imediato, a Serrati. D'Annunzio tenta contato com os socialistas fiumianos: propõe uma frente comum contra o governo central. Essa idéia tinha sido elaborada por De Ambris que já tinha conseguido do poeta o estabelecimento de relações com a Rússia Soviética, ou melhor, o projeto do estabelecimento. Os socialistas recusam o contato. Lenin tinha se pronunciado sobre a necessidade do PSI de aproveitar-se da situação de Fiume. Mas o PSI, olímpicamente, passa por cima da questão. *Il Lavoratore*, jornal socialista de Trieste, publica a recusa socialista e o *Avanti!* faz o mesmo.⁸⁰ D'Annunzio fecha, então, a 20 de abril, as sedes socialistas.

Um “racha” entre oficiais monarquistas e “revolucionários” em Fiume complica a situação. O major Reina, preocupado com a “esquerda” dannunziana, com seus freqüentes contatos com Giulietti prepara um golpe de estado que será abortado. Pouco a pouco as ligações entre Fiume e o proletariado

⁷⁹ citado por Del Carria, *op. cit.*, p. 90.

⁸⁰ O socialista Mazzoni dirá, pouco tempo depois, que o movimento dannunziano era como que “um fio maçônico que parte de Fiume e passa por Giulietti e Malatesta, que nunca desmentiu ser um maçom dorminhoco”, citado por del Carria, *op. cit.*, p. 92. A subestimação, o desconhecimento da realidade e o preconceito são grosseiramente evidentes.

são rompidos e o fascismo acabará por conquistar os nacionalistas fiumianos. O PSI nada fez para evitar isso, muito pelo contrário.

2.8. L'ammutinamento di Ancona⁸¹

O ano de 1920 vai ser o ano em que os motins militares irão dar novas oportunidades de intervenção socialista. Intervenções possíveis, importantes, mas irrealizadas.

Na maior base naval italiana, La Spezia, anarquistas realizam trabalho político entre marinheiros e artilheiros, que se amotnam e armam os proletários. Em abril em Pisa e Livorno os ferroviários decidem não transportar nem soldados nem carabinieri. Em Turim a situação é pré-insurrecional. Nesse momento o exército italiano mantinha em Valona uma cabeça de ponte cercada pelos albaneses insurgidos. Movimentos populares exigem a retirada de Valona, o fim da intervenção na Albânia e da guerra dos Balcãs. É neste quadro que se processa a sublevação de Ancona. No dia 15 de junho o PSI e a CGL proclamam sua oposição à intervenção. O XI Regimento *bersaglieri* deve partir para a Albânia. No dia 25 núcleos revolucionários do regimento entram em contato com os anarquistas na CL e decidem uma ação comum com a população quando o regimento tivesse que partir. Temendo fracassar os *bersaglieri* antecipam o motim e na madrugada de 26 quando a cidade acorda já encontra o regimento em luta. E o fazem sozinhos até o meio dia quando recebem o apoio da população. Os socialistas na CL querem a greve, os anarquistas a insurreição e os republicanos a paz.

A luta contra a força pública começa. Os insurretos tomam os fortes Avio e Sorima, a estação ferroviária e a estação de rádio. A maior parte das repartições públicas ficam sob controle governamental. A luta se prolonga até o dia 27 quando múltiplos reforços, inclusive blindados, esmagam a insurreição.

⁸¹ Sobre os acontecimentos de Ancona, do ponto de vista anarquista, ver Armando Borghi, *Mezzo secolo di anarchia*, pp. 213-227.

2.9. As eleições

Pela primeira vez se votará, na Itália, pela proporcionalidade. Até aqui o voto era majoritário o que garantia com maior ou menor êxito, segundo a região, a vitória dos “notáveis” e a derrota socialista. Em 31 de julho a Câmara aprova o princípio da reforma: 227 a favor e 38 contra. Na 2ª votação, em 9 de agosto, ela se torna lei por 224 contra 35. Começa então a campanha eleitoral.

O PSI, na sua febre maximalista, reúne-se em Bolonha de 5 a 8 de outubro e dirige-se ao povo:

“Não é um voto que queremos de vós, é uma promessa, um ato de fé. Votando pelo boletim sobre o qual se encontra a elevada insígnia da república socialista do mundo, vós, proletários da Itália, vós dareis vossa vontade de engajar a luta direta pela vossa emancipação. Sob esta insígnia está escrito: *‘Todo o poder do proletariado reunido nos seus conselhos. Quem não trabalha não come.*”⁸²

Sobre a participação eleitoral, Lenin em carta a Serrati, datada de 29 de outubro, considera a resolução justa e acrescenta: “Não duvido que os oportunistas confessos ou mascarados – e eles são numerosos no grupo parlamentar socialista italiano! – tentem anular as decisões do Congresso de Bolonha”. Após advertir para o perigo de que a burguesia italiana, com o apoio da Inglaterra e da França, “*tentem empurrar o proletariado para uma insurreição para esmagá-lo mais facilmente*” ele conclui lembrando que o comunismo sofreria o impacto dessa derrota.⁸³

A burguesia dividida entre neutralistas e intervencionistas, antiparlamentares e liberais, etc., não tem nenhum programa e seus partidos fazem uma campanha sem entusiasmo. Só o *Partito Popolare Italiano* (PPI) faz uma campanha séria. Recém criado, dirigido por D. Luigi Sturzo, é um partido moderno, com disciplina interna. Sua criação tornada possível pela abolição do *non-expedit*, pelo Papa Benedetto XV, participa agora da política italiana oficialmente: os católicos, são agora plenamente cidadãos, e o PPI é

⁸² Nenni, *op. cit.*, p. 49, citado por Paris, *op. cit.*, pp. 156-157.

⁸³ *Avanti!*, de 6-12-1919 e *Comunismo*, de 15 a 31-12-1919, citado por Paris, *op. cit.*, p. 175. Grifos de Paris.

o seu partido. Proposta de pluriclassismo, o PPI recobre desde os ultraconservadores aos “revolucionários” católicos.

Nitti escreve aos seus eleitores: “Os gastos efetivos do Estado são 3 vezes mais elevados que as receitas efetivas; todas as empresas industriais do Estado são deficitárias e perdem-se vários bilhões anuais por causa do preço político do pão; a dívida do Estado aumenta de 1 bilhão por mês; os gastos militares, um ano depois de terminada a guerra, representa ainda, cada mês uma soma superior ao gasto anual do ano que precedeu a guerra”.⁸⁴

O fato mais importante da campanha, é, no entanto, o célebre discurso de Dronero, pelo qual Giolitti reentra na cena política italiana. Diz ele a 12 de outubro:

“Enquanto o poder executivo não pode gastar uma lira... sem a aprovação preliminar do Parlamento, ele pode ao contrário sobre o efeito de tratados internacionais assumir, em nome do país, os engajamentos mais terríveis que levam irremediavelmente à guerra; e isto não somente sem a aprovação do Parlamento, mas sem que nem o Parlamento nem o país saibam e possam ser de algum modo informados”.

E após comentar os ataques nacionalistas e fascistas ao Parlamento, diz que a guerra se por um lado mostrou toda a nobreza do povo, por outro mostrou

“a cruel, a criminoso cupidez que empurra os homens já ricos a fraudar o Estado impondo preços iníquos para o que era indispensável à defesa do país... e chegar até a infâmia de fornecer ao inimigo matérias que eles tinham necessidade para combater o nosso exército”⁸⁵

e conclui anunciando que se eleito, procederá ao imposto progressivo e se lembrará dos ex-combatentes, dos mutilados, a quem o país deve o reconhecimento.⁸⁶

A reação é imediata: “Bolchevique!”, grita o *Corrieri della Sera*. E todos os demais jornais da direita, o *Il Giornale d'Italia* (Salandra), *L'Idea Nazionale* (Federzoni) e o *Il Popolo d'Italia*, despejam fogo cerrado sobre o “bandido de Dronero”.

⁸⁴ citado por Tasca, *op. cit.*, p. 62.

⁸⁵ citado por Paris, *op. cit.*, pp. 159-160.

⁸⁶ Sobre o discurso de Dronero ver: Giolitti, *Memorie della mia vita*, pp. 555-559.

Os resultados são surpreendentes: dos 6, 5 milhões de votos, os socialistas conseguem 1 640 000 elegendo 156 deputados e os populares obtêm 1 175 000 e 100 deputados. O governo tinha sido derrotado. O PSI com seus 156 deputados sobre os 508 da Câmara, isto é, 30,7%. Destes 156 a maioria (112) eram das cinco regiões setentrionais, a Itália central tinha eleito 33 e as Puglie elegeram 11.⁸⁷ Além disso, como salienta Secchia, as eleições promoveram a direita e o centro do PSI às custas dos radicais-democratas.

O PPI elegera 100 deputados (19,7%). Sobre a importância do PPI diz Salvemini: "O Partido Popular divide em duas as populações rurais italianas. Se isso não tivesse ocorrido, nas eleições de 1919, os socialistas teriam obtido 250 cadeiras ao invés de 156. Os senhores da aristocracia e os grandes senhores territoriais, que em 1919 e 1920 patrocinaram o movimento popular não calcularam mal."⁸⁸

Essa nova intervenção político-ideológica na cena italiana produz forte impressão em Gramsci, que a caracteriza da seguinte maneira: "A constituição dos católicos em partido político é o maior fato da história italiana desde o *Risorgimento*."⁸⁹

Os partidos tradicionais, incluindo aí os votos fascistas (que sequer elegeram Mussolini), não conseguiram mais do que 252 deputados (49,6%). E esses deputados estavam não apenas divididos por partidos, mas pulverizados pelos interesses sociais que representavam. Lémonon analisando as eleições faz considerações sobre essa pulverização: Salandra, o herdeiro da velha direita elege 75 democratas liberais (giolittianos, antigos intervencionistas antigiolittianos) sustentadores do governo. Os democratas constitucionais, hostis a Nitti, são apenas 20. Os radicais, em número de 50, são também um caleidoscópio indo do nacionalista Di Cesaro (sobrinho de Sonnino) a Marcora (velho garibaldino). Os socialistas-independentes, também 20, são reformistas nittianos (Bissolati e Bonomi) mas também autonomistas anti-nittianos (Arturo Labriola). Os republicanos são 10. O grupo *Rinnovamento*

⁸⁷ Nenhum socialista fora eleito em Lucania, Calábria, Sicília e Sardenha .

⁸⁸ citado por del Carria, *op. cit.*, p. 75.

⁸⁹ Antonio Gramsci, *I cattolici italiani, Avanti!* (A), 22-12-1918, *Il Nostro Marx* (NM), pp. 455-456. Grifo nosso.

elege 30, entre membros dos *Fasci* “socialistas” como Salvemini, republicanos como Manea, radicais como De Viti de Marco, moderados como Cato, nacionalistas como San Benelli e Siciliani (lugares tenentes de D’Annunzio).

Os 100 deputados populares⁹⁰ iam dos reacionários clericais (Filippo Crispoli), aos da Ação Liberal (Meda), aos sillonistas (Lingonotti) e aos radicais como Miglioli, chamado de “Bolchevique evangélico”. Quanto aos socialistas iam da direita (Turati, Treves) aos maximalistas (Serrati, Bombacci) passando pelos intransigentes (como o camponês Abbo). Enfim uma câmara “impossível” de governar.⁹¹

Os socialistas tinham passado de 52 deputados (1913) para 156, seus votos passaram de 883 409 para 1 834 792, um aumento de 208% de votos e 300% de cadeiras.⁹² Como bem salienta Chabod quando “quando se introduz o sistema proporcional (...) reduz-se notavelmente a importância da personalidade dos candidatos – e os velhos partidos são ainda os mais ricos em homens dotados de prestígio pessoal – e na mesma medida aumenta a importância do partido, da organização.”⁹³

Salvemini conclui sobre a importância da eleição: “É provável que, sem a válvula de segurança do sufrágio universal, a massa de camponeses e operários, incitada pelos anarquistas, teria recorrido à ação direta. Ao invés disso, longe de desembocar na via da revolução, esperaram a nova eleição parlamentar de 1919, e uma vez que estas aconteceram, se esperou durante todo o ano de 1920 para ver que coisas fariam os novos deputados. Deste modo se superaram os dois anos mais perigosos da excitação que se fez seguir à guerra”.⁹⁴

⁹⁰ Na edição Einaudi dos artigos de Gramsci, *Socialismo e Fascismo*, os editores falam de 109 deputados eleitos pelo PPI.

⁹¹ Ernest Lémonon, *De Cavour a Mussolini*, pp. 70-71.

⁹² Essa diferença já indica, por outro lado, um dos efeitos da reforma eleitoral. Se ela tivesse sido aplicada em 1913 os liberais teriam eleito 242 deputados ao invés de 270 (beneficiados com 13%), os radicais 60 em vez de 73 (beneficiados com 22%) e o PSI 89 em vez dos 52 (prejuízo de 58%).

⁹³ Chabod, *op. cit.*, pp. 58-59.

⁹⁴ citado por del Carria, *op. cit.*, pp. 75-76.

Mussolini e Toscanini lideraram a lista fascista em Milão obtendo 4 795 votos (1,3%), enquanto a lista socialista obtinha 180 000 (52%). O *Avanti!* fez uma provocação: diz ter encontrado nos esgotos de Milão o cadáver apodrecido de um suicida... Mussolini.

Este porém, embora esmagado fragorosamente, continua sua luta contra os socialistas e no dia seguinte às eleições a passeata socialista que comemorava a vitória é atacada pelos *arditi* de Del Vecchio. Mussolini chega a ser preso pois encontraram armas e provas no seu jornal. Passará apenas 24 horas preso. Instaura-se uma comissão de inquérito que se arrastará até que com a *Marcha sobre Roma* ela é definitivamente sepultada.

Mas no dia 21 de novembro, Mussolini contra a sua “versão” da eleição:

“O resultado da eleição é penoso de um ponto de vista moral, enquanto pode dar a impressão que tenha sido a condenação da intervenção, da guerra, e da vitória, e o triunfo do bolchevismo, mas na realidade as coisas não são assim”.

E analisa o grupo parlamentar do PS:

“não é homogêneo na sua composição, nem é unânime no que se refere aos métodos e está mesmo dividido no que diz respeito aos objetivos supremos. No novo grupo existem pelo menos três grupos. O primeiro é composto por velhos deputados que terminavam o mandato e foram reeleitos, os quais usados, abusados e consumidos por muitos lustros no jogo, nas lutas de opinião, e nas combinações parlamentares, representam um elemento 'sedativo' (...). No centro estão os deputados sindicais, que se avizinham dos primeiros porque através da dura experiência das competições econômicas, estão convencidos que o tecido da economia nacional é intrincado e complexo, e que se é fácil destruí-lo (...), não é, no entanto, fácil recompô-lo. (...) o terceiro grupo: os bombaccianos ou leninistas”. Sobre estes ele confessa que nada sabe pois são novos.⁹⁵

⁹⁵ “Orientamenti”, *Il Popolo di Italia*, 1-11-1919, in *Scritti di Benito Mussolini*, pp. 43-45.

2.10. Nitti novamente no poder

Após a surpresa eleitoral e com uma câmara tão dividida Nitti consegue formar um novo gabinete: por 242 votos contra 216, com uma maioria de apenas 26 votos, ele é governo a 21 de dezembro.

O grande derrotado das eleições fora o Partido Liberal, que desde a Unidade tinha conseguido governar o país sem atropelos parlamentares. E agora ele perdia esse comando. Nitti e Giolitti, os principais políticos travavam intensa batalha que acabara com a vitória do primeiro.

Os socialistas logo na abertura dos trabalhos parlamentares começam a criar problemas. Quando a Oração do Trono era lida eles gritam “Viva o Socialismo! Viva a república socialista!”. E se retiram de *Montecitorio* cantando a Internacional. Os nacionalistas reagem caçando e agredindo os deputados socialistas nas ruas. A resposta clássica, conhecida à saciedade, é a greve geral que ocorre forte e disciplinada.

Mas não são esses os problemas de Nitti. São outros: o déficit da balança em 1919 é de 11 bilhões de liras; a queda constante da lira – em 1918, 130 liras compram 100 francos suíços, em junho de 1919 são necessárias 152, em dezembro, 241, em junho de 1920, 304 e em dezembro, 441; os preços se elevam – tomando o ano de 1913 como índice 100, eles serão 451, em junho de 1919, 576 em dezembro, 639 em janeiro de 1920, 701 em fevereiro e 825 em dezembro.

E tem mais: a Inglaterra que fornecia 800 000 toneladas de carvão por mês reduz para 300 000, o que leva ao fechamento de fábricas, desemprego, falências, redução do tráfego ferroviário, diminuição do ritmo da vida nacional. Mas não era só: os carnês de racionamento de alimentos que tinham sido esquecidos com a “vitória”, são restabelecidos. A inflação aumenta: dos 11 750 milhões de papel circulante em 1918, veremos que são 19 730 milhões em 1920. O preço político do pão custava ao Estado cerca de 200 milhões de liras em 1919 e 500 milhões em 1920 e isso a cada mês. Não importava o preço pelo qual o Estado italiano importasse o trigo, pois tocar o preço do pão poderia dar imensos problemas.

E além do mais Fiume segue ocupado por D'Annunzio. Este, auxiliado por Mussolini, Federzoni e outros, promove uma brutal agitação. Os trabalhadores urbanos e rurais estão cada vez mais radicalizados. O governo Nitti

apoiado por frágil maioria acaba por perder a confiança do PPI que exige sua saída do ministério.

Os populares exigem, em resumo, de Nitti:

“Política externa de pacificação com todos os povos e reconhecimento das autonomias nacionais; política interna de respeito à liberdade individual e coletiva e firme resistência aos elementos de desagregação anárquica da ordem social; representação proporcional nas eleições administrativas municipais e provinciais; reconhecimento de todas as organizações de classe e representação proporcional destas em todos os conselhos e comissões centrais ou locais; abolição das disposições regulamentares que tendiam a impedir o desenvolvimento do ensino particular; criação de comarcas regionais de agricultura e reforma dos organismos de arbitragem dos conflitos coletivos; lei agrária para o parcelamento da grande propriedade, colonização interna e compra de terras, com vistas à formação da pequena propriedade; reforma fiscal que resolva o problema financeiro, aumento da progressividade e aplicando fortes impostos sobre as fortunas feitas durante a guerra”, etc. etc.⁹⁶

Apesar disso Nitti acaba por voltar ao Ministério. Giolitti ainda era inviável. O novo ministério terá curta duração. Sem o apoio do PPI ele vai de 13 de março a 11 de maio. Mas nesse curto período Nitti cria a *Guardia reggia*, tropa de elite, composta por 25 000 homens, para reforçar uma polícia e um exército em quem ele não confia. Várias vezes carabineiros e soldados não apenas desrespeitaram a ordem de atacar o povo mas também se confraternizaram com ele; chegaram mesmo a participar uniformizados de manifestações contra o Estado. O primeiro teste da *Guardia reggia*, positivo: em Decina, a 5 de abril, a tropa ataca os operários matando 9. O PS, como sempre, lamenta e hesita.

Poucos dias antes, a 30 de março, o reformista Claudio Treves, da direita do PSI, faz na Câmara o famoso Discurso da expiação:

“A crise está precisamente nisto, o seu trágico está precisamente nisto: que vós não podeis nos impor a vossa ordem e nós não podemos ainda impor a nossa. (...) Eis a crise do regime: O discurso se fecha eviden-

⁹⁶ in G. de Rossi, *Il primo anno di vita del PPI*, Ferrara, Roma, 1920, citado por Tasca, *op. cit.*, p. 362.

temente, como um ciclo, no ponto em que começou. A crise, a febre, a irriquietude, as massas agitadas, a impotência dos ordenamentos econômicos para nutrir os homens, e dos governos para fazer a paz: o esfacelamento! Quereis que isto fosse rápido: 'fazei a Revolução – nos dizem – ou deixai-nos tranquilos'. Nem uma coisa, nem outra! A revolução é uma era, não um dia; tem aspectos de um fenômeno da natureza: erosões lentas, efervescências rápidas. Estamos nela plenamente e permaneceremos por um bom número de anos. Dia a dia, episódio por episódio, épico ou macarrônico, descomposto ou sublime, com muitas coisas que não compreendemos e que não compreendeis. Mas claro, vos agradaria terminá-la de vez! Não é o morrer que vos espanta, é este não viver que vos exaspera. Mas não está em nosso poder abreviar as contrações do Parto divino. Isto é terrivelmente longo e penoso, é necessário que assim seja, porque é a consequência inelutável do que foi feito, e ninguém pode fazer de modo que o que foi feito não exista. Eis o inexorável corolário do crime! Sim, ó senhores, eis aqui a expiação.⁹⁷

Confissão de impotência de um socialismo reformista, mas anúncio do fracasso de um Estado que se pretendeu liberal.

A luta continua. O Congresso do PPI, reunido em Nápoles, de 8 a 12 de abril, recusa o apoio a Nitti, que se vê forçado no dia 11 a pedir ao Parlamento um voto de confiança. Perde por 193 contra 112. A crise está aberta: o PPI recusa Nitti e Giolitti; o PSI não quer Bonomi que poderia ser aceito pelo PPI e que tinha o apoio do rei, mas tinha contra si o voto de todos os neutralistas; o católico Meda, tem contra si os anti-clericais. E na falta de alternativa Nitti volta novamente ao poder e forma no dia 21 de maio um gabinete de coalizão, incluindo 2 populares e 2 giolittianos. Parecia a reconciliação no interior da burguesia.

A calma durará pouco, pois no dia 24 ocorre passeata nacionalista em direção ao *Quirinal*, em favor de D'Annunzio. A *Guardia reggia* tenta deter os manifestantes e ocorrem 5 mortes (4 guardas) e muitos feridos. Alguns fiumianos são presos e por toda a Itália desencadeia-se agitação nacionalista e fascista.

⁹⁷ Claudio Treves, *Como ho veduto la guerra*, 2ª ed., Edizioni della Rassegna Internazionale, Milão, 1925, pp. 233-256, citado em *Quaderni del Carcere*, Giulio Einaudi Editore, Torino, 1975, p. 2592. Também, mas parcialmente, em Paris, *op. cit.*, p. 259.

Nitti lançara a palavra de ordem “produzir mais, consumir menos” e resolve acabar com o preço político do pão. Para tanto, em 4 de junho, apresenta projeto aumentando em 50% o preço do pão. Apesar de prever uma indenização para os muito pobres o projeto é um verdadeiro ataque ao bolso popular. E além do mais, no mesmo projeto, prevê um imposto sobre os ricos. Unanimidade contra o projeto. Em *Nefasto!*, artigo publicado no *Il Popolo d'Italia* de 10 de junho, Mussolini ataca Nitti “mostrando” como ele servia... aos socialistas. Os incidentes são graves em Milão, Turim, Bari e em outras cidades. Nitti cai, pela terceira vez, em 9 de junho. E desta vez para sempre.

A escolha vai recair sobre Giolitti. Um mês antes a *Ilva*, um dos maiores grupos econômicos italianos, vai à falência. Em março ela anunciara um lucro de 8 bilhões de liras na assembléia dos acionistas. Mas em maio em uma assembléia extraordinária ela anuncia que deve considerar-se como perdido o capital de 300 milhões de liras bem como 125 outros milhões aplicados em títulos e em empresas. O passivo da *Ilva* será liquidado por 15 milhões de liras.

O gabinete Giolitti é formado a 15 de junho. Gabinete de coalizão, conterà todas as tendências da Câmara, exceto os socialistas. Giolitti é aprovado na Câmara ao apresentar um programa que parecia fortalecer o Parlamento, pois lhe atribuía direito de estabelecer com sua aceitação ou não os tratados e acordos que o governo fizesse e também lhe dava o direito exclusivo de declarar a guerra. Na questão financeira Giolitti propõe um saneamento: confisco de lucros de guerra, investigação sobre os gastos da guerra, novos impostos, nominatividade dos títulos.

Os socialistas se opõem: as medidas econômicas não seriam eficazes e o reforço do parlamento só se fará pela convocação de uma Constituinte: Os populares não gostam da idéia da nominatividade dos títulos (por causa dos interesses financeiros vaticanos). No entanto a 9 de julho o gabinete Giolitti é aprovado por 264 votos contra 164. Um pouco antes ocorrera o movimento em Ancona que se espalhara pelas Marcas, pela Romagna e chegara a Umbria.

A subida de Giolitti coincide com o movimento da ocupação das fábricas e isso indica para Gramsci “o espírito estreito de terror e de vingança que caracteriza a pequena burguesia no momento atual.”⁹⁸

⁹⁸ Antonio Gramsci, *Giolitti al Potere*, L ON, 12-6-1920, in *L'Ordine Nuovo*, p. 336.

2.11. Os primeiros problemas do ano 20: o caso Mazzonis

“O próprio esquema do confronto sindical tinha mudado muito em face do período anterior à guerra: não existia mais a discussão livre da qual poderia surgir o acordo: agora as partes estavam 'sempre armadas' uma contra a outra, o acordo não era senão uma trégua, uma preparação para a luta sucessiva”⁹⁹,

queixa-se Abrate, o historiador dos industriais. O governo Nitti era caracterizado por muitos como demonstrando “insinceridade, ligeireza, fraqueza”¹⁰⁰. A longa e dura luta contra o preço político do pão, as desordens daí decorrentes, as greves nos serviços públicos (ferroviários, telegrafistas, condutores de bonde) contribuía não somente para dificultar a produção como também para conturbar o já demasiadamente tenso ambiente político. Já em janeiro de 1920 Agnelli dirige-se ao chefe de polícia de Turim para dizer que a nova greve dos ferroviários poderia obrigar às empresas a suspender o trabalho. E dizia que essas questões acabariam por “em breve tempo chegar a uma crise violenta”¹⁰¹ mas que ele não julgava oportuno precipitá-la.

A questão econômica mais urgente era a do câmbio. No início de 1920 a situação chegara ao insustentável. Entre os capitalistas existiam duas tendências: uma (Targetti, Allievi) sustentava a tese de que o controle das importações supérfluas bastaria para melhorar a situação da lira. Para isso seria necessário, no entanto, que todos os países signatários dos acordos comerciais com a Itália aceitassem tais medidas e, mais do que isso, mantivessem e mesmo aumentassem suas importações. A outra corrente (Olivetti) tinha clareza de que qualquer aumento dos preços seria imediatamente inflacionaria com repercussões imediatas nos salários. Vendo o problema como consumo excessivo em relação à produção, ele acreditava na eficácia do controle do câmbio. O Conselho da *Confindustria* solicita então ao governo “dada a excepcionalidade do momento à reservar a moeda estrangeira para

⁹⁹ Abrate, *op. cit.*, p. 247.

¹⁰⁰ Umberto Ricci, *La politica economica del ministero Nitti*, Roma, 1920, p. 47, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 248.

¹⁰¹ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 248.

a importação de matérias primas e de produtos indispensáveis à atividade da indústria e da agricultura”.¹⁰²

No que se refere às questões sindicais elas não eram homogêneas para todos os industriais. Os operários das indústrias químicas entram em greve nacional, de 6 de fevereiro a 3 de março, com um contingente de 180 000 grevistas. Em Turim, já no início do ano, os operários não qualificados estão insatisfeitos com a regulamentação dos preços por tarefa. A *FIOM* apresenta memorial com reivindicações econômicas. Enquanto se processam as conversações com os industriais, os serventes entram em greve de 2 a 14 de janeiro. Agnelli convoca com urgência o Conselho da *AMMA* e apresenta tese conciliatória sobre a situação. São oferecidos aumentos médios de 20 centavos/hora o que é recusado pelos operários. Agnelli aumenta para 30 centavos/hora no que é apoiado pelos outros industriais desde que essa fosse a concessão máxima. A questão é regulada por um complexo acordo. Os capitalistas percebem que as questões salariais não eram as fundamentais.

O “caso Mazzonis”, apesar de marginal, teve proporções amplas e indica o enrijecimento patronal. Mazzonis cujas empresas têxteis ocupam 4500 operários em Turim, Pont Canavese, Favria, Torre Pelice e Luzerna S. Giovanni, não era filiado à *Lega* nem a qualquer outra associação patronal, não reconhece o sindicato operário e sempre se recusara a aplicar os contratos de trabalho de 28 de maio de 1919 (de caráter nacional) e o de 20 de outubro (de caráter regional). Recusava-se também a discutir com a *Federazione Italiana Operai Tessili (FIOT)*. Em janeiro após um incidente entre um líder operário e uma tecelã, em Tralafera, surge uma disputa que leva à dispensa de alguns operários. O conjunto dos operários exigiram a readmissão dos demitidos. Com a recusa da empresa a greve é decretada no dia 17 de janeiro. Os operários apresentam memorial solicitando: a aplicação dos contratos, o reconhecimento da *FIOT*, a readmissão dos demitidos nos três últimos meses e o pagamento dos dias da greve. Nova recusa patronal e a CL é convocada pelos operários.

¹⁰² *L'Italia meridionale*, a. II, 1920, n° 2, abril, p. 2, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 248.

O chefe de polícia de Turim, Paolo Tadei, tenta oferecer sua mediação que é recusada pela empresa. Com base no decreto de 20 de janeiro de 1918 Tadei nomeia a 5 de fevereiro uma comissão de conciliação. Convocado a depor Mazzonis recusa-se a comparecer. A comissão então emite seu laudo, a 18 de fevereiro, reconhecendo os princípios invocados pelos trabalhadores: os industriais não podem recusar-se “a observar as normas vigentes na indústria por consenso das associações das duas partes”.¹⁰³ Ou seja: Mazzonis deverá cumprir os contratos e as condições de trabalho vigentes. Tadei convida então os industriais a aplicar as decisões da comissão. Nova recusa. Mazzonis não lhe reconhece competência para meter-se nos seus assuntos. A *FIOT* declara greve em todos os estabelecimentos Mazzonis e ameaça com a greve geral dos têxteis. Tadei exige que a empresa se ativesse às decisões da comissão. Mazzonis sequer responde.

A longa duração da greve produz seus efeitos. Após comícios em Pont Canavese e Torre Pellice, após a enumeração das tentativas de conciliação fracassadas pela intransigência patronal, os operários ocupam as fábricas e as fazem funcionar sob sua gestão. Ao mesmo tempo a *FIOT* notificava ao governo que ela e a *CL* de Turim assumiam a responsabilidade dos acontecimentos. E que se houvesse represália os operários turineses, e depois destes todos os demais operários italianos, defenderiam solidariamente seus camaradas. O próprio Nitii se impressiona e pede a Tadei que faça algo de modo a circunscrever a questão. O chefe de polícia, no dia 2 de março, levando em consideração que a empresa “se recusara conhecer um julgamento pronunciado em conformidade com as leis do Estado e tentava eludir sua aplicação mantendo fechados os próprios estabelecimentos”¹⁰⁴ requisita estatalmente as fábricas e nomeia para geri-las o chefe dos Inspectores de trabalho de Turim. Os operários apoiam. O gestor concede tudo que tinha sido solicitado e o trabalho recomeça a 9 de março. Um mês após a fábrica é devolvida aos Mazzonis. Este “caso” indica que setores industriais, cada vez maiores, estão dispostos à resistir aos operários.

¹⁰³ Abrate, *op. cit.*, p. 249.

¹⁰⁴ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 250.

Para os economistas liberais, Einaudi por exemplo, Mazzonis tornou-se um símbolo da resistência do empresariado “livre”. Contudo o “caso Mazzonis” traz para a *Lega* inúmeras reflexões. Olivetti não via com bons olhos a recusa do industrial de pertencer à *Lega* e também a sua recusa obstinada de reconhecer os sindicatos. Pensava ele que se Mazzonis estivesse filiado o “caso” não teria ocorrido; que com sua posição obstinada o industrial se expusera ao poder público, à opinião pública e ao operariado. Dizia Olivetti que “quando todo o campo econômico é organização, quando à ordenação individual se substitui pela de classe, o indivíduo deve buscar a tutela da sua liberdade não mais no isolamento mas na solidariedade da sua classe”.¹⁰⁵ Olivetti protesta contra a “requisição” do chefe de polícia afirmando que o procedimento dele fora absolutamente fora da lei. No mesmo sentido se pronuncia Emilio De Benedetti, presidente da *Lega*, protestando junto ao chefe de polícia – inutilmente. Olivetti exprime bem o ponto de vista dos capitalistas: “Nenhum industrial pode daqui por diante estar seguro que a lei é o que é e não, muito facilmente, o que queira um chefe de polícia”.¹⁰⁶ O que assustou os industriais foi a requisição caso essa fosse a nova maneira de resolver problemas difíceis.

Em 15 de fevereiro os operários siderúrgicos e mecânicos genoveses entram em greve e no dia 17 os industriais proclamam a *serrata*. Em Sestri Ponente os operários elegem conselhos de fábrica e tentam ocupá-las no que são impedidos pelas forças policiais. O chefe de polícia convoca os representantes operários e os do *Consorzio Industriale Ligure (CIL)* e consegue o acordo no dia 20.

A direção social-reformista da *CGL* não concordava com as tentativas “revolucionárias” de suas bases, mas em Turim, mesmo a *FIOM*, a mais combativa organização sindical, via fugir o controle sobre a massa operária. O velho esquema reivindicativo que ia das melhorias de horário à estabilidade no emprego já não tinha o mesmo poder. O mito de uma sociedade ba-

¹⁰⁵ Gino Olivetti, “*Il caso Mazzonis*”, *L'Italia industriale*, a. II, 1920, n° 1, jan-abr, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 252.

¹⁰⁶ citado por Abrate, *op. cit.*, p. p. 253.

seada nos *Conselhos de Fábrica (CF)*, anti-burocrática, penetrava as massas até então dominadas pela poderosa burocracia cegalista. A questão do controle operário estava sempre presente. Abrate reconhece que “esta foi a obra do grupo comunista do *'L'Ordine Nuovo'*, não apenas teoria e jornalismo, mas verdadeira construção política”¹⁰⁷ Reconhece também que as *CF* “foram a escola de luta política mais evoluída da Itália naquele período”.¹⁰⁸

Quando em janeiro de 1920 a *Lega* recebe do operariado de várias fábricas o pedido do reconhecimento das *CF* e dos comissários de seção, Olivetti assume que “era hora de não permanecer mais passivos, mas de afrontar corajosamente às novas formas de organização, para evitar que a preparação dos operários seja tal que assegure a sua vitória”.¹⁰⁹ Lancia não se mostra contrário e a *AMMA* declara que esta disposta a lutar caso a *Lega* e a *ANIMA* apoiassem.

O movimento dos *CF* nas fábricas de borracha, como a Michelin, se desenvolve. Para a eleição dos comissários todos os operários são eleitores ativos, para “dar à massa ainda amorfa e inconsciente uma primeira forma que a faça entrar nas filas do movimento da classe operária”. E nas instruções anexas às cédulas de votação dizia-se que “a escolha dos comissários deve recair sobre os produtores (operários, técnicos, empregados) mais ativos, mais estimados, mais capazes nas regras e nas normas do trabalho específico que se realize na seção e que possuam a mais clara e segura consciência da sua condição de proletários e das metas da luta pelo comunismo”.¹¹⁰

A *Lega* reúne-se a 13 de fevereiro para examinar a situação. É o próprio Olivetti quem faz o relatório sobre a questão dos *CF*. Valendo-se de recentes deliberações dos dirigentes da *CL* de Turim e da *CGL* ele passa a ressaltar o alcance revolucionário dos novos órgãos. O resultado da reunião, como não poderia deixar de ser, é o da oposição coletiva e decidida aos *CF* e o reforço da disciplina interna, ou seja, ao conselho da *Lega* são transferidos todos os poderes “para as deliberações que creia serem necessárias tomar

¹⁰⁷ Abrate, *op. cit.*, p. 254.

¹⁰⁸ *idem.*

¹⁰⁹ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 254.

¹¹⁰ *idem.*, p. 312.

para evitar que Turim se torne um palco de experiências comunistas”.¹¹¹ Logo após, um conflito, surge na Ansaldo S. Giorgio, e De Benedetti, presidente da *Lega*, expõe a situação ao conselho da *AMMA* e aos representantes do *CFA*: na Ansaldo os operários tinham eleito um *CF* e queriam que a este órgão fossem atribuídos as funções das comissões internas (*CI*). Soria, o diretor da Ansaldo, fala em impor o respeito aos regulamentos caso conte com o apoio da *AMMA* e do *CFA*. De Benedetti insiste em negar qualquer reconhecimento aos *CF* e Boella comenta que as diferenças entre a *FIOM* e os *ordinovistas* eram grandes e que era ocasião de tentar afastar a entidade sindical dos elementos comunistas.

A *Cooperativa degli operai modelisti* apresenta memorial reivindicatório à *AMMA* que o recusa. Discute-se na *AMMA* sobre a preparação dos operários para a gestão das empresas quando chegam provas que o movimento dos *CF* tinham ultrapassado “à esquerda” as posições da *FIOM*. Agnelli informa quanto à situação da Fiat as relações entre a direção da empresa e as *CI*. Diz ter provas de que os chefes do movimento dos *CF* tentam levar as massas para a nova instituição, mas que as *CI* resistem. Pensa em ampliar as atribuições das *CI* para provocar um conflito aberto contra os partidários dos *CF*.

Os empresários na perspectiva de um grande enfrentamento com os operários tratam de reforçar a sua coesão e de colocar a questão dos *CF* na pauta dos trabalhos da *Confindustria*. Na reunião do conselho daquela entidade, reunido em Milão, nos dias 6 e 7 de março, Olivetti apresenta seu relatório sobre os *CF*. Após falar dessa instituição no exterior, comenta que na Itália ela estava restrita a Turim. Fala sobre suas funções e seus poderes – ainda bastante fracos. Mas chama a atenção para a possibilidade dela vir a ser a célula de transformação da mentalidade corporativa dos operários e instrumento de transformação da sociedade capitalista em uma sociedade comunista prevista pelo Congresso Socialista de Bolonha, de 1919, e assim também o entenderia a *CL* de Turim. A força desse movimento era a experiência soviética e o seu desenvolvimento seria revolucionário. O movimento

¹¹¹ *idem*, p. 255.

tinha pois dois aspectos: um, de defesa econômica dos operários na economia capitalista e o outro, político, de preparação e constituição dos órgãos da nova sociedade comunista. Os *CF*, ao contrário das *CI*, tenderiam a exercer na fábrica um poder próprio não submetido à autoridade da empresa. Era preciso pois negar qualquer reconhecimento aos *CF*. E embora todos os acordos coletivos de trabalho fossem feitos com as organizações sindicais, face à ação dos *CF*, logo eles seriam impossíveis: isto explicava para ele a oposição das organizações tradicionais do operariado aos *CF*. Era preciso negar qualquer pretensão de controle operário sobre as empresas e esta proposição foi aceita por todos.

A situação era bastante complexa pois apesar das repetidas convocações à disciplina e à solidariedade Olivetti sabia que não podia contar com elas. Do outro lado também a massa operária, apesar de sua reiterada vontade revolucionária, não contava com nenhuma organização eficiente. Suas entidades eram bastante revolucionárias... nas palavras. Abrate analisando o período diz que se pode estender aos industriais o que Tasca dizia dos próprios operários: "Choque formidável... preparação formidável. Por detrás dessa linguagem não existia absolutamente nada. A barca andava à deriva com sua carga de esperanças."¹¹² Ainda Abrate: "Assim, se por um lado não existia uma predisposição estratégica clara e articulada em seqüências precisas, deve-se dizer que mesmo do outro lado não poucas coisas eram confiadas à improvisação e deixadas em suspenso até o final, salvo a vontade de alguns de obstinar-se e de opor-se decididamente àquelas que eram julgadas as vanguardas da temida nova ordem comunista."¹¹³

2.12. ...una parte degli operai voleva fare la rivoluzione...

Turim, em março, encontra-se em greve. Trata-se de defender os *CF*. Se durante a guerra, e sob forte coerção militar as *CI* serviam de correia de transmissão, agora, no pós-guerra, transformando-se nos *CF*, elas passam a representar a possibilidade de autonomia da classe. Querem ser os organi-

¹¹² Tasca, *op. cit.*, p. 79.

¹¹³ Abrate, *op. cit.*, p. 258.

zadores de uma direção operária na fábrica. Os capitalistas temem os novos *CF*, dado que eles ultrapassam o limite do horizonte corporativo. E querem acabar com a brincadeira.

Em abril de 1919, a *FIOM* conseguiu o reconhecimento das *CI* e também o direito de designar seus membros anteriormente designados pelos capitalistas.

As *CI* são agora a representação da classe na fábrica. Representação bastante parcial na medida em que só os sindicalizados, os “organizados”, dela fazem parte. Sob a pressão das massas se coloca o problema da democracia operária e de que as *CI* devem representar a todos inclusive aos não sindicalizados, aos “desorganizados”. Com isso as *CI* subordinam na fábrica o aspecto sindical. E é nesse momento que vai se realizar a ligação da vanguarda mais amadurecida do movimento operário, os metalúrgicos, com a ideologia marxista, através um grupo de jovens intelectuais, o grupo do *L'Ordine Nuovo*.

As massas operárias irão transformar as velhas *CI*, acusadas de colaboracionismo e ligadas à burocracia sindical, em *CF* que reúnem os Comissários de Seção eleitos em cada fábrica. Os diversos *CF* deveriam reunir-se em conselhos de bairros e estes com os conselhos camponeses deveriam formar os conselhos regionais. Enfim um Conselho Nacional deveria ser o novo órgão da democracia do povo.

Os *CF* rapidamente se espalharam por Turim de modo que já em novembro de 1919 se realiza uma assembléia de comitês executivos dos *CF*, representando 30 mil operários de 15 estabelecimentos. Nesse mesmo mês a seção turinesa da *FIOM* adere, e em dezembro o Congresso Extraordinário da *FIOM* aprova que os *CF* sejam eleitos pela totalidade dos operários e não dos sindicalizados.

Contra os *CF* se mobilizam não apenas os industriais mas a burocracia da *CGL*, a “*espressione borghesa in seno alla classe*”, como diz del Carria. A oposição das organizações operárias, apesar do reconhecimento formal, se dar pelo não apoio à generalização da nova instituição. Os *CF* vencem em Turim, mas a *CGL* e o *PSI* conseguem impedir a sua expansão no resto da Italia.

Logo o número ascende a 150 mil operários, ganhando o apoio dos trabalhadores das indústrias químicas, de calçados, etc. Em novembro a seção turinesa da *FIOM* adere e em dezembro o Congresso Extraordinário da *CL* aprova os *CF* eleitos pela totalidade dos operários por uma maioria de 34 489 votos (56,7%) contra os minoritários 26 219 votos (43,3%) que insistiam em que apenas os sindicalizados deveriam votar.

Barbadoro explica os preconceitos contra os não sindicalizados baseado na tradição do movimento operário italiano: “a desconfiança do qualificado de extração artesã, inscrito na liga de ofício e disciplinado nas ações reivindicativas da categoria, nos confrontos dos serventes de origem camponesa, pouco propensos ao associacionismo de tipo corporativo e portanto os grandes choques frontais engajados pela Câmara do Trabalho.”¹¹⁴ Explicação bastante plausível em termos de massa operária, mas que seguramente, não cabe quando pensamos na liderança sindical. Essa liderança vê o sindicato com “uma concepção de uma grande rigidez, que faz da organização centralizada, da disciplina na autoridade do sindicato e ao seu poder contratual, uma espécie de fetiche.”¹¹⁵

As lideranças sindicais viam na democracia direta e no autogoverno dos operários, na concessão de voto aos não sindicalizados, de fazer do local de trabalho o núcleo de uma nova estrutura operária, uma forma de fuga à tutela sindical e a reemergência do anarco-sindicalismo.

Mesmo socialistas tão distantes entre si como Bordiga, Tasca e Serrati combatiam as teses *ordinovistas*. Bordiga via no movimento dos *CFs* uma forma de corporativismo. Já Tasca pretende reduzir o movimento ao velho esquema sindical. Serrati vê no direito de voto dos não sindicalizados como uma “aberração”, como a proclamação da “capacidade revolucionária da massa amorfa”, com o abandono daquele “movimento organizado que é o núcleo da futura sociedade.”¹¹⁶ Um mês após escreve: “a ditadura do proletaria-

¹¹⁴ Barbadoro, *op. cit.*, p. 396.

¹¹⁵ Paolo Spriano, *L'Occupazione delle fabbriche (settembre 1920)*, Torino, 1964, pp. 19-28.

¹¹⁶ *in Battaglie sindacali*, 8-11-1919, citado por Barbadoro, *op. cit.*, pp. 397-398.

riado é a ditadura consciente do Partido Socialista.”¹¹⁷ Serrati confessa, sem o saber, que ignorava a realidade, que o proletariado não é igual ao conjunto das classes subalternas, revelava assim a incapacidade de ganhar os “desorganizados”, de não possuir uma estratégia política, o que condenava a imobilização e a espontaneidade das massas.

Mas não são apenas as instituições tradicionais do operariado que se voltam contra os *CF*. Na *Confindustria*, entidade máxima dos industriais, reunida em Assembléia, em Milão, no dia 7-3-1920, Olivetti, seu secretário geral, no seu relatório sobre os *CF*, coloca a questão em termos de força: “não é possível que nas fábricas se constitua um organismo que se proponha e pretenda atuar e decidir à margem e, em certo sentido, sobre os órgãos diretivos das fábricas.”¹¹⁸ Diz mais: “na fábrica não podem existir dois poderes”.¹¹⁹ Síntese da fala de Olivetti naquela assembléia, essa frase define rigorosamente a situação. É um documento muito importante por ter captado o fundamento dos *CF*. Olivetti chega mesmo a afirmar que os *ordonovistas* “consideram que um dos motivos pelos quais os resultados derivados da ditadura do proletariado e da instauração do comunismo na Rússia não foram de todo bons consiste na falta de preparação do proletariado para o exercício das funções dirigentes, técnicas e econômicas. Por isso, com a instauração, desde agora, os conselhos operários tendem a obviar tal inconveniente no caso de uma revolução italiana, e, conseqüentemente, tendem a estabelecer um período de adestramento para o futuro exercício de todas as funções técnicas e administrativas da indústria. Esse é o ponto de partida do movimento italiano.”¹²⁰ Olivetti pensa melhor a conjuntura que o *PSI* e a *CGT*. Pensa do ponto de vista de classe e não de burocracia. E assim compreende a ação do inimigo. Isto se chama *objetividade!*

¹¹⁷ “*I Comitati di fabbrica*”, in *Comunismo*, 15 a 30 de dezembro de 1919, escrito por Giacinto Menotti Serrati, sob o pseudônimo de *Il Comunista*, citado por Barbadoro, *op. cit.*, p. 398.

¹¹⁸ *La opinión de los industriales sobre los consejos de fábrica*, ON, 15-5-1920, DCF, p. 152.

¹¹⁹ citado por del Carria, *op. cit.*, p. 104.

¹²⁰ *idem*, pp. 149-150.

Poucos dias depois, a *Lega* convida os seus associados a não “reconhecer organismos representativos operários que se afastem das habituais formas sindicais”.¹²¹ Os capitalistas querem mais: querem anular a existência dos *CF*, proibir a eleição dos delegados e dos conselhos, e reduzir as *CI* à órgãos de colaboração para o bom funcionamento das fábricas. Nunca como órgãos políticos de controle.

A luta está na ordem do dia. Tadei, a 20 de março, telegrafa ao ministro do Interior: “Hoje pela manhã se apresentaram a mim o deputado Olivetti, o comendador De Benedetti, presidente da *Lega Industriale*, e o comendador Agnelli dizendo-me que nos estabelecimentos industriais a indisciplina e as contínuas e exorbitantes pressões dos operários estão chegando a um tal ponto que os industriais estão decididos, em brevíssimo tempo, a recorrer à providência do fechamento das fábricas.”¹²²

A “greve dos ponteiros” é o acontecimento mais importante do período. Envolvendo inicialmente 50 mil operários metalúrgicos, ela acaba se estendendo a todo o Piemonte, paralisando cerca de 200 mil trabalhadores. Durou de 29 de março a 23 de abril. O “pretexto” da greve foi a adoção, pelo Estado, da hora legal. Os operários a recusam por lhes lembrar a guerra. Segundo os industriais a luta operária contra a hora legal era sua maneira de “manifestar o seu desprezo pelas leis do moribundo estado burguês”¹²³

Os operários comunicam à *AMMA* o seu desejo de continuar a seguir a hora solar. Agnelli, que comanda a *AMMA* não vê problema, mas submete à *Lega* que, em reunião a 19 de março, discute a situação. Apesar dos problemas de compatibilidade de horários, de início não aparece nenhuma objeção a Agnelli. Olivetti sugere que se contate a *CL* para um acordo geral, lembrando, no entanto, que com isso se estava indo contra a lei. De Benedetti, presidente da *Lega*, comenta que “faltando à autoridade força para fazer respeitar a hora legal, a *Lega* não podia substituir-se ao poder público”¹²⁴ e

¹²¹ citado por del Carria, *op. cit.*, vol. 2, p. 104.

¹²² citado por Spriano, *Storia del Partito comunista italiano*, p. 52.

¹²³ G. Prato, *Il Piemonte e gli effetti della guerra sulla vita economica e sociale*, Bari, 1925, p. 147, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 259.

¹²⁴ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 259.

que já tinha conversado com o chefe de polícia sobre isso. Mas a questão central não era essa e sim a recusa dos operários de pagar a sua parte no seguro contra o desemprego. E que tudo junto era uma grave indisciplina em relação à qual “deve-se resistir absolutamente, quaisquer que possam ser as conseqüências”.¹²⁵ Concordando com ele Olivetti adverte que deve-se deter de qualquer modo o avanço operário, mas aconselha os seus colegas a deixarem o primeiro passo aos operários, para depois golpeá-los.

Tudo está preparado para a ofensiva patronal. Agnelli declara no dia seguinte que a situação era insustentável, que o poder da direção em relação aos operários estava esgotado, que a política de temporização tinha fracassado, e que para repor a ordem e a autoridade nas fábricas ele estava disposto a chegar à *serrata* a partir de 1º de abril. De Benedetti insiste que os motivos dos operários eram puramente políticos e não econômicos e que os casos de desordem não estavam mais restritos às indústrias metal-mecânicas, tinham se generalizado. Olivetti informa que pelo que sabia de Roma a tendência do governo mudara e caminhava para o lado dos empresários. Sugeriu a resistência. Já Joannès, líder das pequenas empresas, foi contra: Lancia o apoia. E isso serviu de freio: a *AMMA* decide tão somente aplicar de modo rigoroso os regulamentos e permanecer alerta aos acontecimentos. Na tarde do mesmo dia, na reunião da *Lega*, Agnelli e Olivetti conseguem posições mais claras e afirmam a necessidade de “garantir a mais ampla simpatia da opinião pública”¹²⁶ devendo para isso abrir a luta no momento certo. E essa ocasião se apresenta no dia 22 em fábricas da Fiat: a *Acciaierie Fiat* e as *Industrie Metallurgiche*.

Na reunião do dia 23 da *AMMA* Agnelli narra os eventos do dia anterior. Nas *Industrie Metallurgiche*, a *CI* pede que o relógio seja recolocado na hora solar. Diante da recusa e pressionado pelo operariado, um operário executa o desejo. Diante desse ato, considerado de grave indisciplina, todos os operários envolvidos são demitidos. Depois de realizar um comício na fábrica, os operários decretam greve. No mesmo dia nas *Acciaierie Fiat*, os operários exigem que as *CI* sejam pagas pelo salário máximo, visto que pelas

¹²⁵ *idem.*

¹²⁶ *idem.*, p. 261.

suas próprias funções eles perdem tempo e tem, portanto, sua remuneração reduzida. A direção pede tempo. Os operários abandonam o trabalho. Segundo os regulamentos a fábrica é fechada. Diante do exposto o conselho da AMMA aprova os procedimentos de Agnelli.

No dia 25, confirmando o que Olivetti falara sobre as disposições do governo, todos os grandes e médios estabelecimentos de Turim são ocupados pela *Guardia Reggia*, pelos carabinieri, pela cavalaria, com blindados e metralhadoras. Nessa mesma noite os operários, reunidos na *CL*, acusam a Fiat de querer golpear as organizações operárias, intrometendo-se nas eleições das *CI*. De fato a direção das *Acciaierie Fiat*, no dia 24, declarara inelegíveis por um ano os membros da *CI* atual. A AMMA responde “que nunca tinha nutrido semelhantes intenções e que... se se preferisse que os componentes das comissões internas fossem demitidos não como tais e sim como simples operários, a Fiat estava até disposta a fazê-lo”.¹²⁷ E não voltaram atrás.

No dia 26 de abril, Agnelli propõe, no conselho da AMMA, um acordo de cúpula com a *FIOM*: ele anularia a demissão das *CI*, mas estas não poderiam ser reeleitas e se o fossem deveriam demitir-se, e a *FIOM* não as ratificaria. E mais do que isso: as *CI* deveriam voltar às antigas funções. E conclui: “a presente crise (...) (é) mais do que qualquer outra, crise de autoridade, e que seja, então, do interesse dos industriais favorecer a restauração dessa autoridade, seja nas suas relações com os operários, seja na relação destes com os seus próprios dirigentes.”¹²⁸

O Avanti!, de 27 de março, ataca violentamente a greve:

“Não se é obrigado a aceitar a batalha todas as vezes que o inimigo... a provoca. Parece que, a este propósito foi bastante diverso o parecer dos dirigentes do movimento turinês, os quais vendo-se atacados, ao invés de deter o golpe, descobriram-se e, sentindo-se premidos pelos vizinhos – depois de ter lançado ao inimigo as mais provocantes injunções, tanto para fazer crer que o seu ato diretamente o início da Revolução explodindo em Turim, finalmente próxima ao comunismo – correram

¹²⁷ Abrate, *op. cit.*, p. 261.

¹²⁸ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 262.

*em volta, nas últimas horas, a buscar ajuda com os menos fortes, os menos preparados entre eles. Enquanto negociavam na Governadoria... faziam crer em outros lugares que estavam na vigília da insurreição para depois lançar sobre as costas capazes da Direção do Partido a responsabilidade do insucesso que de fato não lhe toca”.*¹²⁹

O que leva Gramsci a afirmar com toda razão, no seu famoso relatório à Internacional, que o PSI com essa atitude de desaprovação “encorajaram novamente os capitalistas os quais não tiveram mais freios nas sua luta contra o proletariado turinês e contra os Conselhos de Fábrica.”¹³⁰

Os operários voltam às fábricas no dia 27 mas fazem greve branca, permanecendo inativos em seus postos. Em 44 estabelecimentos a greve branca é seguida de comício e hasteamento da bandeira vermelha. Os industriais reunidos na *Lega* estão surpresos e excitados, mas estão divididos e dos debates sai uma proposição ainda temporizadora: avisar à *FIOM* que, se a greve continuar até o dia 29, serão aplicados os regulamentos.

A assembléia dos comissários de seção decide voltar a trabalhar exceto naqueles dois estabelecimentos, se os capitalistas estiverem dispostos a negociar. O conselho da *AMMA* é convocado e após a afirmativa de De Benedetti segundo a qual o chefe de polícia, dentro do possível, garantiria os estabelecimentos, deliberam aceitar a comunicação da *FIOM* que comunicava a concordância operária.

Os operários voltam no dia 29, mas após uma greve branca, saem em massa em passeata para uma assembléia que decide continuar a greve. Os industriais proclamam a *serrata* e se dizem dispostos a discutir com a *FIOM*, desde que os operários durante o período de trabalho não se comuniquem com as suas *CI* e que na fábrica a única autoridade seja a dos empresários e seus representantes. A força pública continua nas fábricas.

A luta tinha sido minuciosamente preparada pelos capitalistas que tinham percebido o alcance dos *CF*. Nesse momento como disse Gramsci ou se

¹²⁹ citado por Barbadoro, *op. cit.*, p. 400. Grifo nosso.

¹³⁰ Antonio Gramsci, *Il Movimento Torinesi dei Consigli di Fabbrica (Rapporto invitato nel luglio 1920 al Comitato esecutivo dell'Internazionale Comunista)*, in *L'Ordine Nuovo*, p. 185.

fazia a revolução ou falhando esta viria uma terrível contra-revolução. O *PSI* e a *CGL* abandonam os operários a si mesmos. Enquanto isso os industriais e o Estado percebendo que o momento era decisivo fazem chegar, em março, a Turim, dezenas de milhares de carabineiros, guardas reais, policiais e soldados. A cidade é ocupada militarmente e para ela estão apontados canhões colocados nas colinas próximas. As associações estudantis, subsidiadas pelos industriais, armam-se ostensivamente, sob a vista grossa das autoridades. A luta é política, não há reivindicações econômicas: os operários respondem à *serrata* com uma greve geral da categoria de dez dias.

Sempre atento ao desenrolar dos acontecimentos Mussolini escreve no *Il Popolo d'Italia*, de 1º de abril: "A verdade é que ao lado da crise burguesa, existe a crise do socialismo. Diríamos que elas se condicionam reciprocamente. Poderíamos acrescentar que a crise do socialismo é ainda mais grave que a que trabalha as classes políticas do velho mundo."¹³¹

No dia 1º de abril, a *FIOM* e os industriais chegam à um acordo inicial: a *FIOM* renuncia a qualquer tentativa de ampliar as atribuições das representações operárias em troca da não aplicação rígida dos regulamentos disciplinares. A Fiat não abre mão, contudo, de uma multa contra os operários das *Acciaierie*, que deveria ser depositada na *Cassa di disoccupazione*, por terem estes entrado em greve antes das práticas regulares de conciliação. A seção turinesa da *FIOM* pede o apoio ao Comitê Central da *FIOM* e à *CL*. A direção da negociação do lado operário passa ao deputado reformista Bruno Buozzi. Ela ocorre nos dias 6 e 7. Durante o debate entre as partes Buozzi teria dito que "a greve foi inútil e injusta". No dia 7 o projeto do acordo já está praticamente elaborado: o único obstáculo é a posição dos industriais que querem a manutenção da multa. As partes se separam para consulta às bases. A proposta feita aos operários era a multa reduzida ao salário de uma hora e as *CIs* seriam remuneradas, no tempo em que estivessem ausentes do seu serviço, por uma percentagem média do valor das tarefas.

A seção turinesa da *FIOM*, pelo seu conselho, rejeita a proposta por 8 a 5, declarando a continuação da greve, no que tem o apoio dos comissários de fábrica. Faz-se um referendo entre os operários inscritos na *FIOM*. A

¹³¹ citado por Paris, *op. cit.*, pp. 185-186.

suspensão da greve é decidida por 6 191 votos (53,42%) contra 5 397 (46,58%). Os comissários, após discutir o resultado, se declaram de acordo com a vontade da maioria.

No dia 11, as partes se reúnem para redigir o documento que põe fim à greve. São três os problemas: a multa, a punição dos culpados e a regulamentação das *CI*s. Os dois primeiros pontos, que tanto obstaculizaram as negociações, são logo concedidos pelos industriais: tinham sido apenas usados para forçar a rendição. O outro é que era vital. Os industriais aceitam que elas dêem assistência aos operários conforme o estabelecido, mas insistem em impedir reuniões das *CI*s com os operários durante o horário do trabalho. Os operários contratam mostrando que os regulamentos disciplinares, como os próprios industriais já tinham admitido, eram obsoletos, e que em muitas fábricas as *CI*s já tinham uma liberdade e uma amplitude maiores, o que tornará impossível a aceitação do retorno ao passado. Os industriais aceitam a reunião das *CI*s com os operários no período do trabalho, se os motivos forem prementes e se essas questões não forem resolvidas entre os superiores imediatos e a *CI*. Os operários recusam. O Governador propõe prazo de um mês para que se faça a regulamentação. Os industriais aceitam desde que se passado tal prazo não existisse acordo seriam mantidos os regulamentos atuais. A comissão operária faz objeções à proposta e, do lado operário, fala-se em proclamar a greve geral.

No dia 12 reúne-se a *AMMA*. A questão é colocada com clareza: trata-se de impedir que as *CI*s possam “andar livremente pela fábrica fazendo propaganda”¹³² e, por outro lado, fazer com que os empresários sejam notificados dos contatos da *CI* com os operários. No dia seguinte, o Governador convoca a comissão industrial e os deputados reformistas Buozzi e Casalini, e mais o secretário da *CL*, para uma reunião conciliatória. A “parte” operária se diz sem mandato para tal. Mesmo assim chega com os industriais e o Chefe de polícia à uma solução que mantendo por um mês as disposições consuetudinárias vigentes aumenta o prazo das negociações. O chefe de polícia deve comunicar tal sugestão às organizações operárias.

¹³² citado por Abrate, *op. cit.*, p. 315.

A seção turinesa da *FIOM* declarava-se disposta à greve geral e de enviar ao conselho das ligas essa idéia para decisão final. E é nessa assembléia que a seção socialista turinesa apresenta o seguinte documento:

“A preparação feita nos meios industriais da atual ofensiva contra os Conselhos de fábrica e as comissões internas que tiveram a possibilidade de desenvolver-se e desenvolvem-se ainda, a preparação militar feita em Turim na previsão da batalha, são os fatos que atestam as metas pelas quais os operários metalúrgicos encontram-se hoje em condições de pedir a solidariedade das outras categorias de trabalhadores. A greve geral está plenamente legitimada por um plano predisposto pelos industriais contra os operários. Mas ela deve assumir um significado especial, não deve ser uma simples afirmação genérica de protesto e de solidariedade, mas assumirá o caráter de um movimento de massa que se proponha metas claras e precisas. Todas as categorias devem por isso tomar nela parte ativa e as Entidades dirigentes devem agitar alguns problemas fundamentais que possam fornecer a todos um filão de conquistas imediatas.

A Seção Socialista turinesa crê o proletariado da nossa cidade maduro para tal movimento coletivo, crê assim que com esta tática se possa chegar a soldar concretamente os interesses e a vontade de todo o proletariado urbano e da província e criar uma unidade ativa e consciente de toda a classe, condição e prelúdio das agitações que sucedendo-se com ritmo cada vez mais intenso devem desembocar na insurreição de todo o proletariado em armas pela sua liberdade.

A Seção socialista propõe então que iniciando a greve geral esta tenha como finalidade:

- 1) a resolução total das questões das categorias em curso;
- 2) a colocação do problema da constituição dos organismos de fábrica pelo disciplinamento autônomo da massa e pelo controle da produção. Todas as categorias devem propor-se obter liberdade de formação e de ação para os Conselhos de fábrica.

Colocado nestas bases e acima de tudo se se agitar a questão também na província, propondo aos trabalhadores dos campos o mesmo programa dos operários de fábrica, a greve geral servirá realmente ao favorecimento do desenvolvimento de uma consciência de classe unitária, revolucionária e realizadora.”¹³³

¹³³ *Lo sciopero generale, Bolletino Ufficiale del Lavoro*, vol. XXXIII, nº 6, junho de 1920, citado por Abrate, *op. cit.*, pp. 315 -316.

O Comitê de Agitação da CL em solidariedade aos metalúrgicos proclama a greve geral de toda a cidade e da província. Eis a moção aprovada:

“O C. G. da *Camera del Lavoro* considerando a situação criada para as massas operárias pela questão metalúrgica:

julgou:

que é evidente por parte da *Lega Industriale* a intenção de atentar contra as *CI* impedindo o ulterior desenvolvimento destes organismos que, especialmente nestes últimos tempos demonstram-se valiosos no auxílio à obra de organização da classe, e aptos a se tornarem instrumentos de novas conquistas;

considerando por outro lado que as propostas encaminhadas pelos industriais tendem a revogar e a minimizar acordos regularmente pactados e costumes vigentes conquistados com duras lutas;

afirma que a luta não pode deixar de interessar todas as categorias de trabalhadores para os quais a derrota dos metalúrgicos assinalaria certamente um grande passo atrás;

delibera:

a greve geral em Turim, cidade e província, do dia 13 até a completa solução das questões locais em curso.”¹³⁴

Essa decisão pega de surpresa os industriais. Começava no dia 14 a greve que por sua intensidade e duração marcou época na história da classe operária italiana. Parados os bondes, os trens, o correio, o telégrafo, todos os serviços públicos, fechadas todas as lojas de comércio e todas as fábricas “a cidade torna-se como que congelada por duas semanas”.¹³⁵ Duzentos mil assalariados rurais nas províncias vizinhas aderem. Um mínimo de serviços públicos funciona restritamente (água, luz, bombeiros e pronto-socorro). Até mesmo as guardas municipal e fiscal fazem greve. À meia noite, os ferroviários paralisam o serviço, logo seguido pelos telegrafistas. Os jornais diários deixam de circular e a única folha informativa é o Boletim do Comitê operário de agitação. “Toda a cidade e a província estavam paradas e isoladas do resto do país; um exército de 120 mil operários parecia assediá-la.”¹³⁶

¹³⁴ *idem*, p. 316.

¹³⁵ Del Carria, *op. cit.*, p. 106.

¹³⁶ Abrate, *op. cit.*, p. 266.

No dia 14 são 500 mil trabalhadores, das cidades e dos campos, em luta; a greve é geral no Piemonte. Lutas entre operários e forças policiais. Os industriais que já esperavam algo semelhante readquirem a frieza. No conselho da *Lega* Agnelli explica que “a meta da batalha era resolver a questão das *CI*. E por isso ou os industriais tinham êxito em contê-las nas suas funções ou deveriam renunciar à própria autonomia.”¹³⁷ A maioria dos presentes preparam comunicado à cidadania explicando que “os industriais não querem atentar contra as *CI*, mas opor-se de modo decidido e até o fim à sua degeneração nos conselhos de fábrica.”¹³⁸ E decidem-se pela *serrata*.

No momento em que a luta se generaliza, se bem que independentemente do movimento operário, entram em uma gigantesca greve os trabalhadores rurais de Novara, Asti, Pavia, Vercelino Voghera, Casale Monferrato e Mortara. Pouco depois, os de Biella (região rizícola) e Alessandria. A luta não se unifica, ainda que os dirigentes turineses tenham proposto ligar as duas frentes, conduzindo assim a “questão do controle operário e camponês”. O erro, segundo os turineses, foi o de terem se dirigido aos organizadores sindicais e não diretamente aos camponeses.¹³⁹

Proclamada a *serrata*, os industriais se coordenam nacionalmente. E, no dia 15, a reunião da *AMMA* é assistida por Olivetti, pela *Confindustria*, por Federico Jarach, pela *Federazione Nazionale sindacale della Industria meccanica (FNSIM)* e os membros do conselho desta entidade, Guido Questa, por Genova, e De Benedetti, pela *Lega*. Decide-se que a *FNSIM* declararia a questão das *CI*s de caráter nacional, envolvendo assim toda a indústria metal-mecânica, assumindo a *FNSIM* o comando da luta. Na reunião, desta mesma tarde, da *Lega*, De Benedetti afirma que o governo não está interessado no reconhecimento dos *CF* e estava a auxiliar os industriais. Coloca então a questão dos meios financeiros para a ação. Agnelli propõe uma contribuição extraordinária de pelo menos 70 liras por empregado. Vale a pena comparar isto com o salário de um servente qualificado que era de aproxi-

¹³⁷ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 266.

¹³⁸ *idem*.

¹³⁹ Cf. Andrea Viglongo, *L'Ordine Nuovo*, 1920, a. II, n° 1, citado por Del Carria, *op. cit.*, p. 107.

madamente 28 liras/dia. Olivetti reforçando a necessidade dos recursos consegue que a assembléia vote uma contribuição de 100 liras por operário e 70 por operária e menor, garantindo-se tratamento especial às empresas muito pequenas ou recentemente “sacrificadas” por greve. Quem não contribuísse seria expulso. Assim, cada empresa contribui com o equivalente de 2 a 2,5 salários operários/dia para esmagar a greve. Centraliza-se a direção do movimento. Todos os poderes são delegados à comissões executivas e à uma comissão executiva onde não podiam faltar entre outros Agnelli e De Benedetti.

Durante os onze dias de greve geral apenas no dia 18 o conselho da *Legu* se reúne para ouvir as propostas da *FIOM* elaboradas por Buozzi, Casalini e Chignoli, secretário da *CT*: reconhecimento das *CI*s e de sua liberdade de movimento dentro das fábricas durante determinadas horas do dia e nenhuma punição contra os grevistas. Em troca: renúncia da exigência operária do pagamento dos dias parados e das *serrate*. A questão dos *CF* sequer é mencionado. A contraproposta dos industriais coloca: manutenção das multas, volta das *CI*s ao modelo tradicional, a não-extensão do movimento metalúrgico às demais categorias. No que se refere “à questão política dos *CF*, absolutamente e de modo algum a *Legu* pode tomar em discussão qualquer proposta que também diretamente tentasse transformar a *CI* em órgão de controle da produção.”¹⁴⁰

A proposta da *FIOM* estava em aberta contradição com o Boletim do Comitê de agitação que proclamava:

“A luta assumiu hoje a mais vasta extensão e dever prosseguir até a vitória porque a questão é daqui para a frente fundamental para o desenvolvimento operário. Todos os pequenos estímulos originais da questão estão superados. A batalha está hoje neste terreno: se nas fábricas e nos campos pode surgir e desenvolver-se livre o poder dos produtores; se os camponeses, os operários, os funcionários, os técnicos podem hoje ter sobre os modos e os fins da produção pelo menos tanto poder quanto tem o capitalista, que da fábrica e da terra apenas retiram o fruto do trabalho dos outros. Nós afirmamos que a produção hoje não pode ser deixada ao arbítrio do capitalista. O experimento da

¹⁴⁰ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 316.

carnificina mundial demonstrou que conseqüências derivam do grande poder do capitalista na produção. As Comissões internas são organismos em embrião do novo poder dos produtores. Os capitalistas querem esmagar as Comissões internas, os trabalhadores querem defendê-las. (...) Não se trata de pequenas melhorias econômicas: o que está em jogo são os ideais e os interesses mais vastos da classe trabalhadora para o futuro.”¹⁴¹

Neste mesmo dia em Alessandria, o Conselho das ligas resolve entrar na luta ao lado dos operários. E em Vercelli a frente operária se estende aos campos: os *braccianti* entram em greve geral em luta pela renegociação dos contratos agrários. O boletim da greve publica, no dia 20, sob o título “A guerra de classes desencadeada”, o manifesto do *Comitato di studi dei Consigli di fabbrica torinesi*:

“Hoje todo o Piemonte está em movimento, mas para que a batalha seja ganha isto não basta. A classe operária turinesa não se empenhou na luta por uma questão de horário ou de salário: está em jogo uma instituição revolucionária, a dos Comissários de Seção e dos Conselhos de Fábrica, que interessam não apenas a uma categoria local mas a todo o proletariado comunista italiano. A luta não pode resolver-se favoravelmente a classe operária e camponesa, se toda a classe operária e camponesa não se empenha na luta, não afirma a sua potência contra a classe parasitária, contra o poder do estado burguês.”¹⁴²

A organização capitalista fora eficiente e o “recolhimento compulsório” atinge a cifra de 9,5 milhões de liras¹⁴³, dos quais se gastam apenas 825 000 liras durante a greve. Segundo as contas apresentadas gastaram-se: 79 000 liras com transportes, 12 000 com aprovisionamento; 218 000 com pessoal –

¹⁴¹ *idem*, p. 317 e Del Carria, *op. cit.*, p. 106.

¹⁴² citado por Spriano, *op. cit.*, p. 55.

¹⁴³ Apenas para termos uma idéia do que significavam esses 9,5 milhões de liras arrecadadas pelos industriais façamos a seguinte suposição. Bruno Buozzi, na reunião da *FIOM*, Genova, 20 a 24 de maio, propõe uma série de aumentos salariais. Se tivessem sido obtidos, tal e qual foram solicitados, um operário especializado ganharia L 1,80 por hora ou L 14,40 por dia supondo a jornada de 8 horas. Se dividirmos a soma arrecadada por esse salário encontraremos que ela corresponderia ao salário de 6 597 211 operários ou ao salário anual de 21 990 operários.

incluído aí o pagamento de 300 “voluntários” e compra de bicicletas -, 30 000 com contribuições e publicações várias, 70 000 em despesas de correio e telegrafo, 40 000 com propaganda, e 335 mil com outras despesas. Para se ter uma idéia da importância do enfrentamento, os industriais gastarão na ocupação das fábricas, em setembro, apenas 515 mil liras. Jogaram-se, portanto, todos os trunfos.

Durante a greve, a organização dos industriais substitui os poderes públicos. As comissões dos industriais são a grande novidade da luta: através delas os capitalistas passam à ofensiva. Garantidos pela polícia conseguem manter, não se sabe com que eficácia, o aprovisionamento de alimentos à cidade, questão crucial; a distribuição de carne congelada; a distribuição da eletricidade; e o serviço dos correios, muito precariamente. Acima de tudo, trata de fazer a contra-informação. Com toda essa atividade, os industriais passam da fase de pura resistência, guerra de posição, para a ofensiva, guerra de movimento. Mudara a qualidade da luta.

Com a falência da intervenção do chefe de polícia e o enrijecimento dos industriais cabia às forças operárias obter o apoio das demais regiões italianas. A “velha e prudente guarda reformista” da *CGT* – como Abrate exemplarmente a chama – esperava ansiosamente esse momento: era a hora de reduzir os “rebeldes turineses” à disciplina. A *CGT* impede que as organizações sindicais, principalmente as de Genova, intervenham na luta. O *PSI* intervém no mesmo sentido. A Convenção Nacional do *PSI* tinha sido convocada para Turim, a realizar-se nos dias 20 e 21 de abril, é transferida para Milão.

Os delegados turineses são recebidos com hostilidade, acusados de indisciplina. O *Avanti!* recusa-se a publicar o manifesto da seção turinesa pedindo a solidariedade do proletariado italiano. Tasca intervém em nome do Comitê de agitação solicitando uma pressão nacional contra a “aliança entre industriais, agrários e governo”.¹⁴⁴ Terracini vai mais longe: não basta a greve geral, é necessário romper o pacto de aliança e que o partido assuma o comando do movimento. Dirá na noite de 20 para 21 que é necessário preparar a insurreição. O Conselho mostra claramente o esvaziamento da posição

¹⁴⁴ Pietro Nenni, *Il diciannovismo*, pp. 52-54, citado por Barbadoro, *op. cit.*, p. 367.

turinesa. Mas, e principalmente, mostra também que não quer a cisão. O Conselho rejeita a ajuda por 94 936 votos (81,24%) contra 21 930 (18,76%). Nesse mesmo momento em que o partido ajuda a esmagar a luta pelos *CFs*, é aprovada a moção Sasdelli que coloca como tarefa de todas as seções “a precisa tarefa de iniciar a preparação dos órgãos soviéticos, tendo presentes as normas propostas pela direção que mantenham a harmonia entre o Partido e as organizações econômicas”.¹⁴⁵ Era a aprovação da proposta de projeto de constituição dos Sovietes feita por Gennari, Regent e Baldesi. Ou seja, no momento mesmo em que se esmaga a experiência real, contróem-se fantasias.

Gramsci comenta com muita clareza:

“Naquela época deveria realizar-se em Turim o Conselho nacional do Partido; tal reunião é porém transferida para Milão, porque uma cidade 'tomada por uma greve geral' parecia pouco adequada como teatro de discussões socialistas.

Nesta ocasião se manifestou toda a impotência dos homens chamados a dirigir o Partido; enquanto a massa operária defendia em Turim corajosamente aos Conselhos de Fábrica, a primeira organização baseada na democracia operária, incarnando o poder proletário, em Milão se tagarelava sobre projetos e métodos teóricos para a formação dos Conselhos como forma do poder político a conquistar pelo proletariado; discutia-se sobre o modo de organizar conquistas não realizadas e abandonava-se o proletariado turinês ao seu destino, deixava-se à burguesia a possibilidade de destruir o poder operário já conquistado.”¹⁴⁶

Respondendo ao apelo dos turineses D'Aragona parte de Roma declarando, no dia 20 que “ julgava irrealizável e inoportuna a extensão do movimento de solidariedade” e que iria a Turim para “sepultar o morticínio”.¹⁴⁷ Chegando a cidade ele declara que trataria apenas da questão metalúrgica renunciando explicitamente à extensão das *CIs* à todos os setores industriais. Do lado patronal, Olivetti reafirma que “durante as horas de trabalho, trabalha-se, e não se discute, e na fábrica só pode existir uma autoridade. O

¹⁴⁵ Gino Castagno, *op. cit.*, citado por Del Carria, *op. cit.*, p. 107 e Abrate, *op. cit.*, p. 268.

¹⁴⁶ Gramsci, *Il movimento...*, *op. cit.* p. 186.

¹⁴⁷ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 209.

poder na fábrica pertence ao empresário que assume também a responsabilidade e o risco”.¹⁴⁸ No essencial se acertou que “as relações recíprocas entre as *CI* e os operários terão lugar fora do horário normal de trabalho, em todos os dias da semana”, quanto ao caso das *Industrie Metallurgiche* se diz “que sob a responsabilidade da *FIOM*, a nova Comissão Interna seja chamada à tarefa, que é a de tutelar os interesses dos operários em relação à execução e aplicação dos pactos de trabalho, segundo os acordos e regulamentos hoje vigentes”, e no caso da *Acciaierie* “a sistematização da Comissão interna deve buscar-se nas normas gerais estabelecidas por todos os estabelecimentos, segundo o indicado na solução da questão geral”.¹⁴⁹

D'Aragona cumprira o prometido: realmente estava “sepultado” mais um capítulo da luta de classes. O acordo é insatisfatório para o movimento operário: se os industriais não conseguem acabar com as *CI*s e os *CF*s, conseguem, no entanto, impedir sua função de controle nas fábricas. Controle que permanece nas mãos dos capitalistas. Togliatti discute com o chefe de polícia Tadei o compromisso em que se reduzem fortemente as faculdades e os poderes dos *CF*s e das próprias *CI*s.

Olivetti reconhece publicamente que a finalidade da luta era a desmoralização dos *CF*s e o re-estabelecimento do poder capitalista na fábrica; que não se tratava de aniquilar as instituições operárias mas de impedir a instauração de um regime de tipo soviético; que os industriais não defendiam apenas os seus interesses mas trataram de impedir a subversão das instituições político-sociais do país, isto é, de impedir a revolução. Na reunião de avaliação De Benedetti sugere que se devam manter as comissões, tão exitosas, para servir de base nas futuras lutas. Agnelli chega mesmo a propor, não tendo êxito, criar uma revista “educativa” semanal destinada aos operários.

Do ponto de vista operário as causas da derrota estavam ligadas ao isolamento e à excepcionalidade da experiência turinesa em relação ao resto do território italiano, ao isolamento dos *ordinovistas* em relação à *CGL-FIOM-PSI*. A tal ponto tinha chegado o antagonismo que Olivetti se permite

¹⁴⁸ *Lo sciopero generale, op. cit.*, citado por Abrate, *op. cit.*, pp. 318-319.

¹⁴⁹ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 269.

aconselhar a Agnelli que “a organização sindical regular tinha tudo a ganhar com a eliminação dos novos órgãos extremistas, que se contrapunham à ela tanto quanto aos industriais”.¹⁵⁰ E, se bem que demasiadamente óbvio, a derrota estava ligado ao reformismo radical da *CGL* e do *PSI*.

Em 23 de abril os comissários de seção comunicam o fim da greve:

“Os comissários de seção, salientando a fracassada extensão do movimento pelo controle operário à toda a Itália, reconhecem que, malgrado quinze dias de greve geral, os industriais sustentados pela força armada da burguesia, ainda uma vez impuseram a sua vontade sobre os detentores dos meios de vida; e convidam por isso a Comissão executiva da seção metalúrgica a sancionar o acordo proposto pelo Chefe de polícia. As imensas forças de que dispõe o operariado ainda estão, porém, intactas. Reentrem os operários nas fábricas com a convicção de ter sido vencido, mas de não terem sido dominados. Retorne cada um ao trabalho com a firme vontade de preparar os meios para debelar a força armada da burguesia e de desenvolver os organismos de gestão da produção. Tenham esta vontade especialmente aqueles que às preocupações da preparação preferiram a inércia e a diversão e que a cada prepotência apenas se lamentam. Esta primeira, e não última, batalha pelo comunismo demonstra que na hora presente é vã a resistência passiva do proletariado. Os sindicatos devem tornar-se meios de preparação; organizados e desorganizados devem confundir-se em um único espírito de classe pelos Conselhos.”¹⁵¹

E o último boletim do *Comitato d'Agitazione* dizia:

“À ofensiva dos capitalistas o proletariado turines respondeu com uma greve geral cuja intensidade e duração não há notícia na história das batalhas dos trabalhadores, e sobretudo respondeu colocando pela primeira vez, aberta e resolutamente, a questão dos conselhos de fábrica, que deverão realizar o controle operário sobre a produção (...) Esse enorme esforço não quebrou a solidariedade do proletariado turinês (...). Esta batalha terminou, a guerra continua.”¹⁵²

¹⁵⁰ *Lo sciopero...*, *op. cit.*, p. 65, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 269.

¹⁵¹ *idem*.

¹⁵² *Confederazione...*, pp. 282-283, citado por Barbadoro, *op. cit.*, p. 389.

Em manifesto lançado a 1º de maio, a direção da *CGL*, acentuava: “É necessário conquistar a possibilidade de criar-se os órgãos adequados para a gestão da empresa e para o controle da produção. Devemos pretender que os Conselhos de empresa sejam também reconhecidos com tarefas bem mais vastas que as atribuídas até hoje às comissões internas e que seja instituído um Conselho superior de economia que controle a produção nacional disciplinando-a.”¹⁵³ Curiosas palavras na boca daqueles que tinham acabado de ajudar a enterrar o que diziam querer.

Surpreendida pelos acontecimentos a *CGL* está confusa. Afinal, na reunião do seu Conselho Diretor, ainda em maio, decide enfrentar a questão do controle operário e dos *CFs*. As divergências se fazem presentes. D'Aragona sustenta que em algumas regiões se considerou necessário recorrer a estes novos organismos. Ele todavia não acreditava na eficácia de tais órgãos, que não eram “nem mais nem menos que as comissões internas” e por isso era contra que a *CGL* entrasse em uma luta duríssima com perspectivas tão duvidosas. Já Baldesi afirmava serem “as funções dos conselhos de empresa atualmente modestas, apenas porque dominavam as formas da economia capitalista”, mas acreditava que elas se tornariam “cada vez mais importantes no momento em que todos os empregados de uma indústria estejam unidos em um único interesse e em um único intento”.¹⁵⁴

O Conselho adota um projeto do próprio Baldesi, já aprovado pelo Conselho Nacional do *PSI* “para a instituição em forma experimental dos novos organismos e dos primeiros controles sobre a produção. Dito projeto se inspirava em critérios de promoção da constituição dos conselhos de empresa dependentes das instâncias e formados apenas pelos organizados, encarregados no início da defesa sindical dos operários no local de trabalho em uma forma um pouco mais extensa da realizada pelas Comissões internas; de estudar a organização e os métodos de produção industrial, 'exigindo aquelas modificações que possam beneficiar à coletividade'; e de efetuar a propaganda 'para que na massa dos operários seja aceito o postulado da so-

¹⁵³ *idem*, pp. 283-284, *idem*, p. 401.

¹⁵⁴ Barbadoro, *op. cit.*, p. 401.

cialização dos meios de produção e de troca'.¹⁵⁵ Tratava-se pois de sindicalizar os *CF*, acabar com a democracia direta e controlar o controle.

A seção socialista turinesa acusa, em 12 de maio, e duramente, aos órgãos máximos do proletariado, no campo político e no campo econômico, de terem permanecido como "passivos e benévolos espectadores". O conflito se amplia no Conselho nacional da *FIOM*, em Genova, de 20 a 24 de maio, onde Buozzi ao apresentar seu relatório sobre a revisão dos contratos de trabalho, que pretende unificar e melhorar, é violentamente atacado pela direção da *FIOM* em defesa dos turineses. Buozzi responde: que existem limites para além dos quais não se pode ir sem arriscar ser derrotado; que se os sindicalizados não possuem um certo senso de responsabilidade e uma capacidade de manter a disciplina como querem que os patrões reconheçam as suas organizações?; que em Turim as massas, enfatuadas pela revolução, pelos conselhos de fábrica, não trabalhavam mais; que o trabalho era interrompido pelos motivos mais fúteis; que na economia não se pode sabotar o trabalho e que nem mesmo na Rússia as leis da produtividade podiam ser superadas; que o socialismo não é sinônimo de cada um fazer o que lhe der na telha; que, e isto o atormentava – dizia ele – a algum tempo, se o socialismo vencesse e a gestão das fábricas fosse feita pelos operários, continuariam eles a buscar pretexto para não trabalhar?; teria ele, como Lenin, que mandar fuzilar os operários que não queriam mais trabalhar? E concluía dizendo: que como não queria nada disso tinha sido necessário por fim ao movimento, reabilitar o trabalho, e que, ainda que tivesse que esperar cinco anos mais pelo poder socialista, era necessário recomeçar a produzir para, chegada a ocasião, aproveita-la melhor.

O discurso reformista-sentimentalista surte efeito. Votadas as moções Buozzi obtem 84 819 votos (76,77%) contra apenas 26 296 (23,23%). Os *ordinovistas* e seus aliados tinham sido esmagados e o comitê central da *FIOM* é reconduzido. A luta entre as organizações operárias continuaria: na primeira semana de junho a *CL* de Turim, no seu congresso, aprova moção sobre a substituição das velhas *CI* pelos *CF* e de sua extensão à toda a indús-

¹⁵⁵ *idem.*

tria. E o conselho diretor da *CGL*, reunido em Roma, a 7 de junho, afirmava sua oposição à toda forma de controle operário e de participação nos lucros das empresas.

Apesar do boicote partidário e sindical o movimento operário na península tinha espontaneamente lutado em solidariedade a Turim. A 18 de abril os ferroviários de Livorno tinham desviado um trem cheio de soldados do 23º Regimento de Infantaria que ia reforçar as tropas de Turim. Nos dias seguintes os ferroviários de Florença, Lucca, Bolonha e Pisa bloqueiam trens militares que se destinam ao Piemonte. Na manhã de 19 de março quando o encouraçado Duilio chega ao porto de Genova com reforços de homens e armas para Turim, os trabalhadores do porto, os ferroviários e os operários de Sampierdarena, Conegliano, Sestri e Rivarolo entram em greve e impedem o desembarque das tropas. Os próprios marinheiros do Duilio se recusam a disparar contra os trabalhadores.

Os industriais fazem seu balanço final na reunião da *Confindustria*, reunida em Trieste, de 23 a 24 de maio, onde mais uma vez Olivetti é o personagem central. Declara que na nova era de relações sindicais iniciada com o conflito de Turim a disciplina empresarial deveria ser ainda mais rigorosa; que a *Confindustria* precisava estar segura de que suas instruções fossem seguidas por todos, como verdadeiras ordens, pois só assim se poderia enfrentar os perigos revolucionários. Afirma que a atividade empresarial, em um sistema de mercado, era insubstituível e que qualquer tentativa de regulamentar esse mercado traria um retrocesso ao bem estar geral e que não era do interesse nem mesmo dos operários. A solução estava no aumento da produtividade e que para isso era necessário melhorar a relação com os operários de modo a reduzir a dureza do seu trabalho para aumentar sua eficácia e que seriam necessários maiores investimentos de capital fixo e maiores investimentos sociais para a educação técnica e civil.

A reunião termina com uma declaração dos industriais de que se oporiam a toda e qualquer tentativa, de quem quer que fosse, de arruinar as fontes da riqueza nacional.

2.13. La classe operaia é isolata

Após a derrota de abril, o movimento operário refluí, mas não por muito tempo. Logo após ocorrem os incidentes do 1º de maio. Durante a passeata comemorativa, realizada pelos operários na Piazza Statuto, uma bomba é lançada contra policiais. A culpa é atribuída pelo *La Stampa*, jornal giolittiano, a anarquistas. Segue-se um tiroteio e o resultado é: morrem dois operários e são feridos trinta e três. Do lado policial morre um e seis são feridos.

A *AMMA* e a *Lega* não perdem tempo e começam a política de desgaste das forças operárias: abrem uma subscrição para os policiais “vítimas do dever”, subscrição que alcança 30 mil liras. De Benedetti doa ao Governador 100 mil liras para premiar aqueles que se distinguiram “de modo especial no exercício de suas funções”.¹⁵⁶ Os empresários resolvem intensificar e institucionalizar seus grupos de trabalho da “greve dos ponteiros”, em especial a ação de contra-informação e de propaganda. Agnelli volta a sugerir uma revista “educativa”, enquanto De Benedetti prefere insistir no Comitê de Organização Civil. E também lança a idéia de uma adesão em massa dos industriais ao Partito Liberale Italiano como uma nova forma de ação política. Idéia que acaba por retirar. Quanto ao Comitê, ele começa a funcionar na metade de junho sob o comando do coronel Setti e um financiamento de 100 mil liras.

Mesmo derrotados, os operários seguem discutindo as questões econômicas e políticas. Vencidos os *ordinovistas* o comando do movimento de reforma dos contratos de trabalho passa à *FIOM*. Na reunião desta, em Genova, Bruno Buozzi, em seu informe sobre as condições de trabalho, propõe um conjunto de medidas: aumentos salariais variáveis segundo as condições da prestação do trabalho (tarefa, tempo) e fixação de salários mínimos; indenização por carestia; indenização de 75% caso o trabalho fosse suspenso por motivo de força maior (por exemplo, falta de matérias primas); doze dias de férias anuais, pagas, sem que fosse permitido a transformação delas em

¹⁵⁶ Abrate, *op. cit.*, p. 325. Baseado na mesma suposição feita em nota no item anterior vemos que isso correspondia no caso do 1º prêmio a 208 dias de salário e no 2º a 647 dias.

dinheiro e continuação do trabalho; permissão às entidades locais e direito de regulamentação das suas contribuições à assistência social e modificação nas formas de trabalho e nos regulamentos das fábricas. Nesse último ponto previa-se a questão das horas extras (40% sobre as duas primeiras e 60% sobre as demais; 100% nos extraordinários nos feriados); utensílios e indumentárias correriam por conta do patrão; regulamentação das *CI*s, das comissões paritárias e das relações entre as organizações; aviso prévio ou indenização por dispensa sem justa causa de seis dias para cada 3 anos de trabalho na empresa, etc. Na prática tratava-se da denúncia dos contratos coletivos existentes.

O operariado dos *Cantieri Aeronautici Ansaldo* e de outras fábricas de avião se opõem à construção de aeronaves para a Polônia, presumidamente para atacar a Rússia. Também o pessoal do gás, da luz e de serviços municipais ameaçam a greve. São contornadas. O problema maior para os industriais era a denúncia dos contratos de trabalho, possibilidade sempre latente “não tanto porque as organizações de trabalhadores introduzissem artificialmente elementos de tensão mas muito mais porque, pelo menos nos finais de junho, a conjuntura industrial se mantém boa e a relativa rarefação da mão de obra consentia às federações de ofício exercer sobre as empresas uma pressão tão forte, quanto sindicalmente correta, por melhoramentos contínuos”.¹⁵⁷ Essa rarefação é tal que a *AMMA* proíbe a seus associados aceitar transferências de uma fábrica por outra de operários que tivessem atingido o salário máximo e mandou proceder a investigações secretas para saber onde se estava pagando mais alto, dado que os operários ao solicitar aumentos sempre ameaçavam ir para onde lhes pagassem salários mais altos. Pequenas greves parciais se sucedem: na Fiat-Brevetti, na Fervet di Carmagnola, na Ansaldo S. Giorgio, que são resolvidas com certa rapidez mas que mantêm no ar a possibilidade de um conflito maior.

A massa operária permanece constantemente agitada, não apenas em Turim, mas também em Roma, Ancona, Mantova, Trieste, Spalato. Uma greve é proclamada pelos “fatos” de Roma, pelas violências, onde estava en-

¹⁵⁷ Abrate, *op. cit.*, p. 281. Grifo nosso.

volvido o deputado Menè Modigliani, contra os condutores de bonde que estavam em greve de solidariedade com os ferroviários. No dia 21, em Turim, o operariado tinha abandonado as fábricas para participar de comício que tinha sido proibido pelo Chefe de Polícia. De Benedetti se opõe na *Legg* a que se punam os operários lembrando que a greve geral política era permitida e não convinha forçar demasiadamente a situação. Diz ter tido, em Roma, uma conferência com Giolitti ao qual tinha perguntado “até que ponto poderia ter o seu apoio na ação de defesa da indústria e de ter tido como resposta que o Governo se absteria de intervir enquanto não fosse chamado como árbitro conciliador pelas duas partes, mas que não admitiria que industriais ou operários se revoltassem contra o governo para serem tutelados uns contra os outros”.¹⁵⁸ Vários conselheiros foram de opinião que não se deveriam tomar atitudes sem prévia e mútua consulta.

Do lado industrial existem outros problemas: o da provisão de matérias primas e o programa tributário de Giolitti, que entre outras coisas exige a nominatividade dos títulos. Para os industriais isso, além de grande demagogia e uma certa perseguição, era um confisco dos seus lucros. Diziam que o combate ao descalabro financeiro do Estado passava pela reestruturação do equilíbrio comercial, pela diminuição do crédito público e privado, pelo controle do câmbio e pelo aumento dos custos de produção. Por isso Olivetti faz aprovar, no comitê central dos industriais, em Milão, início de setembro, uma forte advertência aos industriais para que reduzissem suas margens de lucro; aos operários que não se iludissem com o fato de que a indústria poderia continuar vivendo se satisfizesse todas as suas reivindicações e a ser concorrencial no mercado interno e externo; ao governo, para que tivesse em mente que “não há pior obstáculo, à existência e ao desenvolvimento da indústria, que a ausência de qualquer diretiva econômica, da incerteza absoluta da manutenção do direito e da ordem pública, da artificiosa desconfiança para com os empresários, da hesitação entre os mais diversos conceitos em matéria de ordenação empresarial”.¹⁵⁹

¹⁵⁸ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 282.

¹⁵⁹ *idem*, pp. 283-284.

Antes que a *FIOM* pudesse apresentar o Memorial Buozzi, os industriais se reúnem para fixar o que era aceitável. E em 18 de maio reúnem os filiados da *FNSIM* em Milão. Agnelli anteriormente à esta reunião tinha conseguido com seus colegas da *ANIMA* de que o ponto fundamental era o restabelecimento do trabalho e das disciplinas nas fábricas, embora para tal não se deva voltar atrás nas conquistas operárias, em especial a jornada de 8 horas. Já se sabia que a tática operária seria o obstrucionismo. Na reunião de Milão os industriais tem clareza de que o memorial Buozzi diversificaria de tal modo as exigências que se gerariam infinitos debates.

O Conselho da CGL, junho de 1920, reafirma que a participação nos lucros era uma manobra patronal contrária aos interesses operários porque contraria “àquele controle geral sobre a produção e sobre os produtos para o qual tende (...) o movimento sindical”.¹⁶⁰

A luta portanto excedia a esfera sindical. Primeiro porque mais do que o coroamento das reformas imediatas e garantia das conquistas sindicais ela era o instrumento para dar à fábrica uma direção diferente e contrária à dos capitalistas. Em segundo lugar porque essa luta só pode ser luta aberta dado que no campo da produção e da apropriação nenhum compromisso é possível. “Portanto, ou se dissolvia na reconfirmação do domínio empresarial seja na forma direta, seja na indireta pela queda do poder sindical ao nível subalterno e delegado para desenvolver certas funções por concessões; ou então a mudança de posição dos trabalhadores se estendia da fábrica à sociedade e ao Estado”.¹⁶¹

O memorial é finalmente apresentado por Buozzi e Jarach no dia 10 de junho. Nesse mesmo mês o *Sindacato nazionale operai metallurgici* (católico) apresentara o seu memorial, o que também foi feito pela *Unione Sindacale italiana*. Já a *Unione Italiana del Lavoro* declarava a 6 de julho que fazia suas as reivindicações da *FIOM*, mas que queria participar das negociações. Isso trará dificuldades adicionais. Não só a luta entre as centrais facilitará o trabalho dos capitalistas, mas a diferença entre as prioridades de cada uma delas torna mais difícil o debate.

¹⁶⁰ *Confederazione...*, pp. 285-286, citado por Barbadoro, *op. cit.*, p. 385.

¹⁶¹ Barbadoro, *op. cit.*, p. 385.

As reivindicações representariam em média um aumento de 40% sobre os salários anteriores. Agnelli, na dedução de que o aumento oscilaria entre 50% e 70% conclui que “pelas dificuldades do mercado, a incerteza do futuro imediato, e pelos novos gravames que as providências governamentais tinham renunciado, as indústrias não estão em condições de conceder um tal aumento sobre as compensações, para além das variações do custo de vida como já estava estabelecido”.¹⁶² E essa foi a posição que os industriais turineses levaram a Milão, no dia 25 de junho, na reunião que responderia às pretensões operárias.

As propostas operárias significavam na realidade uma denúncia dos pactos de trabalho vigentes. E mesmo sem entrar no mérito da questão os industriais convocam as organizações operárias para uma reunião conjunta no dia 15 de junho onde seriam discutidas as “reais condições da indústria”. Surgia o primeiro problema: a *FIOM* exige uma reunião separada; o sindicato católico que defendia a participação operária no lucro das empresas (sistema do acionariado operário) e a *UIL* aceitavam discutir em conjunto; a *USI* declara “irredutíveis incompatibilidades teóricas, políticas e práticas” em relação às demais, salvo a *FIOM*, também não aceita a reunião conjunta. Os industriais se recusam a discutir separadamente quatro acordos com quatro entidades distintas que “representam” o mesmo operariado e solicitam que elas se reúnam, para que no dia 29 de julho, se pudesse discutir a situação industrial.

A direção do *PS* declara, pelo *Avanti!*, de 25 de junho, que:

“A situação atual indica que a crise se acelera enquanto que se aproxima o choque formidável entre burguesia e proletariado. Pela necessidade de enfrentar a nova luta com todas as energias, os organismos dirigentes do movimento proletário na Itália devem advertir os trabalhadores contra os movimentos que poderiam ser nocivos e prejudiciais ao movimento de conjunto (...) Trabalhadores! a revolução proletária não pode ser a obra de um grupo de homens, nem realizada em uma hora. Ela é o resultado de uma preparação formidável, realizada através de forças sobre-humanas e uma disciplina de ferro”.¹⁶³

¹⁶² citado por Barbadoro, *op. cit.*, p. 285.

¹⁶³ citado por Tasca, *op. cit.*, p. 79.

Os industriais se reúnem a 1º de julho, na *AMMA*, para discutir suas propostas. Dessa reunião, sob o comando de Agnelli, sai a posição de que a única que se “poderia” aceitar era uma indenização por custo de vida, pois dada a situação da indústria ela não poderia ter maiores repercussões. Quanto às relações com a *FIOM* duas correntes se chocavam: uma favorável à denúncia dos acordos e a outra contrária a isso. Na questão salarial deveria argumentar-se, com os operários, comparando os custos de produção e os salários italianos com os do exterior; os dos operários metal-mecânicos com os dos outros setores; que a produção tendia a diminuir por falta de compras, etc.

No dia 29 Jarach, pelos industriais “demonstra” estatisticamente que “as remunerações dos operários metalúrgicos, da época imediatamente sucessiva à concordata de Roma (novembro de 1919) ao mês de junho de 1920, foram aumentados na razão de mais de 30%”¹⁶⁴ e que tal aumento não apenas superava o custo de vida, mas que melhorara o padrão de vida operária. E que a indústria não tinha condições de pagar mais, fossem justas ou não as reivindicações.

Entre as organizações operárias apenas a *FIOM* aceitou discutir o relatório Jarach. A *USI* disse que isso não lhe interessa e que a ela competia apenas defender os interesses operários. Os católicos mantinham suas teses. Os industriais turineses não estavam unidos e enquanto Agnelli falava de que se falhara em informar adequadamente a opinião pública, Jarach dizia que era necessário não perturbar algumas negociações secretas. E o conselho da *AMMA* decide responder a cada memorial dizendo claramente que além de umas poucas concessões nada poderia ser feito. Passaram a preparar-se para a reunião do dia 10 de agosto, com os operários, para discutir o relatório Jarach sobre a situação real da indústria.

O obstrucionismo operário em Turim começa, sem maiores problemas, no dia 26 de julho, quase um mês antes que o congresso extraordinário da *FIOM* o decidisse. Principalmente nas horas extras. A situação agrava-se a partir do dia 29. Por essa ocasião Agnelli discute a situação, na *AMMA*, e

¹⁶⁴ citado por Abate, *op. cit.*, p. 286.

coloca a necessidade de se pensar as metas, o modo de obtê-las e o subsequente modo de comportar-se. Chegam a conclusão que deveriam discutir separadamente as questões normativas das econômicas. As normativas seriam discutidas nacionalmente, enquanto as econômicas seriam debatidas regionalmente. Insistem em que as indústrias piemontesas, grandes e pequenas, da cidade ou da província, não estão em condições de suportar um novo ônus devido a mão de obra, porque isso repercute sobre as despesas gerais e se traduz então em um aumento do custo de produção e do preço de venda, e dados que os mercados nacionais ou estrangeiros não estão em condições de suportar novos aumentos de preços, e toda a clientela se rebela, como demonstra a campanha geral pela baixa dos preços, que ora é violentamente conduzida”¹⁶⁵ assim sendo apenas no relativo à carestia é possível fazer algo. No referente ao obstrucionismo decide-se interpelar firmemente a *FIOM*, as *CI* e ao operariado quanto à necessidade de cumprir os regulamentos, avisando que se continuasse, os industriais se verão “na necessidade de reduzir o pessoal ou as horas de trabalho, sem mesmo se excluir o fechamento dos estabelecimentos”.¹⁶⁶ Assim na reunião de 10 de agosto os industriais de Turim tem pouco a dizer: primeiro, colocar a questão prévia da suspensão do obstrucionismo para haver a continuidade das negociações e depois expor a questão da dupla discussão, a nacional e a regional.

Entre 10 e 13 de agosto, capitalistas e operários negociam em Milão. Rotigliano, pelos capitalistas, desenvolve longamente a tese da profunda crise que afeta as indústrias metal-mecânicas. Buozzi contra-ataca negando as conclusões dos industriais, argumentando comparativamente com as disparidades inter-salariais e com o aumento do custo de vida. Rotigliano replica dizendo que mesmo se aceitasse os dados do custo de vida elaborados pela comuna de Milão, durante o período novembro 1919-julho 1920 o custo de vida crescera 26% e os salários médios metal-mecânicos cresceram 30%. Após essa réplica os operários colocam que os industriais deveriam abandonar essa premissa e partir para o exame dos memoriais. Os capitalistas recusam tal proposta na tarde do dia 13 e suspendem a negociação. Os operá-

¹⁶⁵ *idem*, p. 287.

¹⁶⁶ *idem*.

rios são tomados pela surpresa, pois desde maio vinham as negociações, e agora, de repente, elas são suspensas. É então convocado para os dias 16 e 17 um Congresso Extraordinário da *FIOM*, convidando delegados do *PSI* e da *CGL*.

No Congresso, a *FIOM* reconhece a derrota e decide aplicar o obstrucionismo, uma espécie de “operação padrão”, não sendo aceitas quaisquer horas extras. O início dessa forma de luta estava marcado para o dia 20 e a sua adoção deveu-se ao fato de que permitiria “quebrar” a resistência patronal sem enfraquecer as organizações operárias que não tinham condições materiais de resistir a uma greve longa. Caso os industriais respondessem com uma *serrata* os operários deveriam defender, ainda que com violência, o direito de trabalhar, de entrar e de permanecer na fábrica.¹⁶⁷

¹⁶⁷ Abrate contesta a afirmação de Spriano segundo a qual o obstrucionismo tivera linhas muito claramente traçadas pela *FIOM* e publica o seguinte documento:

“Todo operário deve trabalhar o dia todo e estar no seu posto.

“Esperar rigidamente o trabalho do seu chefe (art. 18 do regulamento). A tomada e a transferência dos ferros e dos utensílios, etc., deve ser feita pelo chefe.

“Não fazer uso, sem ordem, de uma máquina atribuída ao chefe (art. 18 do regulamento).

“É obrigação precisa do operário conservar em bom estado as máquinas, os aparelhos, os utensílios, os armários, os projetos, e em especial tudo que lhe for confiado. O operário responderá pelas perdas e danos eventuais a tais objetos que lhe são imputáveis e seu conjunto será descontado sobre as mercadorias.

“O manejo das correias (montagem, desmontagem, ajuste, limpeza, engraxamento) deverá ser feito apenas pelos operários expressamente designados para tal.

“Aqueles que trabalham por tempo e fazem horas extras devem trabalhar apenas a jornada normal.

“Os representantes e companheiros de fé das seções devem vigiar rigidamente a atuação dos pontos indicados e referi-los ao encarregado. Por outro lado devem fazer compreender a utilidade e a necessidade de adotar o obstrucionismo, que permite ganhar o pagamento diário e fere à indústria mais do que uma greve, que seria desejada pelos industriais para suas finalidades políticas.

“Os representantes devem organizar e preparar um forte grupo de companheiros que estejam prontos para qualquer necessidade.

“Todas as noites os representantes devem reunir-se para constatar o êxito e decidir do que fazer.

A surpresa está agora com os capitalistas. Na reunião de 24 de agosto eles se apresentam divididos entre os “duros”, que não querem ceder nada, e os que pretendem manter o diálogo (entre os quais Agnelli, Mazzini e Boella). Vencem os “duros”.

O obstrucionismo dura pouco cedendo lugar à sabotagem a produção e mesmo às máquinas e às ferramentas. A luta se radicaliza e os operários turineses que já se chamavam de comunistas, junto com os anarquistas e aos pequenos sindicatos da *USI* assumem o comando de luta mesmo sem a existência de um centro revolucionário dirigente.

Agnelli afirma só existirem três alternativas: “fechar os olhos”, fingindo não ver o que está acontecendo; reprimir os casos mais graves (reduzindo salários, demitindo, aplicando multas) ou partir-se para a guerra aplicando a *serrata* nos locais onde o obstrucionismo tivesse diminuído a produção.

A situação é mais grave na Lombardia e no Piemonte e mais tranquila na Itália central e meridional. Arturo Labriola, ministro do Trabalho, convoca Jarach a Roma. Nesse momento o presidente da *FNSIM* informaria

“Cada dois dias, os representantes devem reunir-se à noite na seção local da *FIOM* para relatar o que ocorre nas fábricas e receber as instruções. Isso como regra geral, em casos excepcionais podem reunir-se na seção todas as noites.

“Além dos delegados e dos comissários é necessário que se dividam as seções em alguns grupos e que cada qual nomeie um encarregado o qual deve ter a tarefa de controlar diariamente os companheiros do seu grupo confrontando o trabalho feito e o preço para ver se o operário está a serviço da Organização. Se se observa que o operário ganhou um pouco na tarefa, adverti-lo na primeira vez e depois tomar providências sem demora.

“Os operários por tempo que percebem o percentual devem mostrar o envelope de pagamento ao chefe do grupo e fazer doação à Organização.

“Em caso de eventual dispensa, a Comissão deve perguntar e suspender a norma do regulamento; em caso de recusa, avisar imediatamente à Organização que providenciará.

“Os operários devem saber quem é o seu representante encarregado de esclarecimentos e de sugestões.

“Nas reuniões dos encarregados e dos comissários será feita a chamada nominal e por fábrica; aos ausentes não justificados serão adotadas as medidas do caso.”, Abrate, *op. cit.*, pp. 330-331.

apenas ao ministro o andamento e as conseqüências do obstrucionismo e caso fosse oferecida a mediação ministerial, Jarach deveria dizer-lhe que “os industriais não consideravam útil ou prática a intervenção governamental e de que de qualquer modo qualquer negociação só poderá ser retomada depois de cessada a atual situação, ou pelo fechamento dos estabelecimentos ou pela retomada geral e normal do trabalho”.¹⁶⁸ Além de Jarach, também Buozzi é convocado.

Reunidos na *AMMA*, no dia 26 de agosto, os industriais ouvem Agnelli e De Benedetti. Agnelli resume os acontecimentos acusando os operários de rompimento das negociações. Afirma que com o obstrucionismo as grandes empresas sofreram danos pois a produção não era sequer 10% do normal. A *serrata* desejada pelos industriais, era “desaconselhada” pelas autoridades públicas. E nem todos os industriais a queriam: Joannès era conta a *serrata* generalizada. As opiniões estavam divididas. A assembléia decide então, por proposta de Agnelli, que o obstrucionismo tinha por finalidade obrigar os industriais à *serrata* para que sobre eles recaísse a culpa da suspensão do trabalho. E que a *serrata* deveria ocorrer apenas nos estabelecimentos onde os prejuízos fossem grandes.

No dia 28, o conselho da *AMMA* é informado das conversas de Roma e Agnelli comunica que na Lombardia e na Liguria onde o obstrucionismo era mais forte ainda não tinha ocorrido nenhuma *serrata*, perguntando aos seus pares se eles deveriam apressar a *serrata*. Todos estiveram acordes que esse isolamento seria perigoso. Agnelli consegue então com Jarach que o conselho nacional da *FNSIM* fosse convocado para 31 de agosto: nele os turineses proporiam o fechamento das fábricas maiores nas três regiões e caso não vencessem procederiam isoladamente.

Continua o agravamento da tensão e em Sestri, em uma reunião a 29, a *USI* pede o uso de formas de luta fora da lei. Sob essa pressão a *FIOM* delibera que se os capitalistas respondessem com a *serrata* ao obstrucionismo os operários deveriam ocupar as fábricas. No final de agosto a situação é tensíssima. Os operários sabotam abertamente enquanto a *FIOM* já não tem mais liderança sobre eles. Ninguém mais a ouve.

¹⁶⁸ *idem*, p. 289.

A *Società Officine Nicola Romeo & C.*, de Milão, onde o obstrucionismo cede lugar à greve branca, e onde a direção da empresa não consegue mais exercer sua autoridade, proclama a *serrata* no dia 30 sem esperar a autorização da *FNSIM*. Mas isso não terá nenhum efeito porque, ao mesmo tempo, todas as fábricas metal-mecânicas foram ocupadas pelos operários, passando assim à ofensiva. No próprio dia 30 a *FIOM* convoca os operários a não sair dos 300 estabelecimentos metalúrgicos milaneses, ocupando assim as fábricas. Os dias 31 de agosto e 1 de setembro vêm a resposta operária à *serrata*.

A ocupação das fábricas é uma tática nova na luta de classes. Até aquele momento, a classe, mesmo quando estava em luta, o fazia sempre na defensiva. Declaravam-se em greve, as fábricas eram ocupadas pelas tropas. Os operários dispersos nos seus bairros careciam de coesão. Turim foi o mais célebre, mas não o primeiro episódio das tomadas de fábricas. A novidade turinesa é a generalização das ocupações: são ocupadas 6 fábricas de automóveis, 6 de borracha e afins, 1 de aviões, 9 de carrocerias, 24 de confecções e calçados e 81 mecânicas e fundições, 7 de fornecimentos militares. Total: 134 empresas ocupadas. Além disso diz Abrate “o trabalho prossegue sob a gestão direta dos Conselhos de Fábricas em vinte e duas empresas químicas, dezesseis lanifícios, trinta e seis cotonifícios, quarenta e sete empresas diversas (entre as quais oito elétricas, de gás, e transporte) enquanto quarenta e três tipografias eram 'controladas' pela *Federazione del Libro*”.¹⁶⁹ Se somarmos todas as empresas turinesas e das redondezas que foram ocupadas, geridas e controladas pelos *CFs* veremos que seu número ascende a 291 empresas.

As forças operárias se concentram nas fábricas podendo defender-se dos capitalistas e das forças policiais e, mais que tudo, exercer o poder na fábrica. Não se dá mais greve e abandono de fábrica. A tarefa é permanecer na fábrica e impedir que os capitalistas as fechem. É importante lembrar que, sob o influxo da revolução russa, o movimento dos conselhos, dos *sovietes*, se espalha pela Europa: o operário na fábrica será o futuro produtor da sociedade. Mesmo entre os reformistas o mito ganha força.

¹⁶⁹ Abrate, *op. cit.*, p. 484.

Quando em 1º de setembro a *FNSIM* declara a *serrata* e os delegados industriais turineses retornam, no dia 2, tudo estava perdido. O proletariado tinha tomado a ofensiva. Em Turim a ocupação é massiça. De Benedetti, alarmado, entra em contato com o deputado Camilo Corradini, sub-secretário do Interior, que apenas lhe dá uma garantia: o governo não pensa em requisitar as fábricas ocupadas e aconselha moderação aos industriais.

A ocupação segue disciplinada e entusiástica¹⁷⁰: os operários queriam de uma vez por todas, que os capitalistas nunca mais pusessem os pés nas suas fábricas. Como tornar realidade esse desejo? Os operários de vanguarda falam de “ocupação armada” e tratam de formar as *squadre armatte* ainda que rudimentares. Fabricar armas, realizar turnos de guarda, estabelecer a disciplina militar entre os ocupantes. E manter a produção.

A *CGL*, em colaboração com Giolitti e os governadores, tentou impedir qualquer desenvolvimento revolucionário da situação. A Federterra, reluta ligar o movimento dos assalariados do Vale do Pó ao movimento operário. Os deputados socialistas-reformistas recusam-se a apoiar. Os industriais recusam qualquer compromisso e lamentam-se da inatividade do governo contra a subversão.

A direção do *PSI* lança manifesto aos camponeses e soldados para que estejam prontos a cerrar fileiras com os operários porque “o dia da liberdade e da justiça está próximo”¹⁷¹ e, enquanto ele não chega, nada faz. Os anarquistas falam da ocupação simultânea das fábricas, das minas, dos campos e das casas.

Apesar das *squadre armatte* não houve nenhuma preparação militar. No que se refere à questão do controle operário, através os *CFs*, o debate é reduzido: apenas o *L'Ordine Nuovo* fala no assunto. No entanto os reformistas, combinados com Giolitti, pensam a questão como controle sindical-

¹⁷⁰ Os operários turineses cantavam em dialeto:

“Carlo Marx, Carlo Marx a l'ha dito,

Ouvrié, ouvrié, unive,

e la vitoria av soridrá”

citado por del Carria, *op. cit.*, p. 111.

¹⁷¹ citado por Spriano, *op. cit.*, p. 78.

corporativo, única saída para a crise, terreno de compromisso pelo qual se acolheria parcialmente as reivindicações salariais.¹⁷²

Quem lidera o movimento? Em algumas fábricas de Turim eram os núcleos do *L'Ordine Nuovo*, do *Il Soviet* e dos anarquistas; na Ligúria e no literal tirrenáico, os sindicalistas da *USI*. Estes sofrem, em setembro, um grande golpe com a prisão da Secretaria Geral da central e a impossibilidade de realização do Congresso de Bolonha. Enquanto isso a cúpula socialista pensara outra coisa: quando a *CGL* e a *FIOM* ordenaram a ocupação pensaram apenas em um passo defensivo sindical contra a *serrata*, posição que

¹⁷² “A *CGL*, examinando a questão da produção na Itália constatou que, para haver um aumento da oferta de produtos, absolutamente necessário para restabelecer o equilíbrio entre o consumo, bastante acrescido pelas necessidades maiores e pelas novas condições de vida, e a produção, bastante diminuída por vários coeficientes ocasionados pela guerra; para reduzir as importações e conseqüentemente facilitar o restabelecimento do curso normal das trocas, e também para evitar que o conhecimento imperfeito das condições da indústria permita aos industriais afirmações sem controle, e aos operários exigências de melhorias que poderiam não ser aceitas, é necessário modificar as relações até agora mantidas entre empregadores e operários; de tal modo que estes últimos – pelos seus sindicatos – sejam investidos da possibilidade de conhecer o verdadeiro estado das indústrias no seu funcionamento técnico e financeiro, e que possam, pelos seus representantes de fábrica – emanação dos sindicatos – contribuir para a aplicação dos regulamentos, controlar a admissão e demissão do pessoal, e favorecer assim o desenvolvimento normal da vida da fábrica com a necessária disciplina. Para obter tal meta, a *CGT* considera indispensável proceder imediatamente à constituição de uma comissão de representação paritária, a qual estabeleça de modo particularizado métodos e modos de aplicação do princípio do controle das empresas.” Cf. *Battaglie sindacali*, 21-9-1920, reproduzido em Pepe, *op. cit.*, p. 275.

Belo documento de administração da crise. Ou seja, ao mesmo tempo em que ajuda a liquidar os *CF*, a *CGL* incorpora algumas das tarefas deles, reformistizando-as sob o controle dos sindicatos e na perspectiva da “legalidade industrial”.

Ou seja, sequer se pensa em questionar a ordem capitalista. Este texto documenta a afirmação gramsciana, já vista, segundo a qual a burocracia sindical ao se transformar em magistratura da “legalidade industrial”, se converte em “demiurga das classes em luta”. Mesmo ao nível do discurso: transformara os *CF* em “emanação dos sindicatos”.

está expressa no manifesto da *FIOM* de 1º de setembro quando falava em “induzir os industriais a dar outros passos no sentido da solução”.¹⁷³

Giolitti percebe que não pode opor-se pela força a um movimento de meio milhão de operários armados, ainda que precariamente, e disposto a defender as fábricas. Percebe mais: que seria um erro fatal obrigar a direção social-democrata a entrar na guerra civil, pois tem certeza de que ela fará o possível para contornar a situação.

Nos primeiros dias de setembro quase um milhar de fábricas são ocupadas em toda a Itália. Os ocupantes são aproximadamente meio milhão de operários, principalmente no triângulo industrial – Turim, Milão e Gênova. Mas não apenas aí: também na Emília, no Veneto, nas Marche, na Toscana, na Umbria, em Ancona, em Roma, em Nápolis e em Palermo. Só em Turim, a capital industrial da Itália, são 100 000 os ocupantes.

O binômio social-democracia/governo tenta cada qual “conter os seus radicais”. Giolitti assume uma posição formal de não-intervenção: tira férias, vai a Aix-les-Bains conferenciar com o *premier* francês, não faz intervir as forças policiais contra as fábricas. Trata de manter os telégrafos, telefones, ferrovias e governadorias sob seu controle. Ele sabe que as massas seguem as lideranças reformistas e que sem um centro dirigente o movimento acabará por refluir.

Os industriais, contudo, pressionados pela crise econômica crescente estão, assim como os operários, dispostos a ir até o fim e reacios a qualquer compromisso nas fábricas. Para eles não há alternativa: o poder deve voltar, total, inteiro, para eles. Deve ser totalmente restaurado.

Os líderes reformistas tentam acabar com o movimento. O governador de Milão, em telegrama de 4 de setembro, anuncia a ocupação e, em telegrama no dia seguinte, o mesmo governador, afirma: “O deputado Turati está preocupado não tanto movimento metalúrgico quanto possibilidade, se não se acelera resolução controversa, alargamento agitação conjunto operário outras indústrias, que nesse caso reputa perigosíssima”.¹⁷⁴

¹⁷³ citado por Del Carria, *op. cit.*, p. 116.

¹⁷⁴ *idem.*

Os industriais endurecem: estavam diante de uma clara possibilidade revolucionária e em reunião, na *Confindustria*, no dia 6 de setembro, os delegados industriais decidem não voltar a discutir com os operários sem que a negociação “fosse reconduzida ao terreno econômico e restabelecida a disciplina hierárquica nas fábricas”.¹⁷⁵ Considerando as enormes pressões que o governo e os bancos faziam e apesar de temer que outras associações regionais, principalmente as de Milão, acabassem por conciliar, os industriais turineses estavam dispostos a resistir. Apesar do controle operário das tipografias, que se recusavam a publicar material dos industriais, estes travam uma verdadeira guerrilha de panfletos apócrifos.¹⁷⁶

A ocupação se amplia, seja por necessidades objetivas da produção¹⁷⁷, seja por solidariedade e sob a pressão revolucionária que animava o proletariado. No final da primeira semana são 600 mil os operários que ocupam as fábricas.¹⁷⁸ A situação revolucionária, contudo, não ocorre. Não há direção. Mas a ocupação não pode ser permanente se o Estado e seus aparelhos permanecem nas mãos dos capitalistas. A situação parece madura para uma ligação com o proletariado rural, ocupações de terras nas regiões de Palermo e Vercelli onde a propaganda *ordinovista* é sentida, e com os setores médios, para a ocupação de prefeituras e casernas.

O governo prepara-se com um decreto de militarização dos ferroviários. Tanto os *ordinovistas*, quanto os *bordiguistas* e os sindicalistas da *USI* tentam a ampliação da luta a todas as fábricas. Os *ordinovistas* falam de

¹⁷⁵ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 295.

¹⁷⁶ Como, por exemplo, os seguintes trechos: “Companheiros! Ao invés de pagamento em dinheiro os Conselhos de fábrica distribuem bonos. Podemos perguntar agora onde está todo o dinheiro vindo da Rússia para a propaganda comunista”. Ou então: “Operários! o ‘Avanti!’ publicou que a *FIOM* teria antecipado as melhorias que se exigiam aos patrões. Porque a *FIOM* negou tal deliberação enquanto todos sabemos que ela tem em caixa mais de dois bilhões”. Abrate, *op. cit.*, p. 332.

¹⁷⁷ O operário Mario Montagnana diz, que, como se tinha necessidade de outros produtos – energia elétrica, produtos químicos, pneus, etc. – e como os capitalistas se recusavam a vendê-los, foram ocupados todos os estabelecimentos que deveriam fornecê-los.

¹⁷⁸ Sendo 150 000 em Turim e 100 000 na grande Genova.

concentrar a ação sobre “os meios de comunicação, os bancos, as forças armadas, o Estado” e pedem a constituição dos sovietes urbanos. Os *bordiguistas*, principalmente na Fiat-Centro, querem sair das fábricas para ocupar a cidade. Mas tudo permanece simples projeto. Falta liderança para realizá-los. A massa proletária segue ainda, como Giolitti sabia, as velhas lideranças reformistas.

“A 7 de setembro”, segundo Paris, “em Sampierdarena, uma conferência anarquista, na qual participam o Secretário da Seção Metalúrgica de Turim, Pietro Ferrero, e um anarquista ligado ao *L'Ordine Nuovo*, Maurizio Garino, falam de 'criar um fato consumado' ocupando o porto de Genova, e depois todos os portos da Ligúria e todos os estabelecimentos industriais. Mas apesar das garantias oferecidas pelo delegado da *CGL*, Colombino, de que a central sindical iria ela mesmo tomar imediatamente essa decisão, a assembléia decidiu não se comprometer em uma ação parcial e prematura.”¹⁷⁹

O dia 9 de setembro é fundamental para as duas classes em luta. Os industriais se reúnem na assembléia geral extraordinária da *Lega* (todos!, isto é de 353 empresas). Falou-se dos contatos extra-oficiais entre Olivetti e D'Aragona; que Labriola a pedido de Giolitti tinha encarregado os governadores de Turim e de Milão de reanimar as negociações; que as ocupações tinham se estendido também às grandes fábricas de pneumáticos e químicas. De Benedetti apresenta seu relatório sobre a generalidade do movimento e sobre a necessidade de promover uma ação de defesa civil. Muitos reclamam o abandono das “cautelas excessivas”. De Benedetti afirma que “a revolução tinha começado” e pediu aos associados que recusassem qualquer colaboração às fábricas ocupadas, no sentido de fornecer matérias primas ou comprar seus produtos. Os industriais resolvem comunicar a Giolitti o seguinte protesto:

“Os industriais de Turim, de todos os grupos da indústria, repetem a V. Exa. as declarações feitas ao senhor governador de Turim sobre o absentismo do Governo que atinge a convivência com os violadores do direito e das leis constitucionais e reclamam a sua pronta intervenção, não para inúteis repressões às violações já perpetradas, mas para im-

¹⁷⁹ Robert Paris, *As origens do fascismo*, p. 99.

pedir, e com todos os meios, que outros delitos contra a propriedade, o domicílio e a liberdade pessoal sejam continuamente cometidos. Reclamam, particularmente, que seja impedida a saída das mercadorias dos estabelecimentos invadidos ainda que com a proibição da circulação de automóveis; declaram que a retração da autoridade tolhe qualquer fé nos defensores das presentes instituições sobre a capacidade do governo de tutela das liberdades constitucionais e que se verão obrigados a suprir por sua própria iniciativa aquela defesa que lhes é recusada”.¹⁸⁰

Nesse mesmo dia, estão reunidos em Milão o Conselho Geral da *CGT* com a direção do *PSI* (embora o Conselho nacional do partido esteja ausente)¹⁸¹, os “Estados Gerais” do proletariado organizado, na feliz expressão de Spriano. Também está presente o Diretório do grupo parlamentar. Pauta: como encaminhar a luta. O Secretariado da *FIOM*, diante do desenvolvimento da luta, tinha decidido que não poderia firmar nenhum acordo com o patronato sem o consentimento da *CGL*. Esta sabendo que é totalmente sem sentido falar em termos puramente sindicais, se apresenta com um documento que fixa como objetivo da luta o “reconhecimento por parte do patronato do princípio do controle sindical da empresa”.¹⁸² Era uma manobra para evitar as críticas reformistas de um lado e a radicalização da luta por outro, opondo-se à idéia da ocupação de todas as fábricas e da ampliação do movimento ao campo, proposta pela esquerda. Os maximalistas chegam à reunião sem qualquer proposta, presos ao seu imobilismo político. Os dirigentes sindicais, diante da impotência dos políticos, chegam mesmo a oferecer-lhes explicitamente o comando da luta: “Acreditais”, diz D’Aragona, “que este seja o momento para fazer um ato revolucionário; bem, assumi a responsabilidade. Nós não podemos assumir a responsabilidade de lançar o proletariado ao suicídio; dizemo-vos que nos retiramos e apresentamos nossas demissões. Pensamos que neste momento é dever o sacrifício de nossas pessoas; tomai a direção de todo o movimento”.¹⁸³

¹⁸⁰ citada por Abrate, *op. cit.*, p. 332.

¹⁸¹ Spriano, *op. cit.*, p. 79.

¹⁸² citado por del Carria, *op. cit.*, p. 119.

¹⁸³ *La CGL nel sessennio 1914-1920*, Paris, 1937, citado por Barbadoro, *op. cit.*, p. 411.

A direção do partido (os maximalistas, Terracini e Tasca – *ordinovistas* – e Gennari – maximalista de esquerda) abdica da tarefa. E o conflito é levado ao Conselho nacional da *CGL* para ser resolvido. A direção do *PSI* propõe a transformação da ocupação em invasão de todas as fábricas e de todos os campos. “Mas a revolução é posta em votação e se torna minoritária na Assembléia.”¹⁸⁴ Assim, em 11 de setembro a moção D'Aragona recebe 591 245 votos (54,02%), a moção Scheavello e Bucco (o partido dirige o movimento) recebe 409 569 (37,03%). São 93 623 (7,15%) as abstenções. O partido suspira aliviado.

O próprio Terracini dirá mais tarde: “quando os companheiros que dirigiam a *CGL* entregaram a demissão, a direção do partido não tinha nem com quem, nem a possibilidade de substituí-los. Dugoni, D'Aragona, Buozzi eram eles os representantes da massa em todas as ocasiões.”¹⁸⁵

A própria minoria revolucionária não tem alternativas, seja porque os *ordinovistas* e os *sovietistas* tem escassa representação na direção do partido e no Conselho Nacional da *CGL* e nenhuma no grupo parlamentar, seja porque não souberam constituir-se como centro dirigente da luta. Possuíam características muito mais locais do que nacionais.

No dia 11 de setembro, o mesmo da votação da “revolução”, os industriais estão divididos. São informados os resultados das conversas com Giolitti, que, após dizer ter feito o que podia com os escassos meios disponíveis, fizera promessas vagas. De Benedetti desolado quer demitir-se mas é convencido a ficar. Justo então chegam notícias de que a *Associazione piemontese industriale tessili (APTI)* tinha entrado em contato com a *CL* para debater a questão, no referente à categoria, para evitar as ocupações. Os funcionários da *Lega* conseguem evitar o encontro. No entanto o problema estava criado pois alguns industriais já começavam a fraquejar. De Benedetti insiste então na demissão como forma de protesto. As coisas não vão bem. Mesmo a *Confindustria*, entre 12 e 14 de setembro parece aproximar-se das teses da

¹⁸⁴ Spriano, *op. cit.*, p. 79.

¹⁸⁵ Umberto Terracini “*Discorso al III Congresso dell'Internazionale Comunista*”, in *La Questione italiana al III Congresso dell'Internazionale Comunista*, Roma, 1921, pp. 51-58, citado por Barbadoro, *op. cit.*, p. 411.

CGL do controle sindical. No dia 14, da *Confindustria*, as duas posições aparecem claramente: não ceder de forma alguma ao controle a menos que o governo o obrigasse e a outra que era de ceder para poder controlar o controle. Conti, o presidente, apoiado por Olivetti, já tinha até um esboço de projeto de Comissão paritária encarregada de propor ao governo um projeto de lei sobre a participação dos operários no controle técnico e administrativo das empresas. O texto tinha chegado às mãos dos governadores Tadei (Turim) e Lusignoli (Milão) que o fazem chegar a Giolitti que o encampa.

No dia 15, em Turim, Conti apresenta um relatório das conversações com Giolitti ao qual acusa de não ter demasiada simpatia pelos industriais. Os debates foram bastante tensos. Contra o projeto de controle sindical se levantaram os delegados da *Lega*, da *AMMA*, das associações da Ligúria e da Toscana, da *Federazione nazionale laniere*. Olivetti, que participa da redação do projeto, sabia que Giolitti iria promulgá-lo. Quando isso se torna conhecido a reunião se tumultua. Após onze horas de debate, a assembléia aceita o princípio do controle como imposição governamental. E partiram para as negociações com os metalúrgicos.

Giolitti convoca as “partes” a Roma para no dia 19 serem assinados os acordos econômicos pondo fim à luta. São concedidos aumentos salariais de 4 liras por dia, melhorias quanto as férias, indenização por carestia e por demissão. Questões controversas como a impunidade ou não das “violações” cometidas durante a ocupação e o pagamento ou não do trabalho útil ficam em suspenso. Também nesse dia era nomeada uma comissão paritária de 12 membros para resolver a questão do controle sindical e formular propostas ao governo.¹⁸⁶

¹⁸⁶ Giolitti acede a tal desejo:

“O Presidente do Conselho de Ministros:

considerando que a Confederação Geral do Trabalho formulou o pedido de modificar as relações até agora existentes entre os empregadores e os operários, de tal modo que estes últimos, pelos seus sindicatos, sejam investidos da possibilidade de um controle sobre as indústrias, motivado pela afirmação de que com um tal controle é seu propósito conseguir uma melhoria nas relações disciplinares entre empregadores e empregados e um aumento da produção, à qual por sua vez é subordinada uma severa retomada da vida econômica do país; considerando que a Confederação Geral

Em Turim, Tadei convocada De Benedetti, demissionário, para que ele fizesse aprovar “por unanimidade” dos sócios o acordo feito em Roma, recebendo em troca uma recusa. De Benedetti apresenta, na reunião da *Legá*, seu relatório: começa pelo anúncio da sua demissão. Depois resume os acontecimentos e formula violento ataque contra Giolitti: que o governo “pelo terror da revolução” declarara não ter meios de defender a indústria “mas o País”; que promovera o “famoso decreto pelo qual cada operário, ainda que assassino ou ladrão, deveria permanecer no seu posto”¹⁸⁷; que não era possível ter fé no futuro; mas que ainda assim convidava os industriais a resistir.

Ainda que veladamente os grandes industriais se sentiam acuados. Mas mais importante do que essas cisões estava o fato de que, mesmo após o decreto e o acordo, os operários não se mostravam dispostos à sair das fábricas ou de entregar suas armas. A opinião corrente entre os industriais é que, superada a questão econômica, estava em curso a própria revolução, que

da Indústria não se opõe, por seu lado, a que seja feito o experimento de introduzir um controle por categorias de indústrias para os fins acima;

o presidente do Conselho de Ministros toma conhecimento deste acordo e decreta: seja constituída uma Comissão paritária formada por seis membros nomeados pela Confederação Geral da Indústria e seis pela Confederação Geral do Trabalho, entre os quais dois técnicos por parte, a qual formule propostas que possam servir ao Governo para a apresentação de projetos de lei com a finalidade de organizar as indústrias sob a base da intervenção dos operários no controle técnico e financeiro da administração da empresa.

A mesma Comissão, no prazo de oito dias, proporá normas para resolver as questões que possam surgir sobre a aplicação dos regulamentos e a admissão ou demissão da mão de obra.

O pessoal retornará aos seus postos. Quando, porém, a presença na mesma seção ou estabelecimento de operários ou seus chefes seja tornada incompatível, uma Comissão de dois membros designados pelos industriais e dois designados pelos operários, estabelecerá as medidas à tomar.

Roma, 19 de setembro de 1920.

O Presidente do Conselho de Ministros.

Ass: Giolitti”

Transcrito em Pepe, *op. cit.*, pp. 275-276. Grifo nosso.

¹⁸⁷ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 298.

ocorria diante dos olhos complacentes do governo. E diante disso toda a diretoria da *Lega* se demite em protesto, protesto que era dirigido principalmente à *Confindustria* pela sua excessiva docilidade diante dos fatos.

No dia 20, Mussolini, discursa em Trieste, e fala da sua posição afirmando que: “A mim não repugna nenhuma transformação social necessária. Assim aceito esse famoso controle das fábricas e mesmo a gestão cooperativa social das fábricas, mas simplesmente peço que se tenha a consciência moral polida, a capacidade técnica para levar adiante as empresas; peço que estas empresas produzem mais, e se o conjunto dos operários, e não mais os patrões, me garantem isto, não tenho nenhuma dificuldade de dizer que eles tem razão de substituir os outros. (...) O que nós fascistas nos opomos é a máscara bolchevique do socialismo italiano. (...) Mas, caros senhores, existe ainda na Rússia este bolchevismo? Não existe mais. Não mais conselhos de fábricas, mas ditadores de fábricas; doze horas de trabalho e não oito; não existe igualdade salarial e sim trinta e cinco categorias salariais; não segundo a necessidade, mas segundo o mérito.”¹⁸⁸

Em Sestri, a 22 de setembro, os operários que seguem a orientação da *USI* recusam-se a sair das fábricas. Antes, porém, da restituição das fábricas, a *FIOM* promove um referendo, a 24 de setembro, para saber se os seus associados estão a favor ou não da concordata. Referendo este que nas palavras de Abrate, era “profundamente anti-revolucionário”. A maioria operária vota a solução reformista Giolitti-Buozzi-D'Aragona. A seção turinesa da *FIOM* ainda que “achando o acordo bom do ponto de vista sindical, combatia sua aceitação porque tinha desejado que o movimento iniciado por razões salariais desembocasse na revolução comunista.”¹⁸⁹ Apesar da decisão sindical operária, no plano nacional, em Turim permanecia ainda a possibilidade de continuar a luta.

Os industriais turineses estavam conscientes disso. Mas se encontravam divididos entre os intransigentes e os que queriam por um ponto final

¹⁸⁸ Benito Mussolini, *Discorso di Trieste, in La Rivoluzione Fascista, Scritti e Discorsi di Benito Mussolini*, Ulrico Hoepli Editore, Milano, 1934, p. 103-4.

¹⁸⁹ *Relazione della CC della FIOM sull'agitazione dei metallurgici italiani*, Torino, 1921, p. 42, citado por Spriano, *L'Occupazione...*, p. 137 e por Abrate, *op. cit.*, p. 299.

na luta. Entre estes foi Agnelli quem, além de sofrer maiores pressões por ser o responsável pelo maior grupo da região, acreditava que se deveria fazer algo mais, que dever-se-ia dar aos operários, para apressar a paz, alguma compensação salarial. Mas como sabia que não conseguiria convencer seus pares oferece sua demissão à direção da *AMMA*. A *Lega*, órgão superior à *AMMA*, toma posição pela mais rígida aplicação dos acordos de Roma, negando-se, como queria Tadei, a pagar os dias da ocupação, ainda que àqueles que efetivamente tinham feito a ocupação.

Giolitti diz no Senado: “Como poderia impedir a ocupação? Trata-se de 600 manufaturas da indústria metalúrgica. Para impedir a ocupação deveria ter colocado uma guarnição em cada um destes estabelecimentos, nos pequenos uma centena de homens, nas grandes alguns milhares: teria empregado para ocupar as fábricas toda a força de que poderia dispor. E quem vigiaria os 500 mil operários que ficariam fora das fábricas? Quem teria tutelado a segurança pública do país? Dever-se-ia, talvez, dada a ocupação, fazer abandonar as fábricas pela força? Era a guerra civil.”¹⁹⁰

Tadei convoca a Agnelli, Fornaca e Mazzini, pelos industriais, e Emilio Colombini e Pietro Ferrero, pela *FIOM*, no dia 26. Tadei força a aprovação das reivindicações operárias que a *Lega* tinha recusado. Agnelli aceita em seu nome pessoal, dizendo, no entanto, que teria que levar a proposta à *AMMA*. Dos quinze membros do conselho desta entidade, quatro recusaram resolutamente, três declararam que aceitariam caso a *FNSIM* o aceitasse enquanto Agnelli e mais sete aceitavam imediatamente o acordo. Durante os debates chega a informação que a *FNSIM* e a associação milanesa eram contrários à qualquer modificação da concordata e, que o próprio Buozzi tinha afirmado “que os operários deviam restituir as fábricas nas condições já estabelecidas”.¹⁹¹ A *Lega* permanece intransigente e deplora a atitude de Agnelli que recua. Também Lusignoli permanece intransigente.

¹⁹⁰ *Atti Parlamentari. Senato del Regno. Legislatura XXII, 1ª sessione, 26 de setembro de 1920, pp. 1711-1712, citado por del Carria, op. cit., p. 118 e por Barbadoro, op. cit., pp. 407-408. Ver também, do próprio Giolitti, Memorie della mia vita, pp. 598-599.*

¹⁹¹ citado por Abrate, *op. cit.*, p. 300.

A resistência dura até o início de outubro. As marchas e contra-marchas dos industriais levam Agnelli a efetivar sua demissão. A Fiat se coloca em absoluta independência em relação à *AMMA* e exerce tal pressão que obriga a *FNSIM* a ceder e a concordar com o acordo feito com a Fiat no 1º de outubro. Como dirá o próprio Pepe: “Naturalmente, depois da saída dos operários dos estabelecimentos, tudo isso (da lei sobre o controle operário, efd) permanece letra morta”.¹⁹²

Na Fiat-Centro os operários, sob a liderança de Giovanni Parodi, se constituem em Partido Comunista Revolucionário.

As associações patronais estão em crise. Até mesmo a *Confindustria* tem que passar por modificações internas. E em mais uma das milionésimas reuniões da *AMMA*, após severas críticas a Agnelli e à Fiat, o grupo mais conciliador contorna a situação, consegue fazer com que o industrial reasuma o cargo. Restava do ponto de vista capitalista, pacificar a *Legu* e ainda uma vez caberá a Olivetti o papel chave. Após esboçar o quadro da situação italiana na crise internacional, ele afirma que a recente “derrota” dos industriais deveria ajudá-los a ver melhor o futuro:

“Todavia os industriais devem recomeçar do começo e mais virilmente, a resistir às forças da destruição, contra o ódio das massas, a desconfiança que se insinuou entre eles; penso que apenas na indústria se coloca a possibilidade de salvação do País. Com manufaturas industriais, com mercadorias para a troca o Estado poder fornecer-se uma suficiente provisão de trigo e evitar tristes e talvez funestos dias para o nosso povo.

“Devemos ter fé no futuro e se a crise prenunciada pela *FIOM* ocorrer, o País deverá estar bem seguro que os industriais não apenas a enfrentarão mas resistirão a ela com todas as suas forças.

“Para tal fim eu recomendo a mais viva solidariedade entre os grandes e os pequenos industriais; somente assim com a união de todas as nossas forças a indústria poderá salvar a Pátria.”¹⁹³

¹⁹² *op. cit.*, p. 274.

¹⁹³ *idem*, p. 336.

Tanto as massas operárias quanto os industriais amargam um certo sabor de derrota. Os operários quase fazem a revolução. Os industriais cedem muito mais do que querem. Olivetti e Agnelli, os líderes mais competentes politicamente dos industriais, sabiam com Giolitti, que a liderança reformista ainda comandava a massa.

Spriano afirma que “em um certo sentido, a ocupação das fábricas é a própria demonstração de que o movimento operário não tinha a sua estratégia revolucionária, que não existia nenhuma relação real entre um projeto como o dos *soviets* e o que se faz na prática.”¹⁹⁴

O governo e a liderança reformista ganham. Mas é uma vitória de Pirro! Para que ela fosse efetiva deveria haver alguma contrapartida para os proletários. Só que agora, contrariamente à década giolittiana, a crise não ganha o apoio da massa operária por que não existem condições de beneficiar a massa operária. E também não se tem o apoio dos industriais que percebem os limites do Estado liberal. Estavam criadas as condições do fortalecimento do fascismo. Mesmo Abrate, ainda que insinuando que os industriais não teriam plena consciência disso, afirma que: “A ocupação das fábricas pode ser assumida como ponto central no exame da crise político-social que conduz à queda do Estado liberal na Itália e ao poder fascista.”¹⁹⁵

Comenta Tasca sobre a ocupação: “é na sua origem, um simples *Er-satz* de greve, tornada muito difícil, um meio econômico para impor o novo contrato de trabalho. Os dirigentes da *FIOM* tinham escolhido a via do menor esforço, pensando que a ocupação das fábricas provocaria a intervenção do governo e alguns deles acariciavam – sem ousar confessar – a esperança de que a ocupação tivesse um desaguadouro político com a participação política dos socialistas no poder.”¹⁹⁶

No entanto a luta estava radicalizada e os exércitos proletários sequer foram mobilizados pelos seus estados-maiores, que apenas tentaram refrear suas bases. Mas, como diz Tasca, “as distâncias entre operários e industriais foram suprimidas: é impossível tanto de um lado quando de outro, voltar a

¹⁹⁴ Spriano, *Storia del Partito comunista italiano*, p. 80.

¹⁹⁵ Abrate, *op. cit.*, p. 302.

¹⁹⁶ Tasca, *op. cit.*, p. 86.

começar como antes. Os industriais sentem a ocupação como uma desonra feita aos seus brasões. As fábricas são ainda freqüentadas pelos maus espíritos e é necessário exorcizá-las. Em Turim, o senhor Agnelli, presidente da Fiat, pensa conseguí-lo confiando as fábricas aos trabalhadores em gestão cooperativa. Outras posições análogas, propostas mais ou menos por todas as partes, ficam sem resultado. Os dirigentes da *FIOM* quiseram consolidar a vitória obtida, conseguindo participar no governo.”¹⁹⁷

Comenta del Carria: “Termina assim o '*biennio rosso*', a grande oportunidade perdida do proletariado revolucionário italiano.”¹⁹⁸

2.14. A ascensão do fascismo e a ação de Giolitti

É com efeito o fim do *biennio rosso*, com o fracasso da ocupação das fábricas, que o fascismo se afirma. A burguesia estava realmente preocupada e decide a dizer: basta!

A violência começa: a 14 de outubro o jornal socialista de Trieste o *Il lavoratore* é incendiado. Queimar, destruir, bater, fazer engolir óleo de rícino. Os fascistas vão aparecer no meio rural combatendo as organizações econômicas do proletariado. As primeiras *squadre* se fazem sob a chefia de oficiais desmobilizados. Os primeiros ataques se dão na Emília (forte reduto socialista) e no vale do Pó (forte presença sindical católica). Porque aí? Exatamente por que aí as organizações operárias e camponesas, socialistas ou não, tinham conseguido “criar a mais sólida organização para a salvaguarda dos interesses operários”.¹⁹⁹ Nessa região os latifundiários querem a qualquer custo quebrar toda a organização rural pois “o monopólio da mão de obra representa o único obstáculo à plena ditadura dos agrários sobre os camponeses e assalariados no que concerne os horários de trabalho, os salários e as condições gerais de vida”.²⁰⁰ O que os fascistas atacam com ódio são as organizações econômicas, as cooperativas, os sindicatos, e não as organizações políticas, as seções do *PSI*; na realidade o fascismo não está só preo-

¹⁹⁷ *idem*, p. 91.

¹⁹⁸ del Carria, *op. cit.*, p. 125.

¹⁹⁹ Paolo Alatri, *Le origini del fascismo*, p. 49.

²⁰⁰ *idem*, p. 50.

cupado com o proletariado socialista e sim com o proletariado como um todo. A bolchevização é apenas um mito que serve como bode expiatório.

No plano nacional Giolitti resolvida a questão das fábricas volta-se para as questões externas. Reúne com Lloyd George para tratar do assunto. D'Annunzio proclamara a Carta de Carnaro no dia 30 de agosto. Pouco após com a ajuda de Giulietti capturam navio carregado de valores e o levam para Fiume. D'Annunzio proclama a independência de Fiume a 9 de setembro, e quatro dias mais tarde ocupa as ilhas de Orbo e Cherso, território que Giolitti pretende ceder à Iugoslávia. Para diminuir seus problemas Giolitti manda abandonar a Albânia. A 17 de outubro prende Malatesta por concluir com D'Annunzio, Finalmente a 12 de novembro conclui o tratado de Rapallo com a Iugoslávia pondo praticamente fim à questão adriática: a fronteira italiana irá até, Trieste, Fiume continuará cidade livre, Zara será italiana e o resto da Dalmácia será iugoslava.

Mussolini apoia o tratado: “a Itália tem moral, econômica, política e fisiologicamente, necessidade de paz”. E conclui: “Este equívoco entre nacionalismo e fascismo (...) deve cessar (...) o nacionalismo romano é imperialista, enquanto nós somos expansionistas; é preconceituosamente monárquico, e mesmo dinástico, enquanto nós, acima da monarquia e da dinastia, colocamos a nação”.²⁰¹ Mussolini necessita aproximar-se de Giolitti.

O tratado é aprovado na Câmara a 24 de novembro. Resta Fiume.

O *Giornale d'Italia* classificará o fascismo, em 25 de janeiro de 1921 como uma “*jacquerie burguesa*” e o anarquista Luigi Fabri, o verá, como uma contra-revolução preventiva. Tem razão Fabri: preventiva, pois a revolução não se realizara.

A 4 de novembro os fascistas atacam a *CL* de Bolonha. Mas mesmo assim, em Bolonha, como na maior parte do país os socialistas têm grande peso. As eleições administrativas de 31 de outubro e de 7 de novembro mostram o *PSI* vencedor em aproximadamente 2162 comunas (32,43%) de um total de 8059, principalmente na Emília e na Toscana. E em 25 províncias (36,23%) de um total de 69. Ganharam em Turim e Florença, embora amarguem derrotas para a frente eleitoral burguesa em La Spezia, Brescia, Ge-

²⁰¹ Mussolini, *Ciò che rimane e ciò che verrà*, in *op. cit.*, pp. 111-112.

nova, Pisa, Nápolis, Bari e Palermo.²⁰² Os populares ganham em 1613 comunas (20,14%).

A grande provocação ser em Bolonha. Aí a 21 de novembro deve proceder-se a posse do prefeito socialista. Os fascistas distribuem planfleto avisando: "Que no domingo as mulheres e todos aqueles que amam a paz e a tranqüilidade permaneçam em suas casas, (...). Domingo, nas ruas de Bolonha, apenas deverão se encontrar fascistas e bolcheviques. Será a prova, a grande prova em nome da Itália".²⁰³

A situação é paradoxal. Bolonha é *rossa*. Os socialistas, quase todos comunistas, obtêm 18 700 votos contra 7 985 do Bloco Nacional e 4 694 dos populares. Mas apesar disso a situação é embaraçosa por causa de toda uma tradição maximalista. "Que podem fazer os vencedores, investidos de um mandato indiscutível pela imensa maioria da população? Podem dirigir-se ao prefeito, ao Estado, e pedir-lhes que façam respeitar este mandato, que assegurem o seu exercício. Mas se alguém tivesse ousado propor isto, teria sido vaiado como 'traidor' pela banda dos alvoroçadores, que, justamente, serão os que perderão a cabeça aos primeiros disparos fascistas. Dado que o Estado não é mais do que o 'Comitê executivo da burguesia' não se pode pedir nada. Na realidade, os deputados e o prefeito socialistas, secretários de sindicatos e de Câmaras do Trabalho passam boa parte do seu tempo nos ministérios e nas prefeituras, para solicitar todo tipo de coisas: concessão de trabalhos públicos, créditos para as cooperativas, nomeação ou transferência de um funcionário, inclusive uma 'condecoração'. Tudo isso, segundo parece, não contradiz os princípios ou pelo menos é pecado venial. Mas como pedir ao Estado sua intervenção para defender um município, para fazer respeitar as instituições democráticas, nesta mesma Bolonha, onde o Congresso do Partido Socialista a pouco mais de um ano declarou que essas instituições deviam ser destruídas e onde a seção local tem uma maioria comunista?"²⁰⁴

No domingo quando o prefeito socialista aparece no balão do *Pallazo d'Accursio* para saldar a população os fascistas disparam. Os encarregados

²⁰² Tasca, *op. cit.*, pp. 94-95.

²⁰³ citado por Robert Paris, *Histoire du Fascisme en Italie*, p. 230.

²⁰⁴ Tasca, *op. cit.*, pp. 112-113.

da segurança do prefeito cometem erros. Morrem 10 pessoas e mais de 100 são feridos. Entre os mortos está o advogado Giulio Giordani, ex-combatente, nacionalista e conservador. A polícia até aqui passiva faz inúmeras prisões entre os socialistas e alguns fascistas, escolhidos entre os que obviamente não tinham participado do tumulto para poderem soltá-los. A imprensa burguesa mostra o assassinato como obra dos subversivos socialistas. Giardini passa a mártir fascista.

A cada novo ataque fascista contra as municipalidades vermelhas – por exemplo, Ferrara em 20 de dezembro –, contra as *CLs* – como as de Bolonha, janeiro de 1921, e Trieste, 28 de fevereiro – são novas “provas” da barbárie socialista. O fascismo encontrara o seu caminho, que era “rural” e não “urbano” como queria Mussolini. A *Gazzeta ferrarese*, órgão dos latifundiários de Ferrara, no seu número de 6 a 8 de novembro, dissera: “A última luta eleitoral administrativa deve servir de ensino. Surgiram energias novas, jovens audazes. As forças jovens afortunadamente foram indicadas pela recente luta eleitoral: os fascistas, gente na maior parte saída das trincheiras que conheceram todos os sacrifícios, dispostos ao extremo da vida pelo bem desta terra que hoje amam mais do que ontem porque a salvaram com o próprio sangue (...). A eles, aos fascistas, espera a honra e o dever. Só eles tem o direito de reivindicar o domínio italiano, só os que amam a juventude e a força podem deter a onda de loucura que se abate sobre a Itália”.²⁰⁵ Logo a comuna de Ferrara será atacada.

Mas se o financiamento vem também dos industriais, é com os latifundiários que os fascistas se ligam melhor. São os proprietários que à noite comandam as *squadre*, porque conhecem o terreno, e são eles que se auto-taxam para haver recursos suficientes.

A massa rural que os socialistas não dirigiram estavam agora ou desorientadas ou do lado fascista – aqueles que tinham conseguido tornar-se proprietários durante o *biennio rosso*, por exemplo. Tinha-se formado uma propriedade camponesa que reforçava o bloco agrário.

Enquanto os fascista vão aterrorizando o proletariado, Giolitti aproveita para liquidar seus adversários: “Giolitti, ministro do Interior, e Bonomi,

²⁰⁵ citado por Del Carria, *op. cit.*, p. 155.

ministro da guerra, (...) impuseram a Itália um regime de reação dissimulada através de uma fachada jurídica liberal; era uma reação extra-legal, mas operante por conta própria, sob a proteção e com a garantia do Estado. Giolitti e Bonomi fizeram do movimento fascista uma arma eficaz de guerra civil, colocando lado a lado os carabinieri e os camisas negras e introduzindo o exército nos *fasci* com a esperança de que os *fasci* jamais entrariam no exército. Os fascistas tinham o privilégio de andar armados, de obedecer a comando centralizado, de poder deslocar-se rapidamente em massa sobre caminhões fornecidos pelas autoridades militares e pelos capitalistas privados. Tinham a possibilidade de se concentrar em grandes massas sobre pontos escolhidos anteriormente para aí reprimir cruelmente em sangue toda a oposição e tornar assim impossível toda retomada da resistência.²⁰⁶

Liquidando o problema operário e camponês trata-se de resolver a questão fiumiana. D'Annunzio manda ocupar as ilhas de Arbre e de Veglia, territórios que pelo tratado de Rapallo são iugoslavos. Ameaça a reconquista da Dalmácia. A 6 e 9 de novembro dois contratorpedeiros e um torpedeiro italiano aderem a Fiume. Giolitti dá um *ultimatum* a D'Annunzio e a 21 de dezembro ordena o bloqueio. Como o poeta-aventureiro não cede, procede-se ao ataque no dia 24. A 26 os navios italianos disparam contra o palácio. D'Annunzio se demite. A 31 se faz o armistício. Mussolini, docemente constrangido, protesta sem ênfase alguma.

²⁰⁶ Armando Borghi, *Mezzo secolo di anarchia (1898-1945)*, Nápolis, Edizioni Scientifiche italiane, 1954, p. 257.

Capítulo 3

A cisão nas forças operárias: rumo a Livorno

3.1. O maximalismo domina a cena

A história dos socialistas de 1918 até Livorno é a história da impotência operária.

A compreensão da revolução russa pelos socialistas italianos ajuda-nos a compreender suas atitudes. Serrati, por exemplo, desde o início, a saúda e preconiza o desenvolvimento em sentido socialista da revolução democrática. Já Claudio Treves, na revista *Critica Sociale*, afirma que o novo regime continuará sendo capitalista, “posto que a história procede, sim, por saltos, mas nenhum salto pode conseguir rasgar os oceanos”.¹ É nesse contexto que Gramsci escreve “*A revolução contra O Capital*” onde atacando duramente os reformistas russos (leia-se: os italianos) que tomados pelo maior mecanicismo possível acreditavam na impossibilidade de se chegar ao socialismo sem antes passar pelo capitalismo. Turati, ainda na *Critica Sociale*, afirma que “os bolcheviques longe de bater-se para conquistar o poder, teriam devido recusá-lo se lhe fosse oferecido”.²

A posição de Turati é bastante clara. Legalista ao extremo e criado na tradição liberal ele “pensa ainda que apenas um esforço conjunto das forças fundamentais da sociedade moderna, a burguesia produtiva – com os seus empresários, os seus dirigentes os seus técnicos – por um lado, e o proletariado, pelo outro, podem salvar a Itália do caos, e pensa ainda que, diferentemente de tudo quanto tinha ocorrido até agora, o conteúdo programático do acordo pela própria força das coisas, possa dar lugar às exigências de um

¹ Gaetano Arfé, *Storia del Socialismo Italiano*, p. 254.

² *idem*, p. 255.

movimento operário agora robusto e maduro, ainda permanecendo com a burguesia, a direção política, sempre mais degradante em administração, até a realização das condições necessárias à inevitável passagem dos poderes”.³ É exatamente esse o raciocínio que levava Gramsci a afirmar que na Rússia (leia-se: na Itália) o Capital era o livro dos burgueses.

O ano de 1918 será bastante movimentado. Em janeiro Lazzari, secretário do PSI é preso por sua participação nos *fatti d'agosto*. Em fevereiro os “intransigentes” passam a dominar a seção milanesa. Em abril o governo dissolve o conselho municipal socialista de Mirandola por ser “derrotista”. Em maio Serrati e outros dirigentes socialistas são presos também por causa dos *fatti d'agosto*. Em julho começa o julgamento dos dirigentes socialistas e o sindicato dos funcionários resolve, em Bolonha, aderir à CGL. Em agosto os dirigentes socialistas acusados pelos *fatti* são condenados à prisão. É solicitada a expulsão de Turati por suas “manifestações patrióticas”, pela União Socialista Romana.

O XV Congresso do PSI, reúne de 1 a 5 de setembro em Roma. O partido apesar da guerra tem ainda 40 deputados, 4 conselhos departamentais, 400 comunas e 100 jornais. Apresentam-se ao Congresso 365 seções representando 19 750 associados. Esse Congresso vai revelar a vitória dos maximalistas (os intransigentes) que apresentaram moção nos seguintes termos: “Tentar todo esforço para impedir a obra de sufocamento da revolução russa e de todas as ações que eventualmente pudesse mover (em outro Estado) à conquista revolucionária do poder com programa de paz imediata e de expropriação capitalista. Assim, no âmbito nacional, o Partido estará pronto a aproveitar de cada causa de fraqueza das classes dominantes e despertar, robustecer e guiar as forças populares.”⁴ A *sinistra* consegue 13 015 votos (73,6%); os centristas conseguem 2 507 votos (13,2 %) e os “reformistas” 2 505 votos (13,2%). A posição vitoriosa não era homogênea mas a linha de ação tirada do Congresso era substancialmente diversa da de Milão onde o PSI, seu grupo parlamentar e a CGL estiveram reunidos. Sobre o congresso

³ *idem*, p. 257.

⁴ *Il PSI nei suoi congressi*, vol. III, Milano, 1963, pp. 41-43, citado por Spriano, *Storia del PCI*, p. 18.

Gramsci, apesar de um grande otimismo, escreve: “a batalha apenas começou: é necessário destruir o espírito colaboracionista e reformista”.⁵

As diferenças entre o partido e a central sindical começam a aparecer mais claramente. Em 29 de setembro o *PSI* e a *CGL* reafirmam o *Patto di alleanza*, realizado pela primeira vez, em 1907.⁶

⁵ Antonio Gramsci, *Doppo il Congresso, Il Grido del Popolo (GP)*, 14-9-1918, in *Il Nostro Marx (1918-1919) (NM)*, p. 289.

⁶ Eis o seu texto:

“Invocada a moção de Stuttgart de 1907 que em linhas gerais estabelece as relações que devem existir entre os partidos políticos socialistas e as organizações de trabalhadores, e também a Convenção de Florença, do mesmo ano, com a qual foram fixadas as relações entre o Partido socialista italiano e a Confederação geral do trabalho;

- reconfirmada a independência e a autonomia da Confederação e do Partido, cada um no próprio campo, isto é, é afirmado que a direção e a responsabilidade do movimento econômico cabe à Confederação do trabalho e a do movimento político à Direção do Partido; e além disso, que os sindicatos confederados inspirarão a sua propaganda em conceitos profundamente socialistas e procurarão colaborar assiduamente com o Partido para a obtenção de fins comuns;

- O *PSI* e a *CGT* por meio dos seus legítimos representantes, ou seja, pela Direção: Alfini, Bassi, Bombacci, Farini, Gennari, Reposi, Voghera; e pela Confederação Altobelli, Baldini, Belelli, Braga, Buoizzi, D'Aragona, Del Buono, Dugoni e Zirardini, reunidos em Roma, na sede da Direção do Partido, pactam o que se segue:

1) A greve e as agitações de caráter político nacional serão proclamadas e dirigidas pela Direção do Partido, ouvido o parecer da Confederação do trabalho, a qual, em cada caso, se empenha em não obstaculizar a realização das deliberações da Direção do Partido.

2) A greve e as agitações de caráter econômico nacional serão proclamadas e dirigidas pela Confederação, ouvido o parecer da Direção do Partido, a qual, se empenha, em cada caso, em não obstaculizar a realização das deliberações confederais.

3) Caso existam questões que podem ser avaliadas como prevalentemente políticas pela Direção do Partido e como prevalentemente econômicas pela Confederação ou vice-versa e, portanto, podem surgir dúvidas ou conflitos de competência, se pacta que todas as vezes que a Direção do Partido se reunir, transmitirá a tempo a própria ordem do dia à Confederação do trabalho, para

Consolidava-se a divisão dos atos políticos e econômicos do proletariado. E entregava-se, na prática, o comando aos reformistas sindicais.

Em outubro a *Associazione Generale degli Operai (AGO)* e a *Alleanza Cooperativa Torinesi (ACT)* subscrevem cada uma 5 000 libras para criar a edição piemontesa do *Avanti!*. E a 16 desse mês o grupo parlamentar lança manifesto ao povo italiano pela paz e pelo socialismo.

Novembro assistirá a vitória dos metalúrgicos conseguindo um aumento de 800 libras anuais, 2 a mais por dia, por operário. A *Unione Sindacale Italiana (USI)* lança apelo pela reconquista das liberdades. Mas não apenas a *USI*, como também o *PSI* e a *CGL* se agitam. Os dois últimos lançam apelo pelo fim imediato da censura, dos campos de internação, a liberdade de reunião e de imprensa. No dia 20 na reabertura da Câmara os socialistas pedem anistia, abolição do decreto Sacchi (contra os “derrotistas”), a desmobilização dos soldados mais antigos e a concessão de indenização aos desmobilizados. Tudo isso vinha no bojo do manifesto que, a 13 de novembro, o *PSI* e a *CGL* lançaram aos trabalhadores convocando-os à luta pelo desarmamento, pela auto-decisão dos povos, pelo voto universal, pelo confisco dos super-lucros de guerra, pela jornada de oito horas, pelo controle operário na gestão das fábricas e pelo cultivo das terras e a execução das obras públicas por cooperativas operárias. Curioso programa, votado desde o início ao fracasso dentro do regime capitalista, onde se mesclam reivindicações corporativas e palavras de ordem radicais de política interna e externa.

que esta tenha modo de examinar a natureza dos assuntos, postos na ordem do dia, e, no caso, intervir de direito, mediante uma representação sua, nas reuniões da Direção. Outro tanto será feito para as reuniões do Conselho diretor e do Conselho Nacional da Confederação do trabalho, os quais transmitirão as suas ordens do dia à Direção, para que esta, onde o creia útil e necessário, intervenha de direito nas reuniões do Conselho diretivo e do Conselho nacional.

4) Sempre com a finalidade de conservar as melhores relações entre os dois organismos, as secretarias da Confederação e da Direção manterão continuamente correspondência entre si.”

O texto encontra-se em: Adolfo PEPE, *Movimento Operaio e Lotte Sindacali (1880-1922)*, Loescher Editore, Torino, 1976, pp. 252-253 e em Edmundo Fernandes Dias, *Democracia Operária*, vol. 2, pp. 101-102.

Ainda em novembro, a 28, a seção socialista de Turim é ganha pelos “intransigentes rígidos”: Francesco Barberis, Giovanni Boero, Pietro Rabezzana, Giovanni Gilodi, Giovanni Parodi.

A CGL vai mais longe e, na reunião de seu comitê executivo, em Milão, 30 de novembro, pede: “1) Convocação da Constituinte; 2) abolição de todo poder arbitrário na direção do Estado; 3) voto universal, direto e secreto, sem distinção de sexo; representação proporcional; 4) transferência do parlamento aos corpos consultivos sindicais, devidamente transformados, dos poderes deliberativos na parte técnica das leis sociais e regulamentos relativos⁷; 5) desarmamento total e parcial; 6) abolição das barreiras alfandegárias; 7) respeito pelo princípio de autodecisão para todos os povos e imediata retirada das tropas enviadas contra a República russa; 8) taxa fortemente progressiva sobre a riqueza; confisco dos super-lucros de guerra; 9) socialização gradual do solo e do subsolo; 10) o cultivo da terra e a execução das obras públicas confiadas aos trabalhadores unidos em cooperativas no interesse da coletividade; 11) direito de controle por parte da representação dos operários sobre a gestão das fábricas; 12) fruto integral do trabalho a quem o produziu; 13) jornada máxima de oito horas; 14) segurança global contra os riscos do desemprego, dos desastres no trabalho, da doença, da invalidez e da velhice, correspondentes às exigências da vida; 15) elevação da cultura geral do proletariado com corajoso desenvolvimento e transformação absolutamente laica da educação infantil, da educação popular, do ensino profissional e de sua necessária integração.”⁸

Era na prática a retomada do programa de Milão. No campo da política acrescentava-se o “respeito ao princípio da autodecisão dos povos e (...) retirada das tropas enviadas contra (...) a Rússia” e a Constituinte como forma de transformação democrática do país. No que se refere à questão econômico-sindical modificações importantes eram feitas desaparecia a nacionalização das fontes hidroelétricas e de readequação da distribuição; no que tange a agricultura fala-se agora, esquematicamente, de socialização

⁷ Reivindicação retomada pelo fascismo.

⁸ citado por Pietro Secchia, *Capitalismo e classe operaria nel centro laniero d'Italia*, p. 389.

gradual do solo, ignorando a reivindicação das massas – a terra a quem a trabalha – e ignorava também qualquer pretensão de controle operário na fábrica. Tudo isso marcado por exigências impossíveis de serem atendidas mesmo pelo comunismo como, por exemplo, fruto integral do trabalho a quem o produziu.

Durante a reunião do Conselho as posições do *PSI* e da *CGL* estavam afastadas. Lazzari, da direção do *PSI*, convida a *CGL* a tratar dos seus problemas deixando as questões políticas para o partido; Bombacci também da direção do *PSI*, fala que deveria competir aos trabalhadores decidir como se faria a renovação do Estado: pela revolução ou pela legalidade, e, mais ainda, que as reformas propostas não ultrapassavam as funções burguesas. O *PSI*, em reunião de 7 a 11 de dezembro, declarava que

“estava pronto a sustentar aquelas reivindicações que as circunstâncias imporão e serão reclamadas pelas organizações proletárias, se propõe como seu objetivo a instituição da república socialista e a ditadura do proletariado com as seguintes metas:

- 1) socialização dos meios de produção e de troca (terra, indústrias, minas, ferrovias e navios) com a gestão direta por parte dos camponeses, operários, mineiros, ferroviários e marinheiros;
- 2) distribuição dos produtos feita exclusivamente pela coletividade por meio de entidades cooperativas e comunais;
- 3) abolição da conscrição militar e desarmamento universal em seguida à união de todas as repúblicas proletárias na *Internacional Socialista*.
- 4) municipalização das habitações civis e dos serviços hospitalares; transformação da burocracia, confiada à gestão direta dos funcionários.”⁹

Novamente se nota a desvinculação entre programa e realidade. O *PSI* não tinha nesse momento mais do que um radicalismo verbal. A *CGL* e os socialistas reformistas tomam, de imediato, posição contra esse programa maximalista. No entanto a *CGL* como também o *PSI*, não tem para o movi-

⁹ Alberto Malatesta, *I socialisti italiani durante la guerra*, pp. 200-201 e PCIn, *Storia della Sinistra Comunista*, p. 142. Grifo nosso.

mento operário, uma estratégia que possa incorporar os grupos médios urbanos e as massas camponesas. Em relação à estes últimos a direção socialista propõe a “socialização” do solo e reivindicações corporativas que atinjam apenas aos assalariados. O Partido Popular, apesar de tudo, é mais aderente ao mundo camponês e acaba por criar uma brecha entre os dois movimentos: o operário e o camponês.

Por outro lado é necessário afirmar que entre os camponeses e operários surge uma outra cisão grave. Para os camponeses, como observa Giuliano Procacci, “serem italianos, serem patriotas, significa ainda serem danunzianos, 'intervencionistas', sustentadores da disciplina militar e admiradores do sistema hierárquico”, enquanto que para os operários “serem democráticos, serem revolucionários, serem republicanos, significa ainda, em maior ou menor grau, serem (...) 'caporettisti’”¹⁰

Os socialistas também não tem resposta para poder incorporar ou neutralizar os setores médios. Tem que dar conta da existência de um exército que não está “a caminho, mas um exército em paz e em vias de progressiva desmobilização, com massas de candidatos ao desemprego e de camponeses desmobilizados da guerra à quem o governo promete a terra e que são organizados ou pelos populares ou por grupos políticos democrático-burgueses de ex-combatentes, principalmente no Sul.”¹¹ E para eles o *PSI* não tem nenhuma política.

Novamente se tenta, em Bolonha, no fim de dezembro, recompor a unidade entre o sindicato e o partido. Ludovico D'Aragona, líder da *CGL* ameaça romper o *Patto di alleanza* com o *PSI* se a direção partidária insistisse na via revolucionária. As duas organizações se comprometem a reunir seus congressos para ouvir as bases. A *CGL* encontra na luta contra a direção do *PSI* o apoio do grupo parlamentar dominado pelos reformistas. Na reunião de junho de 1919, D'Aragona com o apoio de Modigliani e Bussi, do

¹⁰ Giuliano Procacci, *Appunti in tema di crise dello Stato liberale e di origini del fascismo*, in *Studi Storici*, a. VI, n° 2, abr-jun de 1965, pp. 236-237, citado por Spriano, *Storia del PCI*, pp. 31-32. Também em Procacci, *History of the Italian People*, p. 407. Caporetto uma das grandes derrotas militares italianas na guerra é usada, por Gramsci, como sinônimo de fracasso e de derrota.

¹¹ Spriano, *op. cit.*, p. 33.

grupo parlamentar, apresenta a moção da *CGL*, que é, contudo, derrotada pela moção de Turati e Prampolini, que aceitando pequenas reivindicações recusavam explicitamente o caminho revolucionário indicado pela direção do *PSI*. Essa moção negava até mesmo as reformas políticas que a *CGL* aceitara. Diziam seus autores que não se devia ter ilusões de “que a república socialista possa em qualquer lugar criar-se e consolidar-se com um ato instantâneo e prodigioso da parte de exíguas minorias”, que se deveria evitar os perigos do “esmagamento sanguíneo da revolta” e de uma “mudança puramente formal e superficial da estrutura política”. Diziam mais que não se deveria “exonerar as classes e as camadas que quiseram a guerra, das terríveis responsabilidades das suas fatais e possíveis conseqüências”.¹²

O Conselho da *CGL* reafirmava pois que: “sem alimentar perigosas ilusões sobre a possibilidade de imprevistas mudanças econômico-sociais, quando se delineiam determinadas condições a Confederação deve concretizar as aspirações da luta dentro dos limites do seu programa”. Reafirmava a defesa da Constituinte “com eleições por categorias profissionais, com base em repartições que um censo expressamente realizado deve determinar entre todas as camadas sociais sem exclusão de sexo. A este propósito se observa que somente através de um tal sistema, novo, representativo, a soberania popular poderá ser exercida de maneira mais direta acentuando isto a luta de classe e oferecendo a garantia de uma melhor funcionalidade dos órgãos estatais”.¹³

O *PSI* vive um perpétuo clima de efervescência, os maximalistas se agitam muito, os direitistas não têm muita tranqüilidade, as massas se radicalizam. Chabod nos conta que a 21 de janeiro de 1919, o velho líder Filippo Turati discursava em uma assembléia socialista: “Devemos preparar as consciências para o advento da sociedade socialista, mas, ao mesmo tempo, importa operar por meio da gradual transformação da sociedade”. Justo nesse momento alguém o interrompe: “Demora muito!” E Turati responde: “se conhecem um caminho mais rápido, me indiquem”. Ao que muitos gritam: “A Rússia, a Rússia, viva Lenin.”¹⁴

¹² *Avanti!*, 15-1-1919, citado por Barbadoro, *op. cit.*, pp. 364-365.

¹³ *Confederazione...*, p. 256, citado por Barbadoro, *op. cit.*, 367.

¹⁴ Chabod, *op. cit.*, pp. 48-49.

A questão da Constituinte que Serrati defendera no *Avanti!* de 6 de janeiro, no artigo *La Nostra via*, volta às colunas do jornal, no dia 2 de fevereiro, com as declarações de D'Aragona que afirma que a CGL é favorável “à convocação de uma Constituinte, mas com eleições baseadas nas categorias profissionais.”¹⁵ Nesse mesmo dia e no mesmo jornal Bianchi, líder sindical mais à esquerda declarava: “Queremos também a República Socialista. Dizemo-lo de modo claro e peremptório na nossa moção. Sabemos contudo que em primeiro lugar o exercício do poder público por parte do proletariado comporta algo de ditatorial. Mas não é necessário teorizar a ditadura do proletariado.”¹⁶

No *Avanti!* do dia 6 é publicada a irônica réplica de Bombacci: “A Constituinte soviética é (...) um anfíbio democrático-socialista, que não tem a força dinâmica para uma revolução e é muito gaiata para uma evolução no campo constitucional burguês”.¹⁷

Em fevereiro os jovens socialistas italianos divulgam a carta-convite de Lenin para a fundação da Internacional, embora o Partido ainda “não o soubesse”, como Lazzari quis fazer crer no Congresso de Bolonha. E no dia 26, em Genova, a CGL e a *Confindustria* assinam o primeiro acordo concedendo as oito horas abrindo assim o caminho para a generalização da medida.

Em março no I Congresso da Internacional Comunista entre outras coisas Turati é acusado de centrista, de social-pacifista. Fala-se em ruptura aberta com os reformistas.¹⁸ É o início da luta contra a direita em todos os partidos socialistas; luta fundamental para os bolcheviques.

¹⁵ Barbadoro, *op. cit.*, p. 368.

¹⁶ *idem.*

¹⁷ *idem.*

¹⁸ “O 'Centro' enviou seus representantes à Berna, à Conferência internacional dos socialistas do compromisso, facilitando assim aos Scheidemann e aos Renaudel sua tarefa de enganar os operários.

É absolutamente necessário separar do 'Centro' os elementos mais revolucionários, o que só se pode atingir pela crítica impiedosa e comprometendo os chefes do 'Centro'. A ruptura organizativa com o 'Centro' é uma necessidade histórica absoluta. A tarefa dos comunistas de cada país é de determinar o momento desta ruptura segundo a etapa que o movimento tenha atingido entre eles.”, Cf. *Internationale Communiste, Manifestes, thèses et résolutions des quatre premiers congrès mondiaux de l'Internationale Communiste*, p. 15.

Reunida entre 18 e 22 de março, a direção do *PSI* decide por uma maioria de 10 a 3 aderir à Internacional Comunista, mas deixa a decisão final para o Congresso de Bolonha. A *CGL* tem suas posições sólidas e a reivindicação da Constituinte aparece novamente nos comícios e nos manifestos no 1º de maio. No número de *Battaglie sindacali*, órgão da *CGL*, desse dia, dirigindo-se ao partido, a confederação acusa: “Vós da direção, que deveis por em execução o fato insurrecional, com vossa propaganda servís de afugentadores de um número de pessoas e camadas suscetíveis de tornarem-se atores da revolução.”¹⁹ *O Avanti!*, do dia 8 de maio, publica a resposta de Bombacci: “De fato podemos demonstrar-lhe o contrário. Nossas forças se multiplicaram, as subclasses se precipitam na classe proletária (...). Somos pela pressão até romper os muros.”²⁰

A luta entre o sindicato e o partido se agrava dia a dia, passo a passo. Se a 1º de maio a Constituinte aparecia como ótimo instrumento de luta, da passagem do poder político capitalista ao proletariado, já em agosto, na reunião do seu Conselho Nacional, a *CGL* aprova moção afirmando que “o proletariado não pretende limitar-se às conquistas materiais momentâneas, e sente, pelo contrário, a necessidade de atacar a fundo a sociedade capitalista até eliminar os contrastes entre salário e capital, instaurando o regime comunista de produção e de troca.”²¹

O Avanti! de 11 de julho de 1919, publica a moção Gennari aprovada no dia anterior pela direção do *PSI*: “exorta aos camaradas e aos trabalhadores (...) a rechaçar toda forma de colaboração com os comitês de aprovisionamento, comitês mistos, etc.”. E mais, criar “aí onde não existam, conselhos operários, formados somente pelos representantes do partido, das organizações proletárias e das associações proletárias de mutilados. Nestes conselhos, sua tarefa será, no momento, orientar e ampliar a agitação atual contra a carestia. Sua ação se desenvolverá exclusivamente no terreno da luta de classes e se ajustará ao princípio segundo o qual *uma ação decisiva do proletariado deve desembocar na conquista do poder político e econômico*, e

¹⁹ citado por Barbadoro, *op. cit.*, p. 363.

²⁰ *idem.*

²¹ *Confederazione...*, p. 273, citado por Barbadoro, *op. cit.*, p. 372.

que este poder baseado na ditadura do proletariado, deve ser confiado inteiramente às organizações de classe operária.”²²

Esta é a curiosa e, mesmo, arrogante resposta que o *PSI* oferece a um movimento que começou um mês antes – ver o item *I moti per i caroviveri* – espontaneamente e que gradualmente a burocracia sindical local conseguirá “acalmar”. E que terminará praticamente no dia 10 de julho. Mas não fora apenas o *PSI* que “tardara” a “guiar” o movimento, também a *CGL*, pois esta só se pronunciou no dia 5 de julho.

Novamente o *PSI*, apesar de ser maximalista, ou talvez por isso mesmo, tenta “acalmar” as massas, advertindo no dia 4 de julho – ainda estamos em plena luta contra a carestia – através de Bombacci que a greve de solidariedade internacional pela Rússia e Hungria “não é revolucionária e sim apenas uma demonstração de força”.²³

A posição maximalista vem sendo pouco a pouco clarificada por eles mesmos. Serrati, escreve na revista *Comunismo*, no seu primeiro número, a 1 de outubro, um artigo intitulado *In vista del Congresso di Bologna*. E é aí que ele defende a tese segundo a qual: “nós, os marxistas, interpretamos a história, não a fazemos (!) e renovamos, nos tempos, segundo a lógica dos fatos e das coisas. Não atribuímos nem ao princípio nem à barricada a virtude transformadora. Cremos que haja mais substância revolucionária na transformação dos meios produtivos do que em todas as proclamações abstratas. Afirmamos também que nossas próprias idéias não são senão consequência desta transformação. O industrialismo, o trustismo, o colonialismo, o imperialismo, a guerra: eis os fatos burgueses que amadurecem o devenir socialista.”²⁴ Curiosa inversão da XI Tese sobre Feuerbach, que acaba dando razão, uma vez mais, a Gramsci, quando ele disse que “o Capital era o livro dos burgueses”. Tomando radicalmente um determinismo tosco como sendo a teoria, os “marxistas” maximalistas se imobilizam e conduzem as massas ao fracasso.

²² citado por Tasca, *El nacimiento del fascismo*, p. 357.

²³ *idem*, p. 358.

²⁴ Giacinto Menotti Serrati, *In vista del Congresso di Bologna*, *Comunismo*, a. 1, n° 1, 1-10-1919, p. 15.

O Congresso de Bolonha, reunido de 5 a 8 de outubro, vai terminar com uma nova vitória maximalista. Foi, como disse Turati, um “congresso de candidatos”.²⁵ A ala reformista se coloca francamente contra a tomada violenta do poder, não queriam eximir a burguesia de pagar pelos erros da guerra... deixando-a governar. Concluírá seu discurso profetizando “décênios de pobreza e de sofrimento” aos russos “pela adequação a um regime imposto à uma sociedade claramente imatura”.²⁶ Mas eles estão divididos: e entre eles D'Aragona e sua proposta pela Constituinte são minoritários. Os maximalistas também estão divididos, sendo que o que os une é o mito da revolução russa. A revolução italiana decorreria da crise atual (no que os reformistas concordavam). O único problema é que os maximalistas não tinham nenhuma análise de conjuntura, nenhum programa de ação. Apenas um generoso radicalismo verbal. A divisão entre os maximalistas se exprime entre Lazzari e Serrati. O velho Lazzari era pela revolução: mas sem uma violência previamente pensada e organizada, muito mais pela propaganda; Serrati, pela violência.

Restavam ainda posições menores como as de Bordiga e Gramsci. Bordiga insiste em um ataque às eleições como forma corruptora e opta pelo abstencionismo eleitoral (em novembro de 1919 ocorreriam as eleições). Enquanto isso Gramsci está mais preocupado na organização de uma democracia operária, que se desenvolve mais limitadamente em Turim com o movimento dos Conselhos de Fábrica.

Comprimidos pelos maximalistas os reformistas acabam votando em Lazzari que apresenta a seguinte moção: “O XVI Congresso do PSI (...) declara que o conceito de conquista dos poderes públicos (...), assumidos no programa de 1892, deve ser retificado no sentido de que essa conquista aponta a sua substituição pelos conselhos de trabalhadores”. A moção de Serrati não difere substancialmente: “Considerando que (...) os instrumentos de opressão e de exploração do domínio burguês não podem ser de modo algum transformados em organismos de libertação do proletariado (...) a tais órgãos devem ser opostos novos órgãos proletários (conselhos dos trabalhadores, camponeses, operários... etc.) os quais, funcionando primeiramente no

²⁵ Arfé, *op. cit.*, p. 269.

²⁶ *idem*, p. 255.

domínio burguês como instrumentos da violenta luta de libertação, se tornarão depois organismos de transformação social e econômica, e de reconstrução da nova ordem econômica".²⁷ Dizemos que não muda substancialmente porque ambas acabam por ter que fazer concessões formais aos conselhos: a diferença real estava em que Lazzari pretendia apenas a reforma do Programa de 1892.

Já Bordiga propõe uma moção realmente distinta: expulsão dos reformistas; daqueles que admitissem a possibilidade da emancipação do proletariado ainda no regime capitalista e repudiassem o método da luta armada contra a burguesia; a luta pela criação do Partido Comunista; e obviamente o abstencionismo eleitoral.

Feita a votação deu-se a vitória serratiana. A moção Serrati, maximalista-eleitoralista obtem 48 411 votos (73%), e 1 012 seções (71%); a moção Lazzari, maximalista-unitária, fica com 14 480 votos (22,%) e 339 seções (23,9%); e finalmente a moção Bordiga, comunista-abstencionista com 3 417 votos (5%) e 67 seções.²⁸

A vitória socialista nas eleições preocupa não apenas os italianos mas a burguesia européia como um todo. Clemanceau declarar expressamente que "fará não importa o que e que autorizará não importa que meios para impedir que a Itália ceda à maré revolucionária".²⁹

É evidente que Clemanceau não lera o artigo de Turati, publicado na *Critica Sociale*, de 24 de novembro, comemorando a vitória eleitoral: "É uma revolução! legal, legalíssima; pacífica, muito pacífica; mas sempre uma revolução. (...) O proletariado, que tem a intuição profunda da situação presente, secundar com sabedoria a obra dos seus chefes e eludir é graças à sabedoria da espera e à sua confiança em si mesmo, as tentativas de excitação de que a demagogia dos vencidos é sempre pródiga. (...) Reprovamos ao 'maximalismo' italiano de inverter, de falsear o processo real do Real; de crer e de fazer crer no valor criador da violência, não somente na ordem política que é superficial, mas ainda da ordem social que está profundamente enrai-

²⁷ Abrate, *op. cit.*, p. 313.

²⁸ Alfonso Leonetti, *Mouvements ouvriers et socialistes d'Italie*, p. 136.

²⁹ *idem*, p. 137.

zada na vida do povo; de distrair, de afastar de toda ação frutífera, eficaz, revolucionária, de ser em uma palavra o mais absoluto dos 'minimalismos', ou – o que é pior – o nulismo, ou – o que é pior ainda – o esforço sem saída, o *bluff* das palavras e a inevitável reação; de ser, sem o querer, no terreno da tática, isto é, da 'práxis', justamente a antirevolução e o antisocialismo.

Na realidade 'o maximalismo' é um fenômeno sentimental e utópico, que, como todas as utopias e todos os sentimentalismos, pode vir a ser uma força na realidade, à condição de que esteja no bom caminho e que seja cuidadosamente medido e controlado. (...) Nos soviets, grupos inorgânicos de operários, de camponeses e de soldados, todos tomados pelos seus pequenos interesses materiais, sem visões superiores e de conjunto (...), em freqüentes conflitos de egoísmo entre si, a grande alma que constitui a mola das instituições políticas na nossa civilização não vibra e não podia aliás vibrar. Eles estão mais para a horda do que para a '*urbs*'. Querer propo-los como modelo, sonhar substituir com eles nossas grandes Federações de Trabalhadores, nossos Corpos políticos nacionais, nos quais o sufrágio universal esclarecido, pode amadurecer as energias inovadoras (...), isto nos parece uma ilusão infantil.³⁰

A longa citação nos encaminha à compreensão das lutas internas.

Logo após o Congresso a *CL* de Turim, no final de 1919, aprova moção que declara:

"A *CL* de Turim, reconhecendo que o Congresso de Bolonha impôs a todos os trabalhadores socialistas e comunistas o dever de iniciar a ação de preparação para a gestão operária, declara que o movimento espontaneamente partido das fábricas turinesas demonstrou que a maioria dos operários está profundamente convencido da necessidade de iniciar o trabalho concreto para a transformação comunista do organismo produtivo e afirma que isso é um sinal da maturidade política das massas. Em relação aos princípios aos quais se deve conformar a ação para a constituição dos conselhos acredita:

a) que os novos organismos (instrumento que a classe operária plasma para adquirir todo o poder social, partindo da fábrica e ampliando-se à todos os ramos da produção) devem aderir e adestrar-se estreitamente ao processo de produção e de riqueza da vida social;

³⁰ Silvio Trentin, *L'aventure italienne*, pp. 221-223.

- b) que neles a massa de todos os produtores manuais e intelectuais devem encontrar uma forma orgânica e tornar-se exército disciplinado e consciente dos seus fins e dos meios adequados para atingi-lo;
- c) que esta criação de novos organismos não tende a tolher a autoridade das organizações existentes, políticas e econômicas do proletariado, mas para integrar com elas o poder máximo dos conselhos de trabalhadores.³¹

Natoli comenta que isso ocorria quando “pela primeira vez na Itália pareciam realizar-se as condições objetivas para a superação da contraposição entre o proletariado do Norte e o campesinato do Sul, que foi o preço gravíssimo do experimento reformista giolittiano, e para a realização de uma estreita ligação política entre estes dois estratos sociais decisivos.”³²

Em janeiro de 1920 reúne-se em Florença o Conselho Nacional do *PSI*, que através uma moção de Bombacci, aprovada a 13 de janeiro dá a Direção do Partido mandato para providenciar “*em menos de 2 meses (...) a constituição definitiva dos conselhos dos trabalhadores.*”³³

Continua o jogo maximalista.

3.2. A nova sinistra do PSI

Dois grupos de esquerda vão se formando no *PSI*. Um deles se reúne em torno de Amadeo Bordiga e do jornal *Il Soviet*, fundado em 22 de dezembro de 1918, o outro em torno de Antonio Gramsci, Angelo Tasca, Umberto Terracini e Palmiro Togliati e do jornal *L'Ordine Nuovo*, fundado a 1º de maio de 1919.

A posição bordiguista, a partir da qual ele forma sua fração de extrema esquerda, é o abstencionismo eleitoral. Já em março de 1917, no *Avanti!* Bordiga salientava ser inadmissível a presença dos reformistas no *PSI*. Ele, desde logo, não acreditava ser tarefa do partido dar atenção às lutas parciais. E como o *PSI* trilhava a via eleitoral era inevitável que perdesse tempo

³¹ Abrate, *op. cit.*, pp. 313-314.

³² Claudio Natoli, *L'Internazionale Comunista, il fronte unico e la lotta contra il fascismo in Italia e in Germania*, p. 94.

³³ citado por Paris, *op. cit.*, p. 182. Grifos de Paris.

com essas lutas e que os reformistas estivessem dentro do partido. O problema não era tanto evitar as derrotas dos movimentos parciais mas, pelo contrário, retirar delas o máximo para a criação de um verdadeiro partido revolucionário. Vê na ação eleitoral o equívoco e o oportunismo maximalistas. Escreve no *Il Soviet*, do dia 16 de junho de 1919, combatendo as eleições: “Chamar o proletariado às urnas equivale, sem mais nem menos, a declarar que não se tem nenhuma esperança de realizar as aspirações revolucionárias e que a luta deverá desenvolver-se necessariamente dentro da ordem burguesa.”³⁴ Sustenta que a ação no Parlamento é obra de deseducação, de corrupção, que exaure o partido sem o menor proveito.

O grupo ordinovista está muito mais voltado para um trabalho de educação política. Vê as eleições como momento pedagógico: “Era necessário um acontecimento pré-revolucionário que fizesse convergir a atenção das massas simultaneamente sobre os seus próprios problemas e sobre a solução deles propostas pelas várias correntes políticas. Era necessário que a classe dirigente, por um lado, e as multidões, por outro, fossem obrigadas, a assumir uma fisionomia, e sair do indistinto genérico e tumultuoso produzido pela guerra, a distinguir-se, a diferenciar-se em tendências e correntes unitárias.”³⁵ Mais do que o oportunismo, a fatalidade, Gramsci vê na ação parlamentar uma forma de organização política da classe operária: “Não se trata de conquistar o Parlamento como forma estável de poder social. Os socialistas querem enviar muitos representantes ao Parlamento para romper o encanto da 'soberania popular', para golpear no coração da classe proprietária.”³⁶

Em carta à Internacional (10-11-1919) Bordiga anuncia a vontade de cindir com o PSI e constituir um partido puramente comunista. Conclui: “Vale notar que *não temos relações de colaboração com movimentos fora do partido*: anarquistas e sindicalistas, porque seguem princípios não comunistas e contrários à ditadura proletária; assim eles *nos acusam de sermos mais autoritários e centralizadores que os outros maximalistas do Partido*. É ne-

³⁴ citado por Spriano, *op. cit.*, p. 29.

³⁵ Antonio Gramsci, *I risultati che attendiamo, L'Ordine Nuovo*, 17-11-1919, in *ON*, p. 321.

³⁶ Gramsci, *Lotta antiborghese, Avanti!*, 13-11-1919, in *ON*, p. 313.

cessário na Itália um complexo trabalho de clarificação do programa e da tática comunista ao qual dedicaremos todas as nossas forças. Se não tivermos êxito em organizar um partido que se ocupe única e sistematicamente da propaganda e da preparação comunista do proletariado a revolução poderá resolver-se em uma derrota. Sobre a tática, e principalmente no que se refere à constituição dos *soviets*, parece que estamos cometendo erros mesmo com os nossos amigos, com o perigo de que tudo se limite a uma modificação reformista dos sindicatos de ofício. Trabalha-se de fato na construção de comitês de fábrica, como em Turim, reunindo depois todos os comissários de uma dada indústria que tomam a direção do sindicato profissional com a escolha do comitê executivo. *Parmanecer-se assim fora das funções políticas dos Conselhos operários os quais deveriam preparar o proletariado – mas sendo, segundo nossa opinião, o problema mais importante o de organizar um potente partido de classe (comunista) que prepare a conquista insurrecional do poder às mãos do governo burguês*.³⁷

Tais propostas são reafirmadas em carta a 11 de janeiro de 1920, ainda para a Internacional, onde ao referir-se a Turim, Bordiga afirma: “Quanto aos conselhos operários, eles existem na Itália, apenas em algumas cidades, compostos por comissários de seção, que se ocupam das questões internas da empresa. Pelo contrário é nosso propósito tomar a iniciativa da constituição dos *soviets* municipais eleitorais, eleitos diretamente pela massa reunida por fábrica ou por aldeia, porque pensamos que na preparação da revolução, a luta deve ser essencialmente política”.³⁸ Após comentar que na Itália não se trata de unir luta legal e luta ilegal, como falava Lenin, mas de “começar a diminuir a atividade *legal* para iniciar a *ilegal* que realmente falta”³⁹ e conclui anunciando para dentro de poucos meses a cisão com o PSI.

O bordiguismo consegue seguidores: entre os operários e socialistas turineses – os “rígidos” da guerra – contra os “notáveis” da seção e contra os expoentes da direita socialista; entre os maximalistas milaneses, intransi-

³⁷ in Antonio Gramsci, *Selections of Political Writings (1910-1920)*, pp. 207-210 e também citado por Spriano, *op. cit.*, pp. 38-39. Grifos nossos.

³⁸ in *idem*, pp. 210-213 e também citado por Secchia, *op. cit.*, p. 361. Grifos nossos.

³⁹ *idem*. Grifos de Bordiga.

gentes na luta contra Turati; em Arezzo, Florença, Puglie, além do seu centro vital: Nápolis. Bordiga propõe a restauração do marxismo ortodoxo e a criação do Partido Comunista.

Apesar das diferenças entre os dois grupos, o do *Il Soviet* e o do *L'Ordine Nuovo*, ambos fundamentam seus programas a partir da crítica de fundo contra todo o socialismo “burguês” encarnado no *PSI* e na *CGL*. Ambos buscam dar à classe operária uma nova direção revolucionária, contra o Estado burguês e a favor da instauração da ditadura do proletariado.

Il Soviet desde o início da sua publicação, em 22 de dezembro de 1918, começara a colocar a questão da constituição de uma fração nacional no interior do *PSI*, graças à qual dentro de dois anos se daria a formação do núcleo comunista. Sua negação absoluta e intransigente, fundamento do seu sucesso entre as massas, fecha a porta a todas as alianças e a qualquer forma de colaboração com a burguesia.

O *L'Ordine Nuovo* tem, em contrapartida, uma temática mais rica. Tenta ligar-se aos problemas concretos do operariado turinês e ver o processo revolucionário da classe de maneira mais original. Não coloca, contudo, a questão da constituição da fração e sua ação é puramente regional.

Il Soviet, como vimos, toma posição contra as eleições. O *L'Ordine Nuovo* coloca-se a favor das eleições. Bordiga no Congresso de Bolonha consegue 5% dos delegados para sua tese.

O movimento turinês pelos *CF* ainda lutava e Bordiga já atacava a tática consiliar: “Os conselhos operários surgem no momento da insurreição política, mas podem também surgir em um momento histórico em que o poder da burguesia atravesse uma grande crise (...). O problema revolucionário não consiste na criação formal dos Conselhos e sim na passagem do poder político à suas mãos (...). Não nos dirigimos à conquistas parciais”.⁴⁰

Após o fracasso da greve, no *Il Soviet*, de 2 de maio, ele volta a carga. Reconhecendo os méritos do grupo turinês Bordiga critica a supervaloriza-

⁴⁰ Amadeo Bordiga, *Le Tesi sui Consigli Operai*, *Il Soviet*, a. III, n° 11, 11-4-1920, citado por Spriano, *op. cit.*, p. 42. Aliás, já em fevereiro, ele havia polemizado com Gramsci contestando os Conselhos de fábrica como revolucionários em substituição ao partido.

ção do problema do controle operário. Isto levou, segundo ele, “o movimento comunista de Turim a uma via errada: a colocar a questão do poder nas fábricas ao invés da questão do poder político central. (...) Tudo isto faltou, e devia faltar, se falta o partido que persegue os problemas da revolução”.⁴¹ Apesar dessa busca reiterada da forma organizatória falta a Bordiga uma concepção da ligação entre espontaneidade revolucionária das massas e a direção responsável do Partido. O mesmo vale para os turineses. Para Bordiga, contudo, a ditadura da classe se identifica com o partido. A revolução é obra de um pequeno número de revolucionários.

A resposta indireta do *L'Ordine Nuovo* ao *Il Soviet* vem dada pela acentuação turinesa à criatividade revolucionária espontânea das massas. Não como voluntarismo, salienta Gramsci, mas contra a idéia de “uma instauração do poder proletário como uma ditadura do sistema de seções do partido socialista”.⁴² Até o início de 1920 os turineses são contra as cisões no partido, não pedem a expulsão dos reformistas, nem propõem a organização de uma fração comunista. Só com a derrota dos *CF* é que veremos crescer entre eles a necessidade do Partido Comunista.

O *Avanti!* de 1º de maio publica as baixas operárias: de abril de 1919 e abril de 1920, foram mortos pelas forças da “ordem” 145 trabalhadores. E feridos mais 444. Nesse mesmo dia, pelo menos, se acrescentam mais dez mortos. O 1º de maio, comemorado pelas forças da “ordem” com 5 mortos em Turim, 3 em Paola e 2 em Pádua.

A 8 de maio de 1920, realiza-se em Florença uma reunião entre os abstencionistas, os velhos expoentes do Partido e os jovens da oposição de esquerda do *PSI*. A Internacional envia Carlo Nicolini (Nikolai Markovicz Liubarski)⁴³ como representante. Ele salienta a necessidade da unidade das forças de esquerda do *PSI* e de não apressar a cisão. À Conferência Nacional da Fração Comunista Abstencionista comparecem: Francisco Misiano (pelos maximalistas de esquerda), Antonio Gramsci (*L'Ordine Nuovo*) e Gennari (direção do *PSI*).

⁴¹ citado por del Carria, *op. cit.*, p. 137.

⁴² *idem*, p. 138.

⁴³ Nicolini tinha, em 1919, ajudado Serrati a fundar a revista *Comunismo*.

Nesta reunião, Bordiga ataca a proposta da Internacional pela unidade das “forças sadias” do *PSI*. Gramsci sustenta a necessidade de abandonar a restrita base do abstencionismo e congregar todas as forças revolucionárias. Bordiga discorda: o abstencionismo é uma garantia de pureza do movimento. Além disso ele não tem pressa e, mais do que isso, ele desconfia dos ordinovistas. Mais tarde, em julho, Bordiga, em Moscou, acaba por “aceitar” as pressões contra o abstencionismo programático e por uma fração comunista mais ampla.

Para Gramsci, a situação não é tranqüila em Turim. Mesmo entre os ordinovistas ele é minoria: Tasca tende a valorizar a *CL* e a sindicalizar os *CF*, e Togliati e Terracini estão mais próximos dos bordiguistas. Em agosto, a seção turinesa cai sob o controle de Togliati e Terracini, com o apoio de Tasca, Montagnana e Roveda (os eleitoralistas) que conseguem 466 votos. Os bordiguistas (Boero, Parodi, etc.) conseguem 186 votos. Quanto ao Grupo de Educação Comunista (Gramsci, Santhià, Bianco e Viglongo) somam apenas 31 votos. Gramsci está bastante isolado.

3.3. *Intermezzo*: os italianos no II Congresso da Internacional

O II Congresso se reúne em Moscou, julho. A bancada italiana é numerosa e heterogênea: Serrati e Vacirca pela direção do *PSI*; D'Aragona, Giuseppe Bianchi e Emilio Colombino pela *CGL*; Dugoni, Pozzani, Nofri pela *Lega Nazionale delle cooperative*; Luigi Polano pela juventude e Amadeo Bordiga. Nenhum deles, no entanto, com credenciais de plenipotenciários do *PSI*.

A chegada à Moscou não é das melhores. O *Pravda* os “saúda” na sua edição de 18 de junho com um artigo de Bukharin que, depois de falar da necessidade de expulsar os reformistas turatianos, diz: “O *PSI* não se decidiu a colocar franca e lealmente a insígnia comunista na porta de sua casa porque muitas dezenas de advogadinhos italianos formam a maior parte do grupo parlamentar”.⁴⁴ O mal estar e as lutas internas aumentam quando chega telegrama de Gennari definindo a bancada do *PSI*: Serrati, Graziadei, Bomacci.

⁴⁴ citado por Spriano, *op. cit.*, p. 66.

Mas a crítica aos italianos não fora apenas de Bukharin. Lenin no *Esquerdismo, doença infantil do Comunismo*, premia quase todo o PSI. Comentando a situação do partido, embora declare conhecer pouco a atividade do partido, diz: “Bordiga e sua fração tem razão quando atacam Turati e seus partidários que, permanecendo em um partido que reconheceu o poder dos *Soviets* e da ditadura do proletariado, permanecem também membros do parlamento e continuam a sua velha política oportunista. Tolerando este estado de coisas Serrati e todo o partido socialista italiano cometem evidentemente um erro que ameaça ser tão nocivo e perigoso quanto o que foi cometido na Hungria quando os Turati húngaros sabotaram de dentro o partido e o poder dos *Soviets*”.⁴⁵

No entanto antes do II Congresso Lenin se atualiza a respeito dos partidos socialistas e em dois anexos, “Turati e Cia. na Itália” e “Conclusões falsas de premissas justas”, ele precisa sua crítica. Em “Turati e Cia. na Itália” ele transcreve uma entrevista que o deputado reformista tinha concedido ao *Manchester Guardian*, de 12 de março. Após afirmar que não há um real perigo revolucionário na Itália, Turati critica os maximalistas por “brincarem com o fogo das teorias soviéticas simultaneamente para manter as massas alertas, excitadas”.⁴⁶ Essas teorias para ele nada mais seriam do que lendas, “programas sem maturidade, praticamente inutilizáveis”.⁴⁷ E, depois de afirmar que as greves se multiplicavam “por qualquer motivo” ele advertia que o país estava irritado, “abatido pela sua dívida externa e pela inflação desenfreada; e no entanto, está longe de compreender a necessidade de se assimilar à disciplina do trabalho, que é a única que pode trazer a ordem e a prosperidade”.⁴⁸

Diante desse quadro Lenin conclui pela justeza da crítica levada a efeito pelo grupo bordiguista quanto à necessidade de expulsar a Turati e seus partidários para que o *PSI* se transforme em um autêntico *PC*. Mas, diz Lenin, em “Conclusões falsas de premissas justas”: “o camarada Bordiga e seus amigos 'de esquerda' tiram da sua justa crítica a Turati e cia, a conclu-

⁴⁵ Lenin, *Obras Completas*, v. 31, p. 61.

⁴⁶ citado por Lenin, *op. cit.*, p. 100.

⁴⁷ *idem.*

⁴⁸ *idem.*

são falsa de que em princípio toda participação no parlamento é nociva. (...) Eles ignoram simplesmente (ou se esforçam por ignorar) os exemplos internacionais de utilização revolucionária e comunista dos parlamentos, utilização incontestavelmente útil à preparação da revolução proletária. Incapazes simplesmente de pensar esta utilização 'nova', clamam, repetindo-se sem fim, contra a utilização 'antiga', não bolchevique do parlamentarismo".⁴⁹ E conclui: "Repudiar a participação no parlamentarismo tem isto de pueril que é imaginar-se, por meio deste procedimento 'simples', 'fácil', e pretensamente revolucionário, 'resolver' o difícil problema da luta contra a influência democrático-burguesa *no interior* do movimento operário, enquanto que na realidade, não se faz senão fugir de sua sombra, fechar os olhos sobre as dificuldades, eludi-las com palavras".⁵⁰

Se dedicamos este espaço à tais comentários é porque o livro de Lenin será uma das bases, senão a base, do Congresso. É nesse Congresso que se estabelecem as "21 Condições" para aderir à Internacional. Entre elas se encontra aquela que exige dos aderentes a expulsão dos reformistas. Turati e Modigliano são expressamente citados. Na 2ª condição o texto é claro: "Toda organização que deseje aderir (...) deve regular e sistematicamente afastar dos postos que impliquem qualquer responsabilidade no movimento operário (...) os reformistas e os 'centristas'".⁵¹ A 6ª afirma: "Todo partido (...) tem por dever renunciar tanto ao social-patriotismo confessado quanto o social-pacifismo hipócrita e falso".⁵² Na 7ª vem a condenação formal: "Os partidos (...) tem por dever reconhecer a necessidade de uma ruptura completa e definitiva com o reformismo e a política de centro e de preconizar essa ruptura entre os membros da Organização. (...) A Internacional Comunista não pode admitir que os verdadeiros reformistas como Turati (...) Modigliani, e outros tenham o direito de se considerar como membros da III Internacional."⁵³

⁴⁹ Lenin, *op. cit.*, p. 111.

⁵⁰ *idem*, p. 112.

⁵¹ *Internationale Communiste, op. cit.*, p. 39.

⁵² *idem*, p. 40.

⁵³ *idem*.

Não ficam aí as surpresas: quando Lenin lê o 17º ponto das teses sobre “As tarefas principais da Internacional Comunista”, a reação da bancada italiana sempre tão dividida é pela primeira vez unânime. Lenin afirmava: “No que se refere ao Partido Socialista Italiano o 2º Congresso da 3ª Internacional, reconhecendo que a revisão do programa do partido vetado o ano passado por este partido no seu congresso de Bolonha marca uma etapa muito importante na transformação para o comunismo, e que as posições apresentadas pela seção de Turim ao Conselho Geral do Partido publicadas no jornal *L’Ordine Nuovo*” de 8 de maio de 1920 correspondem à todos os princípios fundamentais da 3ª Internacional, pede ao Partido Socialista Italiano examiná-las, no próximo Congresso que deve ser convocado em virtude dos estatutos do Partido e das disposições gerais sobre a admissão da Internacional Comunista, particularmente no caso da fração parlamentar, dos Sindicatos e dos elementos não comunistas do Partido.”⁵⁴

Lenin referia-se ao documento *Per un rinnovamento del partito socialista*, aprovado pela seção turinesa em plena greve de abril. A resposta é imediata. Serrati e Graziadei falam que se estava valorizando os rebeldes turineses, indisciplinados, frenéticos e isso significava aceitar as acusações dos indisciplinados contra a direção do Partido. Bombacci fala que é perigoso valorizar tendências sindicalizantes. Acusa-se Gramsci e Togliatti de “intervencionistas”, de terem caído na ilusão eleitoralista, de serem propensos ao anarquismo, de serem idealistas.

Serrati expressa as divergências em relação às “21 Condições”. No entanto ele quer apenas uma maior autonomia do partido. Não acredita na situação revolucionária européia: na Alemanha talvez, na França e na Inglaterra nunca, quanto à Itália ele a admite embora sem nenhuma ênfase. No que se refere à depuração dos reformistas, ele, em tese, não é contra, mas quer ter o direito de escolher como e quando. E afirma que era possível um iminente “contra ataque violento da burguesia, e em tal caso uma depuração, sinônimo de uma cisão, teria sido uma loucura”.⁵⁵

⁵⁴ *idem*, p. 47.

⁵⁵ Arfé, *op. cit.*, pp. 290-291.

Lenin responde: “Seguramente não temos o sincerômetro, como disse Serrati, para provar a boa fé das pessoas, e estamos inteiramente de acordo para dizer que não se trata de julgar homens e sim de apreciar a situação. (...) Não queremos dizer que seja necessária sem falta excluir Turati em tal ou qual data. Esta questão já foi abordada no Comitê Executivo e Serrati nos disse: 'Em vez de expulsões, uma depuração no Partido'. Devemos dizer simplesmente aos camaradas italianos que é a orientação dos membros do 'L'Ordine Nuovo' que corresponde à Internacional Comunista, e não a direção da maioria atual dos dirigentes do PS e de sua fração parlamentar.”⁵⁶

A questão do parlamentarismo é retomada.

“Na época precedente, o Parlamento, instrumento do capitalismo em vias de desenvolvimento, em um certo sentido trabalhou pelo progresso histórico. Nas condições atuais, caracterizadas pelo desencadeamento do imperialismo, o Parlamento se tornou um instrumento de engano, de fraudes, de violências, de destruição, de atos de banditismo, obras do imperialismo, as reformas parlamentares desprovidas de espírito de seqüência e de estabilidade e concebidas sem plano de conjunto, perderam toda a importância prática para as massas trabalhadoras.

O parlamentarismo perdeu sua estabilidade do mesmo modo que toda a sociedade burguesa. (...) Quando socialistas, aspirando ao comunismo sublinham que a hora da revolução não chegou ainda nos seus países e se recusam a se separar dos oportunistas parlamentares, procedem no fundo, à uma representação, consciente ou inconsciente, do período que se abre considerado como de estabilidade relativa da sociedade imperialista e pensam por esta razão que uma colaboração com os Turati (...) pode dar sobre esta base resultados práticos na luta pelas reformas.”⁵⁷

Após o que a crítica se transforma em afirmação prática: “O comunismo se recusa a ver no parlamentarismo uma das formas da sociedade futura; ele se recusa a ver nele a forma da ditadura de classe do proletariado; nega a possibilidade da conquista durável dos Parlamentos, coloca-se como tarefa a *abolição* do parlamentarismo. *Não se trata desde logo da utilização das instituições governamentais burguesas senão com vistas à sua des-*

⁵⁶ Lenin. *op. cit.*, p. 259.

⁵⁷ *Internationale...*, *op. cit.*, p. 66.

truição”.⁵⁸ E recolocando a questão da “nova” utilização do Parlamento afirma: “consiste sobretudo em usar a tribuna parlamentar com fins de agitação revolucionária, para denunciar as manobras do adversário, para agrupar em torno de certas idéias as massas que, sobretudo nos países atrasados, consideram a tribuna parlamentar, com grandes ilusões democráticas. (e) deve estar totalmente subordinada às metas e às tarefas da luta extraparlamentar das massas”.⁵⁹

Donde logicamente o abstencionismo é um contra-senso: “A própria campanha eleitoral deve ser considerada, não no sentido de obtenção do máximo de mandatos parlamentares, mas no da mobilização das massas sob as palavras de ordem da revolução proletária”.⁶⁰ E, coerentemente, se afirma: “O 'antiparlamentarismo' de princípio concebido como a recusa absoluta e categórica de participar nas eleições e na ação parlamentar revolucionária, não é senão uma doutrina infantil e ingênua, não resistindo à crítica, resulta por vezes de uma sadia aversão pelos políticos parlamentares, mas que não percebe, por outro lado, a possibilidade do parlamentarismo revolucionário”.⁶¹

Serrati acusado, Bordiga também. Bordiga quer as coisas claras e insiste na fundação de um partido com disciplina parlamentar. Lenin responde: “Ignora ele que toda crise revolucionária é acompanhada de uma crise parlamentar? Ele disse, é verdade, que é necessário colocar a luta em um outro domínio, nos Sovietes. Mas ele próprio reconheceu que não é possível criar artificialmente os Sovietes. (...) O parlamento é um produto histórico que não podemos eliminar enquanto não somos suficientemente fortes para dissolver esta instituição burguesa. (...) Disseram que o Parlamento é o instrumento com a ajuda do qual a burguesia engana as massas. Mas este argumento se volta contra vossas teses. Como revelareis às massas verdadeiramente atrasadas e enganadas pela burguesia o verdadeiro caráter do Parlamento. Se vós sois marxistas deveis reconhecer que no seio da sociedade capitalista as relações das classes e dos partidos são estreitamente ligadas. Como, eu o repito, mostrareis tudo isto se não sois membros do Parla-

⁵⁸ *idem*, p. 67.

⁵⁹ *idem*.

⁶⁰ *idem*, p. 68.

⁶¹ *idem*.

mento, se repudiáis a ação parlamentar? (...) Eu penso que não quereis admitir que precisamente a fraqueza de um grande número de novos partidos comunistas os conduz a contestar a necessidade do trabalho parlamentar”.⁶²

Bordiga é então derrotado na Comissão sobre a questão do parlamentarismo. Sua moção, combatida, como vimos, por Lenin, é vencida por 88 votos contra apenas 11.

Não apenas aí os pontos de vista do *PSI* são derrotados. A “Resolução sobre o papel do Partido Comunista na revolução proletária” afirma: “A antiga subdivisão clássica do movimento operário em três formas (Partidos, sindicatos, cooperativas) está ultrapassada. A revolução proletária deve ser invariável e sistematicamente dirigida pelo partido do proletariado, ou seja, pelo Partido Comunista. Vanguarda organizada da classe operária, o Partido Comunista responde igualmente às necessidades econômicas, políticas e espirituais de toda a classe operária. Ele deve ser a alma dos sindicatos e dos Sovietes assim como de todas as outras formas de organização proletária.

A aparição dos Sovietes, forma histórica principal da ditadura do proletariado, não diminui de modo algum o papel dirigente do Partido Comunista na revolução proletária (...).

Para que os Sovietes possam cumprir sua missão histórica, a existência de um Partido Comunista bastante forte para não se 'adaptar' aos Sovietes mas para exercer sobre eles uma influência decisiva, obrigá-los a 'não se adaptar' à burguesia e à social-democracia oficial, conduzi-los por meio desta fração comunista, é ao contrário necessário.”⁶³

Também na questão do movimento sindical o *PSI* e, no caso a *CGL*, se vêm acusados: “Os sindicatos criados pela classe operária durante o período de desenvolvimento pacífico do capitalismo representavam as organizações operárias destinadas à lutar pela alta dos salários operários no mercado de trabalho e pela melhoria das condições do trabalho assalariado. (...) Entretanto nos sindicatos, as massas buscam fazer deles sua arma de combate. O antagonismo de classes tornando-se sempre mais e mais agudo, força os sindicatos à organizar greves cuja repercussão se faz sentir em todo o mundo

⁶² Lenin, *op. cit.*, pp. 261-265.

⁶³ *Internationale...*, *op. cit.*, p. 51.

capitalista, interrompendo o processo da produção e da troca capitalistas. Aumentando suas exigências à medida que aumenta o custo de vida e que elas mesmas se esgotam de mais e mais, as massas operárias destroem por isso mesmo todo cálculo capitalista que representa o fundamento elementar de uma economia organizada.”⁶⁴

Ainda essa resolução afirma: “A luta dos Comitês de fábricas e de usinas contra o capitalismo tem por meta imediata a introdução do controle operário em todos os ramos da indústria. Os operários de cada empresa, independentemente de suas profissões, sofrem sabotagem dos capitalistas que bastante freqüentemente avaliam que a suspensão da atividade de tal ou qual indústria lhes será vantajosa, devendo a fome obrigará os operários à aceitar as condições as mais duras para evitar a qualquer capitalista um crescimento de despesas. A luta contra este tipo de sabotagem une a maior parte dos operários independentemente de suas idéias políticas, e faz dos Comitês de usinas e de fábricas, *eleitos por todos os trabalhadores de uma empresa, verdadeiras organizações de massa do proletariado.* (...) Assim os comitê operários serão forçados na sua ação contra as conseqüências destas decadência (do capitalismo, efd), e superar os limites do controle das fábricas e das usinas isoladas e se encontrarão logo em face da questão do controle operário a ser exercido sobre ramos completos da indústria e sobre seu conjunto. As tentativas dos operários de exercer seu controle não somente sobre o aprovisionamento de matérias primas das fábricas e das usinas, mas também sobre as operações industriais, provocaram, entretanto, da parte da burguesia e do governo capitalista, medidas rigorosas contra a classe operária, o que transformará a luta operária pelo controle operário em uma luta pela conquista do poder pela classe operária.”⁶⁵

Se a análise foi correta, as conclusões, no entanto, dependiam evidentemente da organização da luta e um certo economicismo no texto não colocou suficientemente bem as questões.

Enfim em todas ou quase todas as comissões, inclusive a da questão agrária, os dirigentes do *PS* e da *CGL* vêm seus pontos de vista serem lite-

⁶⁴ *idem*, p. 53.

⁶⁵ *idem*, p. 54. Grifos nossos.

ralmente destroçados. Apesar disso e contra a vontade da delegação italiana Serrati é eleito membro do comitê executivo da III Internacional.

Como Gramsci, que não fazia parte da delegação, fora conhecido em Moscou? Segundo Fiori, isso só foi possível pelo testemunho de V. Degott, funcionário da Internacional, que chegara a Itália no final do ano de 1919 e estava presente no II Congresso. Lá ele entrega a Zinoviev os documentos gramscianos, não só o *Per un rinnovamento del partito socialista*, mas também o relatório sobre o movimento dos conselhos. Além de entregar os documentos conversa bastante com Lenin sobre Serrati e sobre Gramsci.

O apoio leninista fortalece Gramsci que neste momento vai mal na seção turinesa. Queimado com Tasca, em luta contra os bordiguistas, separado de Togliatti, Terracini e Montagnana e... enfim combatido pelas hierarquias sindicais e partidárias.

3.4. Rumo a Livorno

O refluxo dos Conselhos coloca drasticamente a questão da organização da luta. O *PSI* e a *CGL* demonstram de uma vez por todas, serem incapazes de dirigir, ou melhor, não desejam, de forma alguma, a via revolucionária. O *L'Ordine Nuovo* e o *Il Soviet* acentuam essa crítica. Ambos os jornais, apesar de suas diferenças essenciais, acentuam a disciplina e, principalmente, a disciplina em relação à Internacional Comunista.

A 29 de setembro o *PSI* delibera sobre as “21 condições” entre as quais está a expulsão dos reformistas. Terracini argumenta: “Não se pode ter dúvidas: a cisão à esquerda, além de afastar do Partido núcleos compactos e amplos, teremos profundas repercussões no seio do proletariado que segue o *PSI* por sua tática e seu programa extremista. Pelo contrário, a cisão à direita permanecendo difusa por todo o partido, muito superficialmente, não terá larga influência na massa”.⁶⁶

Os reformistas, contudo, não são expulsos e encaminha-se a formação de uma nova fração, a “Concentracionista”, que se unifica em outubro.

⁶⁶ citado por Spriano, *op. cit.*, p. 84.

Neste mesmo outubro, Bordiga abre mão do abstencionismo eleitoral e aceita fazer com Gramsci e Misiano uma plataforma comum. A seção turinesa, a 6 de outubro, aprova moção no sentido de que “se empenha em aderir a toda iniciativa séria que seja tentada para construir uma forte fração que organize e guie o triunfo das forças comunistas no próximo congresso.”⁶⁷ O abstencionista Boeri que queria uma cisão à direita é derrotado.

O manifesto-programa bordiguista de Milão afirma a necessidade da disciplina e da centralização, “sublinhando-se ainda a absoluta subordinação de todas as atividades ao Comitê Central: a da imprensa e da propaganda e, ainda mais, a parlamentar”⁶⁸ comenta Spriano. O documento afirma

“A participação nas eleições políticas e administrativas tem o objetivo de desenvolver a propaganda e a agitação revolucionária e de apressar a desagregação dos órgãos burgueses de democracia representativa. O grupo parlamentar não terá a faculdade de pronunciar-se como órgão deliberante sobre questões que digam respeito à política geral do partido”.⁶⁹

Em 17 de outubro, Otavio Pastore e Palmiro Togliatti, em artigo publicado pelo *Avanti!*, edição piemontesa, expressam os desacordos com a direção nacional e sua intenção de ampliar a ação do *L'Ordine Nuovo* a nível nacional, como órgão da fração comunista.

As tensões sobre Gramsci, por um lado, Togliatti e Terracini, por outro, são bastante profundas. Na Assembléia da seção socialista turinesa que escolhe os candidatos às eleições administrativas de 31 de outubro e 7 de novembro são propostos os nomes de Gramsci e de Togliatti. Protestos na Assembléia: Gramsci “fora” intervencionista. Lembram que o *PSI* tinha recusado aceitar qualquer candidatura daqueles que, por qualquer modo, tivessem apoiado ou participado da guerra. Curiosa acusação: pois ao mesmo tempo em que se “lembravam” de um artigo de Gramsci, o famoso *Neutralità attiva ed atuante*, “esqueciam” que Togliatti participara como *voluntário* da guerra, mesmo tendo sido dispensado nos exames médicos: Togliatti realmente quis participar da guerra. “Esqueciam” também que Tasca fora

⁶⁷ *idem*, p. 89.

⁶⁸ Spriano, *op. cit.*, p. 91.

⁶⁹ citado por Spriano, *op. cit.*, p. 92.

convocado e partira para a guerra. E que, mesmo Terracini, que tinha sido preso distribuindo panfleto contra a guerra, lutara nela. A profundidade das tensões entre Gramsci, por um lado, e, Togliatti-Terracini são de tal monta que embora eles dois controlem a Seção, nenhum deles defende Gramsci. E este, obviamente, não sairá candidato.

A seção turinesa está, nesse momento, dividida em três grupos: os “absencionistas” (Parodi, Boero), os “comunistas eleitoralistas” (Togliatti, Terracini e Tasca) e o grupo de “Educação Comunista” (Gramsci, De Biasi, Bianco e Santhià). Parodi, Terracini e Gramsci irão formar o Comitê regional piemontês da Fração Unificada. A luta contra Serrati e os centristas nesta assembléia é duríssima. A moção vitoriosa exaltar é os *CF*, como a instituição soviética da classe operária italiana; salientar que a formação do partido é um processo de conquista dos trabalhadores, que parte da fábrica e se estende aos sindicatos; e que é preciso lutar contra os que desvalorizam o partido.

Realiza-se então a Assembléia da Fração Comunista Unificada em 28 de novembro na cidade de Imola. Fala-se de contatos com os centristas. Bordiga ameaça retirar-se. Chiarini, representante da Internacional, salienta a necessidade de unidade da fração e afirma que ela é o único ponto de apoio da Internacional na Itália. Das posições turinesas prevalece apenas a luta contra os centristas. “Mas o resto é sacrificado no altar da unidade”⁷⁰, diz Spriano.

À Fração aderem: os ex-maximalistas de esquerda (Bombacci, Gennari, Misiano, etc.), o grupo ordinovista, a imensa maioria da Federação Juvenil Socialista. Precisam-se os objetivos da Fração: expulsão dos reformistas, constituição do *PC*, preparação da ação revolucionária do proletariado, anulação do pacto *PSI-CGL*, subordinação dos sindicatos ao partido, ganhar os sindicatos para liberá-los do Secretariado de Amsterdã e para fazê-los aderir à Internacional Sindical Vermelha e participação nas eleições “para apressar a desagregação dos órgãos da democracia burguesa”.⁷¹

O Comitê Executivo da Fração é composto por Bordiga, Gramsci, Bombacci e Terracini. Embora não haja uma resposta formal à questão do que fazer se no Congresso do *PSI* a Fração Comunista fosse minoritária, ela já está implícita: parte-se assim mesmo para a cisão.

⁷⁰ Spriano, *op. cit.*, p. 102

⁷¹ citado por del Carria, *op. cit.*, p. 140.

No mesmo momento outras frações se formam. Em Reggio Emília de 10 a 12 de outubro, os “concentracionistas” fundam a sua fração. “Prevalece a tese de Treves de esperar e de trabalhar, 'continuando a obra de preparação e de educação’”.⁷²

Os “comunistas unitários”, serratianos, se reúnem em Florença.

“A tarefa do partido não é, me parece, tanto a de dirigir as massas nas ruas – como pensam os românticos das barricadas – quanto de preparar todas as forças do conjunto socialista, indispensáveis para consolidar o novo regime e tornar possível o seu triunfo definitivo. Nesta obra de 'sustentação' da revolução o Partido Socialista Italiano é talvez o mais preparado. Temos uma densa rede de Seções, de Sindicatos, de cooperativas (...). Podemos sem medo de exagero afirmar que grande parte da Itália, que a Itália operária e proletária, que a Itália evoluída está conosco”.⁷³

No dia 15 de outubro, em Milão, os comunistas puros constituem-se na Fração Comunista Unificada. O documento é assinado por Bombacci, Bordiga, Fortichiari, Gramsci, Misiano, Polano e Terracini.

Em novembro a CGL envia carta a Losovski, membro da presidência do Soviete central russo, explicando sua posição: “Um movimento insurrecional na Itália teria dado pretexto à burguesia (...) de desencadear uma violenta e sanguinária reação que teria diminuído nossas forças e teria impedido o (...) desenvolvimento da ação político-sindical socialista. Esta nossa convicção foi reforçada ainda mais porque os representantes de seção e da Federação provincial socialista de Turim (...) chegaram a declarar expressamente que mesmo naquela cidade considerada a mais revolucionariamente preparada, o esmagamento do proletariado, em caso de insurreição era considerado seguro (...) Um movimento revolucionário que implicasse o perdurar de um tempo não brevíssimo de guerra civil conduziria o proletariado à mais completa e desesperada fome. A Itália – ao contrário da Rússia – é um país de população fortemente densa, e os habitantes e centros urbanos não podem esperar, em divisões de terras e latifúndios, frutos que o permitam alimentar os trabalhadores em caso de bloqueio pelo exterior. Ainda admitindo

⁷² Spriano, *op. cit.*, p. 84.

⁷³ *Il dovere dell'ora presente, Comunismo*, a. II, nº 1, 11 a 15 de outubro de 1920, citado por Spriano, *op. cit.*, p. 85.

que as forças burguesas fossem derrotadas em uma longa luta, esta longa luta não poderia ser suportada por um proletariado que viu desaparecer quase todas as reservas antes da guerra.”⁷⁴

A 19 de dezembro Bordiga escreve no *Il Comunista* anunciando que caso sua Fração seja minoritária em Livorno, a cisão será realizada. A direção do *Avanti!* rompe com a seção turinesa e Serrati suprime a edição piemontesa do jornal. E a 1º de janeiro surge o *L'Ordine Nuovo*, diário.

Chegamos a Livorno. Paul Levi representante do KPD, já no discurso de saudação declara ser favorável à expulsão dos reformistas:

“Na Alemanha tivemos por muito tempo a unidade, tivemos por muito tempo o grande Partido socialdemocrata, e hoje maldizemos os assassinos que saíram desse Partido socialdemocrata. Existem momentos em que é necessário separar-se e tomar cada qual o próprio caminho. Existem na evolução de um proletariado momentos em que aquele que foi nosso irmão ontem não o é mais hoje, não o ser mais amanhã.”⁷⁵

Lazzari discursa:

“Nós condenamos a violência como uma necessidade histórica, mas também como uma triste necessidade. Nós afirmamos ainda que existe uma violência inútil e mesmo nociva. Eu me lembro de um artigo aparecido no *Avanti!* e que era uma exaltação da violência respondendo à violência dos adversários: bem! o autor deste artigo queria fazer-nos voltar à lei de Talião, 'olho por olho, dente por dente' (...) Tendes adotado medidas de uma violência inútil, de uma crueldade inútil; tendes enganado, tendes desviado as massas! E hoje sois obrigado a fazer o vosso *mea culpa!* Colheis hoje o que semeastes. Esqueceste-vos que acima de nós deve planar um ideal mais alto de bondade e de fraternidade. Esqueceste-vos do espírito do socialismo”.⁷⁶

Não há mais nada a comentar. O grupo concentracionista (Turati, Treves, Prampolini, Buozzi, D'Aragona) propõe: a manutenção do nome do

⁷⁴ *Confederazione...*, pp. 308-309, citado por Barbadoro, *op. cit.*, p. 369 e também em *Problemi e caratteristiche storiche del movimento sindacale italiano*, p. 285.

⁷⁵ *XVII Congresso Nacional do PSI*, Ed. Avanti!, Milão, 1963, p. 16, citado por Renzo de Felice, *Serrati, Bordiga, Gramsci e il problema della rivoluzione in Italia*, p. 43.

⁷⁶ citado por Silvio Trentin, *L'Aventure italienne, Légendes et réalités*, p. 227.

Partido, a disciplina de ação (*sic*) e a expulsão dos “anarco-sindicalistas e maçons” (*sic*); são contra a ditadura do proletariado, coisa inconveniente aos “povos democraticamente desenvolvidos”, e o emprego da violência e dos meios ilegais na luta de classes.

Os unitários (Serrati), dizendo aceitar as vinte e uma condições, querem no entanto “entendê-las” a partir do contexto e da história italiana e dado que o PSI não ultrajou durante a guerra a bandeira socialista, não querem que os renegados de hoje ou de amanhã possam usar o seu nome, que é o único conhecido pela massa proletária. E propõem a III Internacional que lhes seja concedido o direito de conservar o seu nome.

Quanto aos comunistas (Bordiga, Gramsci, Gennari, Bombacci) querem o pleno acordo com as 21 condições e com as decisões do II Congresso da Internacional, a exclusão dos reformistas e a anulação do pacto *PSI-CGL*.

Robert Paris nos diz serem, na verdade, cinco e não três, as frações presentes: os maximalistas (Serrati), os reformistas (Turati), os comunistas (Gramsci), os comunistas puros (Bordiga) e uma fração comunista que permanece entre os maximalistas por oportunismo tático “tentar em vão a união das esquerdas contra as direitas”.⁷⁷

A Internacional se faz representar no Congresso pelo búlgaro Kristos Kabaktchief e pelo húngaro Matias Rakósi. Zinoviev escolheu e enviou esses “mensageiros da intransigência e do sectarismo”, como diz Paris. Ele quer realmente a cisão. E eles serão eficazes. Discursando no plenário, Kabaktchief diz: “A unidade do partido é uma fórmula equívoca: ela significa a unidade entre os comunistas e os inimigos do comunismo. Não há lugar para essa unidade no seio da 3ª Internacional. Os que querem permanecer na Internacional Comunista tem que grupar-se contra os reformistas.”⁷⁸

Mas não foi apenas Kabaktchief e Rakósi; também a mensagem de Zinoviev é explícita: “O Congresso do vosso partido se reúne no momento em que a revolução bate às portas da Itália”.⁷⁹

⁷⁷ Paris, *op. cit.*, p. 201.

⁷⁸ citado por Robert Paris, *op. cit.*, p. 201.

⁷⁹ *idem*, p. 202.

Paul Levi, representante alemão tenta evitar a cisão em vão. Postas em votação as moções no dia 21 de janeiro, os unitários (Serrati) obtêm 98 028 votos (57%); os comunistas (Bordiga-Gramsci) recebem 58 783 votos (34%) e os reformistas (Turati) apenas 14 695 votos (9%). Tinha razão Terracini quanto ao efeito da cisão.

Derrotados, os comunistas se retiram e fundam o *Partito Comunista d'Italia, Sezione della Internazionale Comunista*. Grande parte da Juventude Socialista adere. Nasce o partido como minoria na classe operária: os reformistas tinham os quadros da *CGL*, das cooperativas, das municipalidades e o grupo parlamentar; os centristas tinham o aparelho partidário e o jornal diário.

A posição minoritária dos comunistas é reafirmada pelo Congresso da *CGL* em Livorno (26 de fevereiro-4 de março). Os socialistas têm aí 1 435 000 votos (77%) e os comunistas apenas 432 000 (23%).

Os turineses chegam a Livorno subordinados a Bordiga. Sua unidade com Bordiga não é automática. Este, pressionado pela Internacional, a contragosto, tinha aceito a aliança com os “professores” de Turim. Ainda uma vez Gramsci é minoritário, mesmo entre os ordinovistas. No Congresso de fundação do *PCd'I* ele vai ser novamente acusado de intervencionista. E novamente Togliatti e Terracini calam. *Só Bordiga o defende*. Apesar de ser eleito para o Comitê Central, não o será para o Comitê Executivo.

O CC será composto por 8 bordiguistas (Bordiga, Grieco, Repossi, Fortichiari, Parodi, Polano, Sessa e Tarsia) e apenas 2 ordinovistas (Gramsci e Terracini). O CE terá 4 bordiguistas (Bordiga, Grieco, Repossi e Fortichiari) e apenas 1 ordinovista (Terracini).

Comenta Natoli:

“Pesou de modo determinante em tal direção, a claríssima hegemonia *bordighiana* (o grupo do 'Soviet' era o único que tinha uma estrutura a nível nacional), mas também e sobretudo político, e que se exercitou tanto sobre os expoentes maximalistas de esquerda recentemente aproximados dos comunistas, quanto dos *ordinovistas*, cuja absorção política na maioria *bordighiana* é datável (aparte Gramsci) do período do congresso de Livorno.”⁸⁰

⁸⁰ Natoli, *op. cit.*, p. 109.

Bibliografia

1. Obras de Antonio GRAMSCI

1971. *Sotto la mole (1916-1920)*, 2ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.
1972. *L'Ordine Nuovo (1919-1920)*, 15ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.
- 1973a. *Scritti Politici*, editados e introduzidos por Paolo Spriano, 1ª ed., Editori Riuniti, Roma.
- 1973b. *Sul Fascismo*, editado e introduzido por Enzo Santarelli, Editori Riuniti, Roma.
- 1974a. *Socialismo e Fascismo (1921-1922)*, 16ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.
- 1974b. *Écrits politiques I (1914-1920)*, editados e introduzidos por Robert Paris, traduzidos por Marie G. Martin, Gilbert Moget, Armando Tassi e Robert Paris, Éditions Gallimard, Paris.
- 1974c. *La Questione Meridionale*, editados e introduzidos por Franco de Felice e Valentino Parlato, 3ª ed., Editori Riuniti, Roma.
- 1974d. *Per la verità*, editado e introduzido por Renzo Martinelli, Editori Riuniti, Roma.
- 1975a. *Quaderni del Carcere (edizione critica)*, editada por Valentino Gerratana, Giulio Einaudi Editore, Torino.
- 1975b. *Scritti giovanilli (1914-1918)*, 14ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.
- 1975c. *Écrits politiques II (1921-1922)*, editados e introduzidos por Robert PARIS, traduzidos por Marie-Gracieuse Martin-Guistucci, Gilbert Moget e Robert Paris, Éditions Gallimard, Paris.
- 1977a. *Dibattito sui consigli di fabbrica*, editado por Alfonso Leonetti, 1973, Giulio Savelli editore, Roma, traduzido para o espanhol por Francisco Fernández Buey, sob o título: *Debate sobre los consejos de fábrica*, Editorial Anagrama.
- 1977b. *Selections from Political Writings (1910-1920)*, editados e introduzidos por Quentin HOARE, traduzidos por John Mathews, Lawrence and Wishart, London.
- Em anexo o artigo de Angelo TASCA: "*Political and Trade-Union Significance of the Factory Councils*".
1978. *Selections from Political Writings (1921-1926)*, editados, introduzidos e traduzidos por Quentin HOARE, Lawrence and Wishart, London.

- 1980a. *Cronache Torinesi (1913-1917)*, organizada por Sergio CAPRIOGLIO, Giulio Einaudi Editore, Torino.
- 1980b. *Écrits politiques III (1923-1926)*, editados e introduzidos por Robert PARIS, traduzidos por Marie-Gracieuse Martin-Guistucci, Gilbert Moget e Robert Paris, Editions Gallimard, Paris.
1982. *La Città futura (1917-1918)*, organizada por Sergio CAPRIOGLIO, Giulio Einaudi Editore, Torino.
1984. *Il Nostro Marx (1918-1919)*, organizada por Sergio CAPRIOGLIO, Giulio Einaudi Editore, Torino.
1987. *L'Ordine Nuovo (1919-1920)*, organizada por Valentino GERRATANA e Antonio A. SANTUCCI, Giulio Einaudi Editore, Torino.

2. Obras sobre GRAMSCI

AMATO, Carmelo d'

1978. "Il giovane Gramsci e Gentile", *Studi Storici*, a. 19, n° 2, aprile-giugno.

BADALONI, Nicola

1974. "Gramsci et le problème de la révolution", *Dialectiques*, n° 4-5, mars.

BADALONI, Nicola e Carlo MUSCETTA

1977. *Labriola, Croce, Gentile*, Gius Laterza & Figli, Bari.

BERGAMI, Giancarlo

1977. *Il Giovane Gramsci e il marxismo 1911-1918*, Feltrinelli Economica, Milano.

BOGGS, Carl

1976. *Gramsci's Marxism*, 2ª reimpressão, Pluto Press, London.

BROCOLLI, Angelo

1977. *Antonio Gramsci e l'educazione come egemonia*, "La Nuova Italia" Editrice, Firenze, traduzido para o espanhol por Fernando Mateo sob o título: *Antonio Gramsci y la educación como hegemonía*, Editorial Imagem, Mexico.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine

1974. "Gramsci et l'état", *Dialectiques*, n° 4-5, mars.
1975. *Gramsci et l'État*, Librairie Arthème Fayard, Paris.

BUEY, Francisco Fernandez (ed.)

1977. *Actualidad del pensamiento político de Gramsci*, Editorial Grijalbo, Barcelona.
Ver: Manuel SACRISTÁN, "La formación del marxismo de Gramsci", también in *Realidad*, n° 14.

CAMMETT, John M.

1976. *Antonio Gramsci and the Origins of Italian Communism*, Stanford University Press, Stanford.

CAPRIOGLIO, Sergio

1975. "Présentation d'un inédit de Gramsci", *Les Temps Modernes*, a. 30, n° 343, février.

CARACCILO, Alberto e Gianni SCALIA

1976. *La città futura*, 2ª ed. reduzida, Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.

Ver: Carlo CICERCHIA, "*Rapporto col leninismo e il problema della rivoluzione*"; Giuseppe TAMBURRANO, "*Fasi del sviluppo del pensiero politico di Gramsci*"; e Mario TRONTI, "*Tra materialismo dialettico e filosofia della prassi. Gramsci e Labriola*".

CLARK, Martin Nile

1977. *Antonio Gramsci and the Revolution that Failed*, Yale University Press, New Haven and London.

COHEN, Federico et alii

1977. *Egemonia e Democrazia. Gramsci e la questione comunista nel dibattito di Mondoperaio*, Mondoperaio, Edizione Avanti.

DE FELICE, Franco

1971. *Serrati, Bordiga, Gramsci e il problema della rivoluzione in Italia 1919-1920*, De Donato editore, Bari.

DIAS, Edmundo Fernandes

1979. "*Do biênio vermelho a Livorno: L'Ordine Nuovo*", *Cadernos SEAF*, a. 1, n° 2, fevereiro.

1981. "*Cultura, política e cidadania na produção gramsciana de 1914 a 1918*", *Cadernos do CEDES*, n° 3.

FERRI, Franco (ed.)

1969. *Studi Gramsciani*, Editori Riuniti-Istituto Gramsci, Roma.

Ver: Alberto CARACCILO, "*A propósito di Gramsci, la Russia e il movimento bolscevico*"; Umberto CERRONI, "*Gramsci e il superamento della separazione tra società e Stato*"; Roberto CESSI, "*Problemi della storia d' Italia nell'opera di Gramsci*"; Eugenio GARIN, "*Antonio Gramsci nella cultura italiana*"; Giuseppe TAMBURRANO, "*Gramsci e l'egemonia del proletariato*"; e as intervenções de: Roberto BATTAGLIA, Alberto CARACCILO, Eugenio GARIN, Livio MAITAN e Paolo SPRIANO.

FERRI, Franco (ed.)

1978. *Politica e Storia in Gramsci*, Editori Riuniti-Istituto Gramsci, Roma.

Ver: Remo BODEI, "*Gramsci: volontà, egemonia, razionalizzazione*".

FIORI, Giuseppe

1973. *Vita di Antonio Gramsci*, 4ª ed., Gius Laterza & Figli, Bari.

GRISONI, Dominique e Robert MAGGIORE

1973. *Lire Gramsci*, Éditions Universitaires, Paris.

GUIDUCCI, Giuliano

1976. "Gramsci e la via consigliare al Socialismo", *Mondoperaio*, nº 11, in Cohen, 1977.

JACOBITTI, Edmund E.

1980. "Hegemony before Gramsci: the case of Benedetto Croce", *The Journal of Modern History*, a. 52, nº 1, march.

LAJOLO, Laurana

1982. *Gramsci un uomo sconfitto*, 1980, Rizzoli Editore, Milano, traduzido para o português por Carlos Nelson Coutinho sob o título *Antonio Gramsci, Uma vida*, Editora Brasiliense, S. Paulo.

LOMBARDI, Franco

1971. *Idee pedagogiche di Antonio Gramsci*, 1969, La Scuola Editrice, Brescia, traduzido para o francês por Jules Gritti sob o título: *La pédagogie marxiste d'Antonio Gramsci*, com uma apresentação de Jean-Baptiste Fages, Editions Eduard Privat, Toulouse.

LUMLEY, Bob

s/d. "Gramsci's Writings on the State and Hegemony: 1916-1935. A critical Analysis", *Stencilled Ocasional Papers SP 51, Center for Contemporary Cultural Studies*.

LEONETTI, Alfonso

1974. *Noite su Gramsci*, 1970, Argalia Editore, Urbino, traduzido para o francês por Robert Maggiori, com apresentação de Pierre Broué, sob o título: *Notes sur Gramsci*, EDI, Paris.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta

1974. *Pour Gramsci*, Éditions du Seuil, Paris.

MANACORDA, Mario Alighieri

1976. *Il principio educativo in Gramsci*, Armando Armando editore, Roma.

PAGGI, Leonardo

1979. *Gramsci e il moderno principe. Nella crise del socialismo italiano*, Editori Riuniti, Roma.

PARIS, Robert

1965. "Antonio Gramsci", *Partisans*, 16, juin-aôut.

PICCONI, Paul

1976. "Gramsci's Marxism: Beyond Lenin and Togliatti", *Theory and Society*, nº 3.

PORTANTIERO, Juan Carlos

1977. "Los usos de Gramsci", *Cuadernos de Pasado y Presente*, nº 54, Buenos Aires.

PORTELLI, Hugues

1974. "Jacobinisme et antijacobinisme de Gramsci", *Dialectiques*, nº 4-5, mars.

1975. "Gramsci et les elections", *Les Temps Modernes*, a. 30, nº 343, février.

ROSSI, Pietro (ed.)

1975. *Gramsci e la cultura contemporanea*, 1ª reimpressão, Editori Riuniti-Istituto Gramsci, Roma.

Ver: Marco Antonio AIMO, "Stato e rivoluzione negli scritti sulla questione meridionale"; Martin Nile CLARCK, "Il concetto gramsciano di rivoluzione (1919-1920)"; Giorgio GALLI, "Gramsci e le teorie dell'élites"; Augusto GUERRA, "Storicismo ed etica libertaria nel giovane Gramsci"; Giorgio MACCIOTA, "Rivoluzione e classe operaia negli scritti sull' Ordine Nuovo"; Ernesto RAGGIONIERI, "Gramsci e il dibattito teorico nel movimento operaio internazionale"; Predrag VRANICKI, "Gramsci e il senso del socialismo", e as intervenções de Eugenio GARIN, Georges HAUPT, Salvatore Francesco ROMANO e Paolo SPRIANO.

SALVADORI, Massimo L.

1970a. *Gramsci e il problema storico della democrazia*, Giulio Einaudi Editore, Torino, 2a. ed. ampliada, 1977.

1970b. "Origini e crisi del sovietismo", *Il Manifesto*, nº 1, gennaio, traduzido para o espanhol por Roberto Ruschella sob o título: "Orígenes e crisis del sovietismo", *Cuadernos de Pasado y Presente*, nº 33, agosto de 1972.

1974. "Actualité de Gramsci", *Dialectiques*, nº 4-5, mars.

SOFRI, Adriano

1975. "Gramsci, Bordiga et les conseils turinois (1919-1920)", *Les Temps Modernes*, a. 30, nº 343, février.

SUPPA, Silvio

1976. *Il Primo Gramsci. Gli scritti politici giovanili (1914-1918)*, Editore Jovene, Milano.

TELÒ, Mario

1976. "Strategia consiliare e sviluppo capitalistico in Gramsci", *Problemi del socialismo*, 4ª série, a. XVII, nº 2, aprile-giugno.

WILLIAMS, Gwin A.

1975. *Proletarian Order. Antonio Gramsci, Factory Councils and the Origins of the Communism in Italy 1911-1921*, Pluto Press, London.

3. Obras sobre a cultura italiana

ABBATE, Michele

1976. *La filosofia di Benedetto Croce e la crisi della società italiana*, Giulio Einaudi editore, Torino.

CROCE, Benedetto

1907. "Il pensiero di Giorgio Sorel", *La Critica*, a. V, n° 4, 20 luglio. Republicado como introdução à obra de Georges SOREL, *Considerazione sulla violenza*, Gius Laterza & Figli, Bari, 1926.

1978. *Materialismo Storico ed Economia Marxista*, 3ª ed. economica, Gius Laterza & Figli, Bari.

GARIN, Eugenio

1974. *Intellettuuali Italiani del XX Secolo*, Editori Riuniti, Roma.

1976. *La Cultura Italiana tra '800 e '900*, Gius Laterza & Figli, Bari.

1978. *Storia della Filosofia Italiana*, Giulio Einaudi Editore, Torino.

1979. "Antonio Labriola nella storia della cultura e del movimento operaio", *Critica Marxista*, a. 17, n° 2, março-abrile.

PICCONI, Paul

1977-78. "Labriola and the roots of eurocommunism", *Berkeley Journal of Sociology*, vol. XXII.

4. Obras sobre o Marxismo

ALTHUSSER, Louis

1967. *Pour Marx*, François Maspero, Paris.

1972. *Lénine et la philosophie suivie de Marx & Lenin devant Hegel*, François Maspero, Paris.

COLETTI, Lucio

1975. *Ideologia e Società*, 4ª ed., Gius Laterza & Figli, Bari.

GUSTAFSON, Bo

1975. *Marxism och revisionism. Eduard Bernateins Kritik av marxismem och dess idehistoriska orutsalningar*, Upsala, Svenska Bokforlaget, traduzido para o alemão por Holger Haide sob o título: *Marxismus und Revisionismus*, Europäische Verlagsantalt, Frankfurt am Main e desta edição para o espanhol por Gustau Muñoz, sob o título: *Marxismo y Revisionismo. La critica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*, Editorial Grijalbo, Barcelona – Buenos Aires – México.

HOBSBAWN, Eric Joseph (ed.)

1978. *Storia del Marxismo I. Il Marxismo ai tempi di Marx*, Giulio Einaudi Editore, Torino.

Ver: Gorge HAUPT: "*Marx e il suo marxismo*" e Eric J. HOBSBAWN: "*La fortuna delle edizioni di Marx ed Engels*".

1979. *Storia del Marxismo II. Il Marxismo nell'età della seconda internazionale*, Giulio Einaudi Editore, Torino.

Ver: Franco ANDREUCCI: "*La difusione e la volgarizzazione del marxismo*"; Eric Joseph HOBSBAWN: "*La cultura europea e il marxismo fra Otto e Novecento*"; Valentino GERRATANA: "*Antonio Labriola e l'introduzione del marxismo in Italia*"; Gregorio DE PAOLA: "*Georges Sorel, dalla metafisica al mito*"; Marek WLDEMBERG: "*La strategia politica della socialdemocrazia tedesca*" e Massimo L. SALVADORI: "*Kautsky fra ortodossia e revisionismo*".

LABRIOLA, Antonio

1977. *Saggi sul materialismo storico*, editados por Valentino Gerratana e Augusto Guerra, 3ª ed. revista e atualizada, Editori Riuniti, Roma.

LENIN - VLADIMIR ILITCH ULIANOV

1917. *El Estado y la Revolución, La teoría marxista del Estado y las tareas del proletariado en la revolución*, Obras completas, vol. 27, Akal Editor, Madrid, 1976.

1919. *Tesis e Informe sobre la democracia burguesa y la dictadura del proletariado*, Obras completas, vol. 30, Akal Editor, Madrid, 1976.

1920a. *El "izquierdismo", enfermedad infantil del comunismo*, Obras completas, vol. 33, Akal Editor, Madrid.

1920b. "*Komunismus*", Obras completas, vol. 33, Akal Editor, Madrid, 1976.

1920c. *Tesis sobre las tareas fundamentales del IIº Congreso de la Internacional Comunista*, Obras completas, vol. 33, Akal Editor, Madrid, 1976.

1920d. *Discurso sobre el papel del partido comunista*, Obras completas, vol. 33, Akal Editor, Madrid, 1976.

1920e. *Discurso sobre el parlamentarismo*, Obras completas, vol. 33, Akal Editor, Madrid, 1976.

5. Obras sobre a sociedade italiana e sobre a história européia

ABRATE, Mario

1968. *La lotta sindacale nella industrializzazione in Italia. 1906-1926*, 1ª reimpressão, Lied L'Impresa Edizione. Torino.

AGOSTI, Aldo et alii

1970. *Il movimento sindacale in Italia. Rassegna di studi (1945-1969)*, Fondazione Luigi Einaudi, Torino.

Em especial: Anamaria ANDREASI, "*L'età giolittiana e il primo dopoguerra (1904-1926)*".

ALATRI, Paolo

1957. "Les origines du fascisme et la classe dirigeante italienne", *Recherches Internationales à la lumière du marxisme*, n° 1, mars-avril.
1971. *Le origini del Fascismo*, 5ª ed., Editori Riuniti, Roma.

ANCONA, Annibale

1914. "La politica estera del popolo italiano", *Utopia*, II, n° 13-14, 15-31 dicembre.

ARFÉ, Gaetano

1965. *Storia del Socialismo Italiano (1892-1926)*, Giulio Einaudi Editore, Torino.

BALDAZZI, Giovanni

1914. "Sindacalismo comunalista e sindacalismo rivoluzionario". *Utopia*, II, n° 9-10, 15-31 luglio.

BARATONO, Adelchi

1914. "La fine del bloco a Genova", *Utopia*, II, n° 9-10, 15-31 luglio.

BARBADORO, Idomeneo

1963. "Problemi e caratteristiche storiche del movimento sindacale italiano", *Rivista Storica del Socialismo*, a. VI, n° 19, agosto.
1973. *Storia del Sindacalismo Italiano. Dalla nascita al fascismo: La Federterra (1° vol)*, e *La CGL (2° vol)*, "La Nuova Italia" Editrice, Firenze.

BARBONI, T.

1914. "Attorno alla neutralità dell'Italia", *Utopia*, II, n° 11-12, 15 agosto-1 settembre.

BARNI, Giulio

1913. "Una campagna contro la masoneria", *Utopia*, I, n° 2, 10 dicembre.

BASSO, Lelio et alii

1976. *Fascismo e antifascismo (1918-1936). Lezioni e testimonianze*, 5ª ed., Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.
Ver: Lelio BASSO, "Le origini del fascismo" e Paolo ALATRI, "La crisi della classe dirigente e le lotte sociali del primo doppo guerra".

BOLOGNA, Sergio et alii

1972. *Operai e Stato*, Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.
Ver: Sergio BOLOGNA, "Composizione di classe e teoria del partito alle origine del movimento consiliare".

BERNSTEIN, Serge e Pierre MILZA

1973. *L' Italie Contemporaine. Des Nationalistes aux européens*, Librairie Armand Colin, Paris.

BOMBACCI, Nicola, Egidio GENARI, Luigi SALVADORI e Giacinto Menotti SERRATI

1919. "Il Programa Massimalista", *Comunismo*, a. I, n° 1, 1 ottobre.

BORDIGA, Amadeo

- 1919-1920. "Letters to the IIIrd International", in Gramsci 1977b.
1920. "Seize Power or Seize the Factory", in GRAMSCI, 1977b.
1921. (com Umberto TERRACINI) *RELAZIONE presentata dalla FRAZIONE COMUNISTA al Congresso di Livorno del PSI (15-21 gennaio 1921) sull'indirizzo politico del Partito*, Presso il C.E. del Partito Comunista d'Italia, Milano.
1973. "Una intervista ad Amadeo Bordiga", feita por Edek Oser, *Storia Contemporanea*, a. 14, n° 3, settembre.
1975. *Scritti scelti*, editado e introduzido ("Note sull pensiero politico di Amadeo Bordiga") por Franco Livorsi, Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.

BORGHI, Armando

- s/d. *Mussolini in camicia*, traduzido para o português sob o título *Eis Mussolini*, Editora Oceano, S. Paulo.
1954. *Mezzo secolo di anarchia (1898-1945)*, prefácio de Gaetano Salvemini, Edizione Scientifiche Italiane, Napoli.

BUONSERVIZI, Nicola

1914. "Le ragioni dell'intervento italiano nella guerra", *Utopia*, II, n° 13-14, 15-31 dicembre.

CANDELORO, Giorgio

1975. *Storia dell'Italia Moderna: La crisi di fine secolo e l'età giolittiana (vol. VII)*, Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.

CAROCCHI, Giampiero

1973. *Storia del Fascismo*, 1972, Editore Aldo Garzanti, Milano, traduzido para o inglês por Isabel Quigly sob o título: *Italian Fascism*, Penguin Books, Middlesex.

CATALANO, Franco

1962. *L'Italia della dittatura alla democrazia 1919-1948*, Lerici Editrice, Milano.

CHABOD, Federico

1963. *L'Italia Contemporanea (1918-1948)*, Giulio Einaudi Editore, Torino, traduzido para o português por Luiz Braz Teixeira, sob o título: *História do Fascismo Italiano*, Editora Arcádia, Lisboa.

CIMBALI, Eduardo

1914. "Sulla necessità della partecipazione dell'Italia alla conflagrazione universale", *Utopia*, II, n° 13-14, 15-31 dicembre.

CIPPOLA, Carlo M. (ed.)

1976. *Contemporary Economics*, William Collins Sons & Co., Glasgow.

CORTESI, Luigi

1973. *Le origini del Partito Comunista Italiano*, Gius Laterza & Figli, Bari.

DE AMBRIS, Alceste

1919. "I limiti dell'espropriazione necessaria", *Il Rinnovamento*, II, n° 5, maggio.

DE FALCO, Giuseppe

1913. "Il trionfo di un metodo", *Utopia*, I, n° 1, 22 novembre.

1913. "Fronda confederale e sintomi unitarii", *Utopia*, I, n° 2, 10 dicembre.

1914. "Devono i socialisti 'conquistare' i Comuni?", *Utopia*, II, n° 2, 30 gennaio.

1914. "Il Congresso di Ancona", *Utopia*, II, n° 5-6, 15-30 marzo.

1914. "I sofismi dell'opposizione", *Utopia*, II, n° 7-8, 15-31 maggio.

1914. "Viltà borghese e miopia socialista", *Utopia*, II, n° 13-14, 15-31

DE FELICE, Renzo

1971. *Sindacalismo rivoluzionario e fumanesimo nel carteggio De Ambris-D'Annunzio (1919-1922)*, Marcellana, Brescia.

DEL CARRIA, Renzo

1970. *Proletari senza rivoluzione. Storia delle Classi Subalterne dal 1860 al 1950*, 2° ed., Edizione Oriente, Milano.

DI MARTINO, Francesco et alii

1965. *Il movimento operaio e socialista. Bilancio Storiografico e Problemi Storici*, Edizioni del Gallo, Milano.

Ver: Gaetano ARFÈ, "La crisi del dopoguerra" e Leo VALIANI, "Il Partito socialista italiano dal 1900 al 1918".

DI STRASO, Arcangelo

1914. "Come siamo andati in Libia", *Utopia*, II, n° 7-8, 15-31 maggio.

DONATI, Lorenzo

1977. "La Guardia Regia", *Storia Contemporanea*, a. VIII, n° 3, settembre.

ERCOLE, Francesco

1936. *La rivoluzione fascista*, F. Ciuni Libraio Editore, Palermo.

FABRI, Luigi

1967. *Dittatura e rivoluzione*, 1921, Libreria Editrice Internazionale. Ancona, traduzido para o espanhol por D. A. de Santillón, sob o título: *Dictadura y revolución*, 3ª ed. Editorial Proyección, Buenos Aires.

FASCIO RIVOLUZIONARIO D'AZIONE INTERNAZIONALISTA

1914. "Ai lavoratori d'Italia", *La Folla*, a. III, n° 41, 11 ottobre.

FEDELI, Ugo

1957. *Corso di storia del Movimento Operaio*, Centro di Sociologia della Cooperazione, Ivrea.

FERRO, Marc et alii

1967. *La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen*, EDI Études et Documents Internationales, Paris.

Ver: Andreina DE CLEMENTE, "La Révolution d'Octobre et le Mouvement Ouvrier Italien".

GARAVINI, Sergio

1970. "L'Occupazione delle fabbriche e l'esperienze dei Consigli", *Problemi del Socialismo*, a. XII, n° 49, 1970, traduzido para o espanhol por Augusto Blanco sob o título: "La Ocupación de las fábricas y la experiencia de los consejos", *Cuadernos de Pasado y Presente*, n° 33, agosto de 1972.

GENCARELLI, Elvira

1973. "La storiografia italiana sul movimento operaio e socialista nel primo dopoguerra: Prospettive e Problemi", *Storia e Politica*, a. XII, n° 2, aprile-giugno.

GENTILE, Panfilo

1914. "Stato e sindacato", *Utopia*, II, 9-10, 15-31 luglio.

GIOLITTI, Giovanni

1922. *Memorie della mia vita*, Fratelli Treves, Milano.

GOZZINI, Giovanni

1980. "La Federazione Giovanili Socialista tra Bordiga e Mussolini (1912-1914)", *Storia Contemporanea*, a. XI, n° 1, febbraio.

GRIDO DELLA FOLLA

1904. "Lo sciopero generale. la lezioni dei Fatti", *Grido della Folla*, n° 27.

GRIFONE, Pietro

1971. *Il Capitale Finanziario in Italia. La politica economica del fascismo*, com introdução de Vittorio FOA, Giulio Einaudi Editore, Torino.

GRUPO EDITORE "L'ANTISTATO"

1953. *Un trentennio di attività anarchica (1914-1945)*, Edizioni "L'Antistato", Cesena.

GUERIN, Daniel

1965. *Fascisme et Grand Capital*, François Maspero, Paris.

1965a. *L'Anarchisme. De la doctrine à l'action*, Éditions Gallimard, Paris.

INTERNACIONAL COMUNISTA

1972. *Manifestes, thèses et résolutions des quatre premiers congrès mondiaux de l'Internationale Communiste 1919-1923*, julho de 1934, reimpresso facsimiladamente por François Maspero, Paris.

JEMOLO, Arturo Claro

1978. *Chiesa e Stato in Italia. Dalla Unificazione ai giorni nostri*, 5ª. ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.

LABRIOLA, Arturo

1924. *Le Due Politiche. Fascismo e riformismo (note)*, Alberto Morano Editore, Napoli.

LANZILLO, Agostino

1914. "La crisi dell'esercizio ferroviario", *Utopia*, II, 5-6, 15-30 marzo.

1914. "Le conseguenze della Triplice Alleanza", *Utopia*, II, 11-12, 15 agosto-1 settembre.

LAZZERI, Gerolamo

1914. "Italiani e Slavi a Trieste", *Utopia*, II, 2, 30 gennaio.

1914. "Socialismo conservatore", *Utopia*, II, 13-14, 15-31 dicembre.

LAY, Adriana, Dora MARUCCI e Maria Luisa PESANTE

1973. "Classe operaia e scioperi: Ipotesi per il periodo 1880-1923", *Quaderni Storici*, a. VIII, n° 1, gennaio-aprile.

LÉMONON, Ernest

1938. *De Cavour à Mussolini. Histoire des partis politiques italiens*, Editions A. Pedone, Paris.

LEONETTI, Alfonso

1952. *Mouvements ouvriers et socialistes d'Italie (des origines à 1922)*, Les Éditions Ouvrières, Paris.

LEVI, Carlo

1981. *Cristo si é fermato a Eboli*, Arnaldo Mondadori editore, Milano.

LEVI, Nino

1914. "Esame di coscienza", *Utopia*, II, 5-6, 15-30 marzo.

LIVORSI, Franco

1976. *Amadeo Bordiga. Il pensiero e l'azione politica 1912-1970*, Editori Riuniti, Roma.

LOMBARD, Paul

1926. *Ce qu'il faut connaitre du fascisme (origines et tendances)*, Boivin & Co. Editeurs, Paris.

LYTTELTON, Adrian (ed.)

1973. *Italian Fascism. From Pareto to Gentile*, Jonathan Cape, London.
Em especial: "Introduction".

MAGRI, Lucio

1970. "Una risposta a Ingrao", *Il Manifesto*, n° 1, gennaio 1970, traduzido para o espanhol por Roberto Raschella sob o título: "Parlamentos o consejos obreros", *Cuadernos de Pasado y Presente*, n° 33, agosto de 1972.

MAIONE, Giuseppe

1972. "Il biennio rosso: lo sciopero delle lancette (marzo-aprile 1920)", *Storia Contemporanea*, a. III, n° 2, giugno.

MALAGUGINE, Alcide

1961. "Le lotte sociali nella campagna lombarda", in Basso, 1976.

MALATESTA, Alberto

1926. *I socialisti italiani durante la guerra*, Casa Editrice A. Mondadori, Milano.

MANINI, Germano

1914. "I due late della guerra europea", *Utopia*, II, 11-12, 15 agosto-1 settembre.

MARIÁTEGUI, José Carlos

1972. *Cartas de Itália*, 2ª ed., Editora Amauta, Lima.

MINASI, Giampiero

1970. "L'attività illegale del PSI nel biennio 1919-20", *Storia Contemporanea*, a. IX, n° 14, marzo.

MISSIROLI, Mario

1914. *La Monarchia Socialista. Estrema Destra*, Gius Laterza & Figli, Bari.

1914a. "L'Italia e la Triplice", *Utopia*, II, 11-12, 15 agosto-1 settembre.

MONTAGNANA, Mario

1929. "Il partito socialista italiano nell'ultimo conflitto mondiale", *Lo Stato Operaio*, a. III, n° 5, giugno.

MORANDI, Rodolfo

1966. *Storia della grande industria in Italia*, 3ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.

MUSSOLINI, Benito

1913. "Al largo!", *Utopia*, I, 1, 22 novembre.

1914a. "L'impresa disperata (a Prezzolini)", *Utopia*, II, 1, 15 gennaio.

1914b. "Un blocco rosso?", *Utopia*, II, 3-4, 15-28 febbraio.

1914c. "La democrazia di domani", *Utopia*, II, 5-6, 15-30 marzo.

1914d. "Contro la masoneria (Discorso al Congresso di Ancona)", *Utopia*, II, 7-8, 15-31 maggio.

1914e. "La settimana rossa", *Utopia*, II, 9-10, 15-31 luglio.

1914f. "Dalla neutralità assoluta alla neutralità attiva ed operante", *Avanti!*, 18 ottobre.

1934. *Scritti e Discorsi di Benito Mussolini. Edizione Definitiva*, Vol. II, Ulrico Hoepli Editore, Milano.

Edmundo Fernandes Dias

1935. *Edition Définitive des Œuvres et discours de Benito Mussolini*, vol. I, Flammarion Editeur, Paris.

NATOLI, Claudio

- 1976a. "L'Internazionale Comunista, il fronte unico e la lotta contra il fascismo in Italia e Germania (parte prima)", *Storia Contemporanea*, a. VII, n° 1, marzo.
- 1976b. "L'Internazionale Comunista, il fronte unico e la lotta contra il fascismo in Italia e Germania (parte seconda)", *Storia Contemporanea*, a. VII, n° 2, giugno.
1982. *La Terza Internazionale e il Fascismo*, Editori Riuniti, Roma.

NENNI, Pietro

1960. *Pagine di diario*, Garzanti, 1947, Torino, e *Taccuino 1942*, Edizione "Avanti!", Milano, 1955, traduzidos para o francês por Jeanne Modigliani e reunidos sob o título: *Vingt ans de fascisme (de Rome à Vichy)*, François Maspero, Paris.

NEPPI MODONA, Guido

1973. *Sciopero, potere politico e magistratura 1870/1922*, prefácio de Alessandro Galante Garrone, Gius Laterza & Figli, Bari.

NOLTE, Ernst

1970. *Die Kriege des liberalen Systems und die faschistischen Bewegungen*, 1968, R. Piper & Co. Verlag, München, traduzido para o italiano por Ester Gamaleri e Adriano Caiani sob o título: *La crisi dei regimi liberali e i movimenti fascisti*, Società editrice Il Mulino, Bologna.

OLIVETTI, Angelo Olivieri

1914. *Cinque anni di sindacalismo e di lotta proletaria in Italia*, Società Editrice Partenopea, Napoli.

OLIVETTI, Gino

1977. "La opinión de los industriales sobre los consejos de fábrica", in Gramsci, 1977.

PANNUNZIO, Sergio

1914. "Il lato teorico e il lato pratico del socialismo", *Utopia*, II, 7-8, 15-31 maggio.
1914. "Il socialismo e la guerra", *Utopia*, II, 11-12, 15 agosto-1 settembre.

PARIS, Robert

- s/d. *Les Origines du fascisme*, 1968, Flammarion, Paris, traduzido para o português por Antonio Massano, Manuel J. Palmeirim e Isabel de Freitas Lopes sob o título: *As Origens do Fascismo*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
1962. *Histoire du fascisme en Italie. I: des origines à la prise du pouvoir*, François Maspero, Paris.

PARPAGNOLI, G.

1914. "Lo sciopero nei servizi pubblici e lo stato patrone", *Utopia*, II, 7-8, 15-31 maggio.

PARTITO NAZIONALE FASCISTA

1928. *Le Origini e lo sviluppo del fascismo*, Libreria del Litoruio, Roma.

PEPE, Adolfo

1976. *Movimento operaio e lotte sindacali (1880-1922)*, Loescher Editore, Torino.

PETRACCHI, Giorgio

1974. "L' Italia e la rivoluzione russa di marzo", *Storia Contemporanea*, a. V, n° 1, marzo.

1975. "L' intervento italiano in Russia (1917-1919)", *Storia Contemporanea*, a. VI, n° 3, settembre.

PISCHEL, Giuliano

1946. *Il problemi dei ceti medi*, Gentile Editore, Milano.

POULANTZAS, Nicos

1970. *Fascisme et dictature: la troisième internationale face au fascisme*, François Maspero, Paris.

1977. (ed.) *La crise de l'État*, 1976, Presses Universitaires de France, Paris, traduzido para o português por Maria Laura Viveiros de Castro, sob o título: *Estado em Crise*, Edições Graal, Rio de Janeiro.

Ver: Catherine BUCI-GLUCKSMAN: "Sobre o conceito de crise do Estado e sua história".

PROCACCI, Giuliano

1970. *La lotta di classe in Italia agli inizi del secolo XX*, Editori Riuniti, Roma.

1978. *Histoire de l'Italie*, 1968, Librairie Arthème Fayard, Paris, traduzido para o inglês por Anthony Paul sob o título: *History of the Italian People*, Pelican Books, Middlesex.

RICOSSA, Sergio

1976. "Italy 1920-1970", in Cippola, 1976.

RIOSIA, Alceo

1977. *Lezioni di Storia del Movimento Operaio. Corso per le "150 ore"*, 3ª ed., De Donato, Bari.

Ver: Piero BEVILACQUA, "Operai e contadini nella strategia del Partito Socialista Italiano"; Camilo BREZZI, "Operai e contadini nel movimento cattolico"; Carlo SMURAGLIA, "Cenni storici sull'evoluzione del diritto di sciopero in Italia".

1979. "Il sindacalismo rivoluzionario in Italia dal 1907 alla 'settimana rossa'". *Movimento operaio e socialista*, a. II (nuova serie), n° 1, gennaio-marzo.

ROMEO, Rosario

1972. *Breve Storia della Grande Industria in Italia 1861-1961*, 4ª ed., Capelli editore, Bologna.

SALVATORELLI, Luigi

1977. *Nazionalfascismo*, 2ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.

SANTARELLI, Enzo

1973a. *Il Socialismo anarchico in Italia*, 11ª ed. rivista e ampliata, Giangiaco Feltrinelli editore, Milano.

1973b. *Storia del Fascismo*, 2ª ed., Editori Riuniti, Roma.

1977. *La Revisione del Marxismo in Italia*, 12ª ed., ampliata, Giangiaco Feltrinelli editore, Milano.

SECCHIA, Pietro

1960. *Capitalismo e classe operaia nel centro laniero d'Italia*, Editori Riuniti, Roma.

SERRATI, Giacinto Menotti

1919. "In vista del Congresso di Bologna", *Comunismo*, a. I, n° 1, 1 ottobre.

SILONE, Ignazio

1981. *Fontamara*, Arnaldo Mondadori editore, Milano.

SIRIANI, Carmem J.

1980. "Worker's Control in the Era of World War I: A Comparative Analysis of the European Experience", *Theory and Society*, v. 9, n° 1, january.

SLOBODSKOI, Salomon Markovitch

1957. "Naissance et développement du fascisme italien", *Recherches Internationales à la lumière du marxisme*, n° 1, mars-avril.

SOMBART, Werner

s/d. *Socialismo e Movimento Social*, traduzido para o espanhol por R. Cansinos Arenas, Prometeo Sociedad Editorial, Valencia.

SOREL, Georges

1973. *Democracia e revolução*, preparação e introdução de Anamaria Andreasi, Editori Riuniti, Roma.

SORRICCHIO, Tommaso

1914. "Il valore dell'azione socialista parlamentare", *Utopia*, II, 1, 15 gennaio.

1914. "La crisi del partito liberale", *Utopia*, II, 2, 30 gennaio.

1914. "Benefici attuali e fini ultimi del movimento socialista", *Utopia*, II, 5-6, 15-30 marzo.

SPRIANO, Paolo

1967. *Storia del Partito Comunista Italiano. Da Bordiga a Gramsci*. (1ª vol.), 7ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.

1968. *L'occupazione delle fabbriche. Settembre 1920*, 2ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.

1971. (ed.) "L'Ordine Nuovo" e i Consigli di Fabbrica, 2ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.
- Ver: Pietro BORGHI, "Gli insegnamenti della lotta dei metallurgici", L'ON, II, 17, 9 ottobre 1920; Comitato di Studi dei Consigli di fabbrica torinesi, Gruppo Libertario Torinese, L'Ordine Nuovo e Sezione Socialista di Torino (C. E.) "Il Congresso dei Consigli di fabbrica", L'ON, I, 42, 27 marzo 1920; Giovanni GIARDINA, "Recensione a Pastore: Il Problema delle Commissioni Interne", L'ON, I, 14, 16 agosto 1919; Arturo JACCHIA, "Vita Operaia", L'ON, I, 9, 12 settembre 1919; Enea MATTA, "I consigli di fabbrica all'opera", L'ON, I, 32, 3 gennaio 1920; Mario MONTAGNANA, "Il rovescio della medaglia", L'ON, I, 26, 15 novembre 1919; L'ORDINE NUOVO "Postilla a Andrea Viglongo", L'ON, I, 16, 30 agosto 1919; Otavio PASTORE, "Il problema delle Commissioni interne", L'ON, I, 14, 16 agosto 1919; Karl RADEK, "L'idea del soviet", L'ON, I, 31, 27 dicembre 1919; John REED, "I commissari nella rivoluzione russa", L'ON, I, 23, 25 ottobre 1919; Cesaro SEASSARO, "Gli insegnamenti della lotta dei metallurgici", L'ON, II, 17, 9 ottobre 1920; Angelo TASCA "Gradualismo e rivoluzionamento nei Consigli di fabbrica", L'ONuovo, I, 34, 17 gennaio 1920 e "Polemiche sul programma dell' 'Ordine Nuovo'", L'ONuovo, II, 5, 6 e 8, 12 e 19 giugno e 3 luglio 1920.
1972. *Storia di Torino Operaia e Socialista. Da De Amicis a Gramsci*, 13ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.
1977. *Gramsci e Gobetti. Introduzione alla vita e alle opere*, Giulio Einaudi Editore, Torino.

TANCREDO, Libero

1914. "La guerra aristocratica", *Utopia*, II, 11-12, 15 agosto-1 settembre.

TASCA, Angelo

1914. "I socialisti e la scuola", *Utopia*, II, 3-4, 15-28 febbraio.
1969. *Naissance du fascisme. L'Italie de l'armistice à la marche sur Rome*, 1967, Éditions Gallimard, Paris, traduzido para o espanhol por Antonio Aponti e Ignacio Romero de Solís sob o título: *El nacimiento del fascismo*, Ediciones Ariel, Barcelona.

TOGLIATTI, Palmiro

1966. *Il Partito Comunista Italiano*, traduzido para o português por Dalton Boechat sob o título: *O Caminho Italiano para o Socialismo*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
1974. *Opere (1917-1926)*, vol. I, Istituto Gramsci-Editori Riuniti, Roma.
1975. *Antonio Gramsci*, seleção e prefácio de Ernesto Regionieri, traduzido para o português por Maria do Carmo Abreu sob o título: *Antonio Gramsci*, Seara Nova, Lisboa.

TOMASETTA, Leonardo

1975. *Partecipazione e autogestione*, Il Saggiatore, Milano, traduzido para o espanhol por Marino Ayerra Radin, sob o título: *Participación y autogestión*, Amorrortu editores, Buenos Aires.

TRANFAGLIA, Nicola

1970. "Politica e Magistratura nell'Italia liberale", *Studi Storici*, a. XI, n° 3, luglio-settembre.

TRENTIN, Silvio

1928. *L' aventure italienne. Légendes et réalités*, Presses Universitaires de France, Paris.

TURATTI, Filippo

1921. *Trent'Anni di Critica Sociale*, Nicola Zanichelli Editore, Bologna.

UTOPIA. Rivista Quindicinale del Socialismo

s/d. Preparação e apresentação de Renzo De Felice, Feltrinelli Reprint, Milano.

VENTURA, Angelo

1978. "Anna Kuliscioff, Filippo Turatti and the Italian Socialism during the postwar crisis (1919-1925)", *The Journal of Italian history*, v. 1, n° 1, spring.

VILLARI, Rosario

1977. "L'interdependenza tra nord e sud", *Studi Storici*, a. 16, n° 2, aprile-giugno.

VVAA

1921. *Hacia una sociedad de productores*, Editorial Argonauta, Buenos Aires.

Ver: ARGON, "El comunismo anárquico y los planes soviéticos"; Nicola BOMBACCI, "Proyecto Bombacci para la constitución de los soviéticos"; Maurizio GARINO, "La concepción comunista anárquica de los consejos de fábrica"; Enrico LEONE, "El sindicalismo y los planes soviéticos"; Unione Comunista Anarchica Italiana, "Resoluciones aprobadas por el Congreso" e Zino ZINI, "El gestor de la nueva organización social".

s/d. *A questão parlamentar e a Internacional Comunista*, Edições Antídoto, Lisboa.

Ver: Amadeo BORDIGA, "Discurso sobre a questão parlamentar" e "Resposta a Lenin"; Nicolai BUKHARIN, "Discurso sobre a questão parlamentar" e Grigori ZINOVIEV, "Circular do Comitê Executivo da Internacional Comunista".

ZILLOCHI, Carlo

1914. "La missione internazionale del socialismo italiano", *Utopia*, II, 11-12, 15 agosto-1 settembre.

ZINI, Zino

1973. *La tragedia del proletariato in Italia. Diario 1914-1926*, Prefácio de Giancarlo Bergami, Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.

NOTAS PARA O ESTUDO DA CONJUNTURA EM QUE SE MOVE O PENSAMENTO GRAMSCIANO: DO FIM DO SÉCULO À FUNDAÇÃO DO P.C.D'I

DO GIOLITTISMO À GUERRA MUNDIAL

PRIMEIRA PARTE

SUMÁRIO

Capítulo I A “REVOLUÇÃO INDUSTRIAL” ITALIANA

Capítulo 2

O MOVIMENTO SINDICAL ANTES DA GUERRA

- 2.1. A classe operária italiana
- 2.2. As formas de organização da classe: o movimento operário e o movimento camponês
- 2.3. Do início do século à greve geral de 1904
- 2.4. Da greve geral à greve de Parma
- 2.5. Da greve de Parma à Intervenção
- 2.6. Algumas observações sobre o movimento sindical

Capítulo 3

OS CAPITALISTAS SE ORGANIZAM

Capítulo 4

O MOVIMENTO SOCIALISTA ANTES DA GUERRA

- 4.1. O revisionismo italiano
- 4.2. Os reformistas dominam o PS
- 4.3. Contra-ataque dos revolucionários
- 4.4. Os reformistas retomam o comando
- 4.5. A *sinistra* comanda o PSI
- 4.6. A questão cultural no Congresso da Juventude

Capítulo 5

A NOVA IDEOLOGIA DA DIREITA: O NACIONALISMO

Capítulo 6

OS CATÓLICOS E SUA INTERVENÇÃO NA POLÍTICA ITALIANA

Capítulo 7

A POLÍTICA NACIONAL

- 7.1. De Pelloux à Zanardelli
- 7.2. O ministério Zanardelli
- 7.3. O ministério Giolitti
- 7.4. O ministério Fortis
- 7.5. O ministério Sonnino
- 7.6. Giolitti volta ao ministério
- 7.7. Volta Sonino
- 7.8. O ministério Luzatti
- 7.9. Novamente Giolitti
- 7.9. O ministério Salandra
- 7.10. O giolittismo
Anexo: A questão meridional

Capítulo 8

A CRISE DA INTERVENÇÃO

Capítulo 9

A GUERRA

- 9.1. A organização da guerra
- 9.2. Os socialistas
- 9.3. O gabinete Boselli
- 9.4. Ainda os socialistas
- 9.5. A revolução russa e a agitação popular
- 9.6. Os *fatti d'agosto* (Torino, 1917)
- 9.7. A *sinistra* socialista
- 9.8. Novamente em Turim
- 9.9. A luta interna do PSI

Bibliografia

1. Obras de Antonio GRAMSCI
2. Obras sobre GRAMSCI
3. Obras sobre a cultura italiana
4. Obras sobre o Marxismo
5. Obras sobre a sociedade italiana e sobre a história europeia

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Textos Didáticos

Cidade Universitária “Zeferino Vaz”

Caixa Postal 6.110

13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

<http://www.ifch.unicamp.br/pub>

morewa@unicamp.br

Tel.: (0XX 19)3788.1604 / 3788.1603

Telefax (0XX 19) 3788.1589

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA
REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not
wanted.